

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CARLOS LEANDRO DA SILVA ESTEVES

NAS TRINCHEIRAS

luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas(1948-1964)
uma *resistência ampliada*

Niterói
2007

CARLOS LEANDRO DA SILVA ESTEVES

NAS TRINCHEIRAS

luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas(1948-1964)
uma *resistência ampliada*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre – Área de Concentração: História Social/Contemporânea.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a MÁRCIA MARIA MENENDES MOTTA

Niterói
2007

CARLOS LEANDRO DA SILVA ESTEVES

NAS TRINCHEIRAS

luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas(1948-1964)
uma *resistência ampliada*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre – Área de Concentração: História Social/Contemporânea.

Aprovada em ___ de março de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Márcia Maria Menendes Motta

Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Veronica Secreto

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA

Prof.^a Dr.^a Laura Antunes Maciel

Universidade Federal Fluminense

Niterói

2007

AGRADECIMENTOS

O resultado desta dissertação não teria sido possível sem a preciosa colaboração de algumas pessoas que estiveram comigo ao longo desse prazeroso percurso. Nenhum agradecimento será suficiente diante de tamanha gratidão que tenho pela minha orientadora, a prof.^a Márcia Motta. Sua importância em minha trajetória acadêmica vem antes mesmo de tê-la como orientadora, ainda durante a graduação, quando ao ler alguns de seus trabalhos fui seduzido pela temática dos estudos agrários. Jamais me esquecerei de nosso primeiro contato, quando procurei-a para que me orientasse em minha monografia de final de curso. A disponibilidade e a atenção com que recebeu aquele estudante ainda pouco afeito aos trâmites acadêmicos seriam uma marca dali por diante em nossa relação. Discutindo comigo as possibilidades da pesquisa, mostrando-me que caminhos percorrer, contendo-me em meus *exageros*, sem jamais imprimir qualquer tipo de imposição, ao contrário, exercitando sempre o reconhecimento da liberdade que cabe aos seus orientandos em suas escolhas, a prof.^a Márcia Motta formou-me historiador. Devo a prof.^a Márcia Motta minha primeira publicação, prova inequívoca da confiança que dela recebi durante esse percurso, caracterizado ainda por manifestações de estímulo e respeito, o que sem dúvida, deu a tônica da nossa agradável convivência.

Outros professores e professoras fizeram parte de minha trajetória ao longo desses dois anos de mestrado. Sou profundamente grato ao prof.^o Théo Lobarinhas pela verdadeira ajuda e incentivo que me deu desde o início do curso, ajuda sem a qual meu percurso teria sido muito mais árduo. Faço uma menção especial a prof.^a Laura Antunes Maciel, com quem pude dialogar durante curso por ela ministrado no PPGH. Sua acurada visão de todo processo de pesquisa, bem como sua capacidade analítica, foram de extrema valia para o desenvolvimento de minhas reflexões.

Meu muito obrigado novamente a prof.^a Laura Antunes Maciel e a prof.^a Denise Rolemberg, pelos comentários formulados durante o exame de qualificação. Suas sugestões foram de maior importância para que eu repensasse algumas propostas e a própria estrutura da dissertação. Refletindo sobre suas sugestões pude realizar algumas alterações que decerto engrandeceram o trabalho. Tive sorte de contar durante minha trajetória no mestrado com a amizade e as contribuições intelectuais de duas pessoas que muito admiro e de quem tenho

orgulho de ser amigo: Luciana Lamblet e Leonardo Soares. Conheço a “Lu” desde 2000 quando juntos fomos calouros do curso de História desta Universidade, onde juntos nos formamos e ingressamos na Pós-Graduação. Nossa amizade, que cresceria com o tempo, amadureceria durante o mestrado, manifestando-se tanto nos momentos de debates historiográficos e nos encontros na Biblioteca Nacional quanto naqueles em que tentamos *escapar* por breves instantes de nossas pesquisas. Agradeço profundamente ao historiador e amigo Leonardo Soares, a quem sempre admirei o zelo e empenho com que realiza suas pesquisas, e com quem ao longo desses três anos de amizade pude aprender muito do ofício do historiador.

Sou grato ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(Capes) pela bolsa concedida durante os dois anos de mestrado e sem a qual esta dissertação que agora apresento não teria sido possível. A essa agência financiadora de pesquisa sou muito grato.

Para finalizar, gostaria de agradecer a minha esposa Lindinalva, primeiro por ter me presenteado com nosso amado filho Ícaro, e como não poderia deixar de mencionar, pela paciência com que teve(e ainda terá) de me aturar nesse caminho que escolhi. Tenho total consciência de que não é tarefa fácil conviver com minhas “ausências”, minhas rotineiras reclamações por silêncio, típicas de quem tem criança em casa.

*Aos bravos posseiros de Formoso e Trombas
e a todos os homens e mulheres camponeses
que ousaram ao menos uma vez levantar-se
contra o “tacão” de seu opressor.*

RESUMO

Na década de 1950, ocorreu a meio-norte do estado de Goiás, nos povoados de Formoso e Trombas, uma série de confrontos entre pequenos camponeses e fazendeiros pelas terras devolutas da região. Diante da gravidade assumida pelos confrontos, o Governo enviou para o local um forte aparato policial que esteve prestes a invadir os povoados e dar fim à “revolta”. Uma intensa resistência foi organizada pelos camponeses, numa luta travada tanto nas trincheiras espalhadas pelas matas quanto nas *trincheiras da imprensa*. A obstinada disposição com que os camponeses resistiram às sucessivas tentativas de expulsão, não apenas lhes conferiu a vitória sobre os fazendeiros, mas também “forçou” o próprio Governo a reconhecê-los legítimos donos da terra e entregar-lhes os títulos de posse.

ABSTRACT

On the fifties, happened on the Goiás middle–north, in Trombas and Formoso Villages, a series of conflicts between peasants and farmers for the free lands in the region. Due to the conflicts, the government sent a strong police power, that almost invaded and finished the conflicts. The peasants organized a big resistance, and a big fight occurred either in the jungle and the press. The way of peasants resisted a several attempts expulsion, not only give a win against the farmers made the government give their possession of land.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	12
<u>CAPÍTULO I – LUTA PELA TERRA EM FORMOSO E TROMBAS: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO</u>	29
1. Historiografia	29
<u>CAPÍTULO II – NAS TRINCHEIRAS DA MATA: POSSEIROS EM DEFESA DE UMA CONQUISTA(1948-1956)</u>	47
1. “No Norte não tem patrão”: posseiros em terras devolutas	47
2. O PCB em Goiás e em Formoso e Trombas	64
3. Posseiros <i>invencíveis</i> : a resistência armada	69
<u>CAPÍTULO III – NAS TRINCHEIRAS DA IMPRENSA: A RESISTÊNCIA NOS JORNAIS – UMA LUTA DE REPRESENTAÇÃO</u>	80
1. <i>Folha de Goiaz</i> : “lavradores da discórdia”	82
2. <i>Jornal de Notícias</i> : “o pobre que reclama”	91
3. <i>O Cruzeiro</i> : José Porfírio, nasce uma legenda	99
4. A Imprensa Comunista: a “união dos lavradores”	105
<u>CAPÍTULO IV – A “REPÚBLICA DAS TROMBAS”: CONQUISTA DA TERRA E AMPLIAÇÃO DA RESISTÊNCIA(1957-1964)</u>	120
1. A “República das Trombas”	122
2. Os “Anos MB” e a conquista da terra	132
3. José Porfírio: de posseiro a <i>camponês</i> , de <i>camponês</i> a deputado	139
4. O Golpe de 1964: uma <i>outra</i> resistência	148

CONCLUSÃO**153****BIBLIOGRAFIA****157****FONTES****162**

INTRODUÇÃO

Ao longo dos dois últimos anos, período que compreendeu à realização desta dissertação, não foram poucas as angústias intelectuais e as reflexões advindas dos constantes embates acerca do objeto que ora apresento em sua *versão final*. Resultado que, ao contrário de encerrar uma fase de intensas conjecturas com respostas satisfatórias, abre uma nova fase de amadurecimento acadêmico com o surgimento de novas questões e novos problemas, que espero, este trabalho de pesquisa venha suscitar.

Trabalhar com a temática das lutas camponesas, particularmente num período tão intenso de construção e consolidação das organizações camponesas e ampliação do repertório de práticas de luta no campo, exigiu-nos desde o início do percurso um grande empreendimento reflexivo e aprofundamento teórico, a partir dos quais seria possível a realização da tarefa. O equacionamento entre a pesquisa empírica e a necessária reflexão teórico-metodológica a ser adotada constituiu-se ao longo da trajetória da pesquisa e da realização do trabalho num permanente desafio, que se por um lado resultou nesta dissertação que ora apresento, por outro, extrapola os prazos e compromissos acadêmicos regulares.

Uma questão que esteve presente desde o princípio de nossa reflexão e que configurou-se como ponto de partida para a realização do trajeto de pesquisa foi a de como compreender a luta pela terra em Formoso e Trombas a partir de uma perspectiva que pudesse lançar luz sobre as práticas e concepções de luta forjadas pelos próprios posseiros no processo de construção da resistência, sem que para isso fosse necessário ignorar ou secundarizar as contribuições e a participação de outros atores no processo, notadamente os militantes do Partido Comunista do Brasil(PCB) que atuaram na região. Essa postura implicou desde o início em compreender suas ações e relações para além de uma visão tradicional e ainda muito presente na historiografia que atribui ao camponês uma *inerente incapacidade* de conduzir sua própria luta, naturalizando assim o que é produto de embates e opções políticas.

Conforme a pesquisa avançava, outras questões foram surgindo e se incorporando às nossas preocupações, provocando revisões, recuos e avanços, contribuindo sobremaneira para tornar nosso percurso ainda mais tortuoso, porém, extremamente gratificante. Vários foram os momentos em que já estando inteiramente mergulhado nos *confrontos* com meu objeto, surpreendi-me elaborando problemas, estimulando dúvidas, procurando fugir às certezas que eu mesmo havia adotado de modo que me fosse aliviada a tarefa de encontrar respostas para as questões que iam surgindo. Uma dessas questões dizia respeito ao tratamento da imprensa

como espaço de conflitos, ou, mais precisamente para o desafio que nos propomos, como um espaço de resistência habilmente utilizado pelos posseiros de Formoso e Trombas durante o processo de luta. Partíamos inicialmente de uma concepção ainda muito estreita do trabalho de pesquisa com a imprensa, presos que estávamos ao seu aspecto noticioso e ao seu uso como fonte de reconstituição meramente factual dos eventos estudados. Ao avançarmos em nossas problematizações pudemos enveredar por um caminho reflexivo que passava a compreender a imprensa para além do que uma simples consulta com fins informativos poderia suscitar. Por esse percurso, a imprensa deixava de ser apenas *fonte* para converter-se em *objeto* privilegiado de nossa análise.

A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas será aqui tratada como uma luta de *resistência*. A adoção de tal perspectiva significou traçar um percurso analítico balizado pela reflexão acerca do conceito de *resistência* e no que sua utilização poderia contribuir para uma abordagem propositiva do objeto estudado. Procuramos, portanto, refletir sobre o conceito, buscando explorá-lo para além do sentido que tem sido comumente adotado.

O termo *resistência* tem sido freqüentemente utilizado pela historiografia que trabalha com a temática das lutas populares, para caracterizar um conjunto de práticas empreendidas por grupos dominados, e por isso “mais fracos”, com o objetivo de *conservar-se* frente a ação *indesejada* dos “mais fortes”. Nesse sentido, ela é menos compreendida como *ação* do que como *reação*, muitas vezes desesperada, diante do agressor ou circunstância antagônica que põe em risco a conservação da estabilidade ou sobrevivência dos grupos ameaçados. O que esse tipo de abordagem enfatiza é o caráter *defensivo* da resistência, inerente ao próprio campo semântico do conceito, que estaria assim, limitado a um comportamento *passivo* do resistente.

Portanto, o uso do termo *resistência* para se caracterizar movimentos coletivos e/ou comportamentos sociais, é entendido como a expressão de uma postura identificada como *defensiva*. *Resistir*, segundo essa perspectiva, seria o mesmo que *suportar* defensivamente, uma agressão imposta por um adversário identificado como portador da *ação*, aquele a quem caberia o papel *ofensivo*. Subjacente a essa perspectiva, está a idéia de que aquele que resiste, está sempre se posicionando em relação a algo ou alguém *mais forte*.

Inicialmente pensado para dar conta de atitudes tomadas contra governos injustos, o termo resistência ganha, já na Idade Média, um corpo doutrinário que o define segundo uma série de comportamentos a serem tomados contra governos marcados pela tirania. Entre os primeiros autores cristãos a elaborar uma doutrina da resistência, estão Isidoro de Sevilha(560-636) e

Santo Tomás de Aquino(1225?-1274). Este último, em sua *Summa Theológica*, ou ainda na obra *De regimine principum*, dirá que a resistência deverá ocorrer em graus diferentes conforme as circunstâncias exigirem.

Assim, de acordo com os *níveis de gravidade* formulados por Santo Tomás, a resistência pode ser *resistência passiva*, quando há apenas o ato de desobediência a determinada lei considerada injusta; será *resistência ativa defensiva*, quando ocorre algo como legítima defesa(privada) frente a uma agressão; a *resistência ativa ofensiva não-violenta*, que estaria exemplificada nos casos em que há a deposição do *tirano* ou governo considerado injusto, sem que haja violência; ou ainda, a *resistência ativa ofensiva violenta*, caso extremo, onde ação armada por parte dos descontentes substituiria qualquer outro comportamento diante da tirania contestada.¹

Norberto Bobbio² define o termo tendo como referencial histórico a resistência francesa à ocupação da Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Bobbio, resistência pode ser definida como “todos os movimentos ou diferentes formas de oposição ativa e passiva que se deram na Europa durante a 2º Guerra.” Ainda, segundo o autor, “como indica, do ponto de vista lexical, o próprio termo, trata-se *mais de uma reação que de ação*, de uma defesa que de uma ofensiva(*grifos meus*)”. Embora reconheça a possibilidade de a resistência assumir tanto uma feição ativa quanto passiva, e as descreva como comportamentos distintos, a ênfase recai sobre o caráter *defensivo*, portanto passivo, dos movimentos de resistência, e o que é mais importante, *a resistência é sempre uma reação*.

Resistência assim concebida, opõe de um lado o agressor/ativo, aquele a quem cabe a *ofensiva*; e de outro, o defensor/passivo, a quem caberia *suportar defensivamente*. Mesmo que o terreno do *suportar defensivamente* não exclua a possibilidade da existência de ações que visem desmoralizar, ou perturbar o agressor, essas ações nunca ultrapassam os limites de seu caráter *defensivo* enquanto *resistência*, e constantemente são enquadradas como recursos de “desespero” por parte de quem se encontra de alguma maneira subjugado.

Em estudo sobre as esquerdas alternativas que resistiram à ditadura militar brasileira durante a década de 1970, Maria Paula Araújo³ aprofunda a noção de que as lutas de

¹ SOUSA, José Pedro Galvão de. “Direito de Resistência”. In.: *Dicionário de Política*. São Paulo, T.A Queiroz, 1998. pp. 174-178. O autor dirá que o termo resistência, utilizado com o sentido de *resistir contra governos injusto*, está registrado em textos da antiguidade, dentre eles, o *Código de Hamurabi*, texto do filósofo Confúcio(521-479? aC), a *Lei do Ostracismo* na Grécia(séc. IV aC.). Já nos primeiros momentos do cristianismo, o termo adquiriu outro significado, teria prevalecido o “entendimento de que o poder tirânico deveria ser suportado. Segundo São Paulo, ‘quem resiste ao poder, resiste a Deus’(Rom. 13,3).”

² BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Vol. 2. Brasília, UNB, 2000. Pp. 1114 – 1116.

³ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

resistência são lutas entre forças desiguais. Para a pesquisadora, “A palavra ‘resistência’ está intimamente ligada à idéia de uma correlação de forças adversa; de um inimigo mais forte que se impõe. A resistência é sempre do mais fraco, do acuado.”⁴

Adotando uma postura que a aproxima da definição pensada por Norberto Bobbio, Maria Paula inclui em sua noção de resistência a luta pela defesa da “dignidade humana”, cujos valores fariam parte de uma cultura universal consagrada pelo Ocidente. Com base nessa premissa, a autora dirá que aquele que participa de um movimento de resistência, não importando sob qual motivação ideológica, sempre acredita estar do lado “justo”, fato que reforça a convicção individual daquele que resiste, de que sua resistência é “justa e universal”.

Porém, também aqui nos deparamos com uma noção que privilegia aspectos *defensivos* da resistência. A ênfase da autora recai na *prudência*, na *cautela* com que os grupos que resistem se comportam diante do *inimigo*. Para Maria Paula, num movimento de resistência, “O objetivo maior não é se expandir, não é atacar, *não é propagar idéias ou ocupar ostensivamente novos espaços (grifos meus)*.”⁵ O caráter *defensivo* fica evidente nesse trecho, o que acaba por privar o conceito de qualquer sentido que lhe denote a prática de uma *ação*. Mais adiante, voltaremos a essa argumentação.

Embora deva assinalar o fato de se tratarem de experiências distintas de utilização do conceito, pensado teoricamente para responder a circunstâncias históricas específicas, creio ser possível afirmar, entretanto, que a ênfase em aspectos que denotam *passividade*, *imobilidade*, restringidos pela idéia de *reação*, permeia todas essas noções. Quero chamar a atenção para essa constatação, pois a meu ver constituem-se em características apenas parciais dos movimentos de resistência, que terminam por *inibir* uma compreensão global dos aspectos da resistência.

A historiografia brasileira tem utilizado o conceito de *resistência* em variados contextos para dar conta das práticas de oposição dos grupos ou classes dominadas em suas manifestações de insubordinação diante de seus dominadores. Um campo da produção historiográfica que tem se mostrado fértil para novas reflexões acerca do uso e das dimensões do conceito de resistência é o dos estudos sobre escravidão. Influenciados por novas problemáticas suscitadas pela *história social da cultura*, um grupo cada vez maior de historiadores da *resistência escrava* passaram a questionar os aspectos limitadores de se considerar a escravidão a partir de uma oposição dualista entre *paternalismo* e *violência* na configuração dos conflitos ocorridos durante a vigência da escravidão no Brasil.

⁴ Ibidem, p. 123.

⁵ Ibidem, p. 124.

Essa mudança de perspectiva aponta para a necessidade de se perceber os cativos de outrora como homens e mulheres inseridos e atuantes na sociedade escravista, agentes de sua própria história e construtores de sua própria cultura, ainda que estivessem inegavelmente submetidos à dominação senhorial. A resistência passa a ser vista pelos historiadores a partir de uma tentativa de se compreender o que ela significava para os próprios escravos, quais os entendimentos e significados que ela assumia para o cativo e suas relações com a sociedade da qual faziam parte. A atenção volta-se cada vez mais para a observação dos aspectos conjunturais e as circunstâncias particulares de cada localidade estudada.

Dessa forma, uma variada gama de manifestações assumirá características de insubordinação, adquirindo assim *status* de práticas de resistência. Às tradicionais fugas e as formações dos quilombos, consideradas formas de resistência aberta e violenta, passam a somar-se também manifestações menos perceptíveis, *silenciosas*, mas cuja presença é constante no cotidiano dos cativos e seriam provas de sua capacidade criativa na formulação de manifestações alternativas de resistência, como os batuques, as festas religiosas, o furto, a *troca* de senhor, e até mesmo atitudes extremas como o suicídio.

Trata-se, portanto, de um conjunto de abordagens que se volta para o entendimento da resistência a partir do *ponto de vista* do escravo. Nessa linha, por exemplo, os historiadores João José Reis e Eduardo Silva chamam a atenção para o fato de que a relação entre cativos e senhores também foi mediada por uma série de práticas de *negociação* que, ao lado dos conflitos abertos, constitui grande parte das manifestações de *resistência negra* no Brasil escravista. Segundo o autor, “ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos”⁶, e que “Quando a negociação falhava, ou nem chegava a se realizar por intransigência senhorial ou impaciência escrava, abriam-se os caminhos da ruptura.”⁷

No que nos interessa mais precisamente para os objetivos desta introdução, refletir acerca dos significados e usos do conceito de *resistência*, é possível afirmar que houve um significativo aumento no repertório de comportamentos e ações identificados como práticas de resistência nos estudos sobre escravidão. Uma resistência que se fez permanente, quase silenciosa, localizada no dia a dia das relações de dominação, não se limitando apenas ao binômio escravo/senhor, mas, ao contrário, estritamente atenta aos momentos de fissuras no

⁶ REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999. p. 7.

⁷ *Ibidem*, p. 9.

sistema escravista, conjunturas que tornavam mais claro para os escravos que também ocorriam conflitos entre os senhores.⁸

Mas, se por um lado podemos apontar um *avanço* na abordagem das possibilidades de resistência a partir de um enfoque que privilegie o *ponto de vista* do escravo, reconhecendo-lhe enquanto sujeito fazedor de sua própria história, por outro, ao ampliar o campo de visão para um leque maior de práticas individualizadas que passam a ser consideradas *de resistência*, acaba-se por individualizá-la em demasia, decorrendo dessa postura, ao invés de uma visão em que se busque pensar num conjunto de práticas articuladas de resistência, uma *dispersão de resistências localizadas em ações individuais*.

Combatendo esse tipo de abordagem, o historiador Théo Lobarinhas⁹ entende a resistência escrava no Brasil como um processo que deve ser estudado como resultado da luta de classes na sociedade escravista. Nesse sentido, a resistência é vista “como elemento integrante da própria crise estrutural daquela sociedade”¹⁰, o que permitirá o autor apontar a resistência como *um obstáculo à reprodução do escravismo*.

Essa postura permite o estabelecimento de vínculos entre as ações desencadeadas pelos cativos e as contradições vivenciadas pelos mesmos como parte das relações sociais de produção ao qual estão inseridos. Em outras palavras, ao localizar a resistência escrava como produto de um antagonismo de classes e procurar compreender como ela influi no sentido de barrar, ou dificultar a reprodução da escravidão, Théo Lobarinhas afasta o caráter meramente individual das variadas formas de resistência ao inseri-las no âmbito da luta de classes, e, o que é mais importante, concebe a possibilidade de as ações desencadeadas nesse conflito serem entendidas como reais formas de participação e transformação social na medida em que a resistência escrava vista em seu conjunto, contribui para dificultar o sistema escravista, constituindo-se num obstáculo para sua reprodução.

Outro campo de estudos que faz constante uso do conceito de resistência é o dos movimentos sociais rurais. A *resistência camponesa* tem sido ao longo das últimas décadas fartamente estudada por antropólogos, sociólogos, e em menor número, por historiadores.

⁸ Essa é, por exemplo, a opinião do historiador Marcus Carvalho. Analisando a resistência escrava no Recife, entre 1817-1848, Carvalho dirá que “Não que os cativos, a partir dessa conjuntura, entendessem a existência de ‘contradições’ no sistema – não é assim tão simples. Mas eles com certeza percebiam que os brancos também brigavam entre si. Muitas das fissuras do sistema foram escancaradas naqueles momentos de perigo. A rotina era quebrada(...) Os escravos aproveitavam-se das circunstâncias para avançarem suas lutas, em grupo ou individualmente.” CARVALHO, Marcus. “Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848.” In.: *Tempo*, vol.3 – nº6, Revista do Departamento de História da Universidade Federal, Fluminense, Sete Letras, dezembro de 1998, pp. 49-72.

⁹ PINEIRO, Théo Lobarinhas. *Crise e resistência escrava no escravismo colonial*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 1989.

¹⁰ *Ibidem*, p.22.

Encontramos, em linhas gerais, trabalhos que privilegiam aspectos globais da resistência, o que no caso do campesinato está na ênfase dada às ações coletivas e organizadas dos movimentos camponeses; e aquelas abordagens voltadas para aspectos *menores*, mas não menos importantes, como as *práticas cotidianas de resistência*, expressas nos pequenos atos de insubmissão, por exemplo, contidos na aparente “preguiça” do camponês, nos episódios de roubo de parte das colheitas, ou na sabotagem de máquinas. Também aqui como na resistência escrava corre-se o risco de, ao privilegiar aspectos isolados, materializados em ações individuais, se perder de vista o conjunto das práticas de resistência e sua articulação com a totalidade social.

Em que pese as diferenças de abordagens, devidas indiscutivelmente por se tratarem de respostas a estruturas sociais distintas, persiste, entretanto, tanto numa quanto na outra, uma nítida separação entre o que se considera como *resistência aberta*, violenta, compreendida não raro como rebelião ou revolta, e aquelas que se opõem ao enfrentamento direto, localizada em práticas não violentas, e que teriam no cotidiano *invisível* das relações sociais de dominação e exploração o exercício *silencioso* da insubmissão.¹¹

Baseando-me no estudo da resistência camponesa em Formoso e Trombas é possível propor uma abordagem que ao privilegiar um momento de *insubordinação coletiva* não desqualifiquemos aqueles em que a resistência ocorra sem que sejam perceptíveis. Da mesma forma, podemos romper com a categorização do conceito, pensado para dar conta de “etapas” ou comportamentos distintos entre práticas *violentas* e *não-violentas*, *ativas* e *passivas*, *ofensivas* e *defensivas*, etc. Isso porque estaremos pensando *resistência* como processo: um conjunto de práticas de insubmissão que articula e congrega tanto ações que promovem a violência quanto aquelas que se pautam por atitudes não violentas; um conjunto de práticas articuladas em que *defesa* e *ataque* se confundem por fundirem-se em estratégias de *avanço* e *ocupação* de novos espaços de luta.

Ao tratarmos do conceito de *resistência* e sua operacionalização no estudo das lutas camponesas estamos partindo da premissa que concebe o campesinato brasileiro da segunda metade do século XX, subordinado de alguma forma a relações de dominação e exploração capitalistas. Logo, pressupomos que a *resistência* ocorra como expressão mais visível da *negação* dessas relações, momento de materialização da insubmissão às várias formas de dominação. Nesse sentido, a *resistência* pode assumir características violentas e até mesmo converter-se em revolta, ou pode permanecer como parte de um repertório variado de práticas

¹¹ Cf. COMERFORD, John. “Cultura e Resistência Camponesa”. In.: MOTTA, Márcia M.M.(org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.pp.151-157.

cotidianas, imperceptíveis até, segundo o grau a que se desça na escala de observação. Mas o que guardam em comum, independente do grau de visibilidade adquirido é a capacidade de, ocorrendo sob a dominação e expansão de relações capitalistas, obstaculizar ou mesmo *impor* recuos ao movimento ampliado dessas relações. Foi o que verificamos ao estudarmos a *resistência* dos posseiros de Formoso e Trombas. A reação obstinada ao processo de expansão capitalista, consubstanciado na violenta trajetória da concentração fundiária, subordinando e reforçando os laços de dominação através das abusivas cobranças de arrendamento e/ou expropriando os pequenos posseiros via grilagem de terras, desencadeou um feroz questionamento das relações de dominação e exploração tal qual ocorriam no campo, forçando a incorporação, ainda que subordinada, dos setores dominados e determinando a necessidade de novas estratégias de dominação que permitissem a reprodução e ampliação capitalistas.

É situando-a nessa perspectiva que pretendo abordar a luta de resistência dos posseiros de Formoso e Trombas. Estamos diante de uma luta que se constitui como violenta negação de formas e relações de trabalho que, uma vez estruturadas sob bases que ameaçam destruir modos de vida fundados na *experiência*, provocam um espiral de contestações forjado nas variadas práticas de resistência.

Assim é que, por exemplo, ao negarem-se *teimosamente* a deixar as terras onde mantinham posse diante das freqüentes ameaças e tentativas de expulsão por parte de grileiros e jagunços contratados, os posseiros lutavam para *conservar* relações *costumeiras* de trabalho frente ao violento processo de expansão de relações capitalistas no meio rural, consubstanciadas na especulação fundiária que, sob a orientação de uma visão capitalista da terra, tinha nas práticas de grilagem sua expressão mais visível.¹² Do mesmo modo que, ao articular uma resistência tenaz a esse processo, os posseiros de Formoso e Trombas colocaram limites à ampliação de tais relações, forçando a busca de novas estratégias por parte do capital.

A análise das causas da resistência, bem como das circunstâncias nas quais ela é objetivada não podem prescindir do aspecto que lhe dá forma, por ser ele o elemento potencializador das ações contestatórias: o *conflito*. Estamos pensando *conflito* como em Thompson, para quem o termo remete às “(...)maneiras pelas quais o caráter essencialmente explorador das relações produtivas se torna uma experiência vivida, dando origem à manifestação de valores

¹² Para José de Souza Martins, a *grilagem* se constitui num meio que o fazendeiro capitalista tem de assegurar a extração de “renda territorial”, daí o autor considerar que as lutas camponesas no Brasil ocorridas nos anos cinquenta e sessenta do século XX, sejam lutas “contra a renda da terra.” MARTINS, Op.Cit.,p.80.

antagonistas e a uma ampla crítica do ‘senso comum’ do poder.”¹³ Ao pensar a *resistência* dos posseiros em Formoso e Trombas como *ação* contestadora engendrada pelo *conflito*, procuramos trazer para o centro da discussão o papel do próprio *conflito* como momento revelador das contradições existentes no campo.

No caso de Formoso e Trombas o *conflito* surge da ameaça de expropriação e impõe-se como consequência da expansão da fronteira agrícola para o Oeste, conforme o novo padrão de acumulação implantado na economia brasileira a partir da década de 1930.¹⁴ O que nesse momento precisa ser dito, é que a possibilidade de os posseiros serem expulsos das terras onde mantinham posse – materializada nas incursões de grupos de jagunços a mando de grileiros que atuavam na região, além da não menos violenta ação da polícia goiana – constituiu-se na *linha de frente* do processo de expropriação capitalista.

Compreendendo a expropriação como “base das relações sociais capitalistas”, Virgínia Fontes advertirá que a expropriação, “Não se limita a um momento primitivo ou originário, recolocando-se como condição necessária da manutenção – sempre de forma ampliada – do capitalismo.”¹⁵ Ao atentar para o caráter processual e permanente da expropriação como condição para a reprodução do capitalismo em escala cada vez mais ampliada, a historiadora fornece importante material para a reflexão do tema aqui discutido quando afirma que, “A forma clássica [de expropriação] jamais desapareceu e permanece em vigor até hoje: a expropriação das condições de produção daqueles grupos que se dedicavam (ou se dedicam, ainda) à assegurar diretamente sua própria subsistência, através da produção agrícola, camponesa, de cunho familiar ou comunitário.”¹⁶

Para melhor entendermos como a luta pela terra em Formoso e Trombas pode ser considerada como luta de resistência ao avanço de relações capitalistas devemos estar atentos ao modo como os posseiros *experimentaram* sua relação com o capitalismo. Na medida em que passaram a vivenciar concretamente as contradições criadas pela presença do capitalismo no campo em sua modalidade mais visível e violenta – a expropriação – os posseiros se defrontaram com a ameaça real de sua sobrevivência enquanto camponeses – o que implicaria na perda de *direitos* – e com a necessidade de se organizar para resistir. Portanto, não se trata de uma negação pura e conscientemente elaborada do capitalismo, mas de uma negação das formas como tais relações são *experimentadas*.

¹³ THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.p. 262.

¹⁴ Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista, O Ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

¹⁵ FONTES, Virgínia. *Reflexões Im-Pertinentes. História e capitalismo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005. p.81.

A presença do capitalismo no meio rural se dá por diferentes formas: concentração acentuada da propriedade; crescente expropriação de pequenos lavradores, posseiros, frente à expansão da empresa agrícola; grilagens de terras; subordinação da pequena propriedade aos interesses do capital; crescente proletarização rural, etc. Os efeitos dessa dinâmica lançam o camponês à imperiosa necessidade de resistir para sobreviver enquanto camponês, seja migrando para novas áreas *abertas* e iniciando um novo processo de ocupação, seja organizando a resistência a partir da própria região ameaçada. Tais alternativas, entretanto, não implicam nem em um *isolamento* completo num mundo não capitalista, e nem, num pólo oposto, no fatalismo de uma desintegração total. Ao subordinar o rural aos seus interesses como parte de sua necessidade de reproduzir-se, o capitalismo recria suas relações dentro de uma tensa disputa que não elimina, entretanto, as pressões aos seus limites.

Portanto, esse processo não se dá numa via de mão única. Ao implicarem numa possibilidade real de mudança no modo de vida dos camponeses, essas modificações *podem* gerar uma resistência que, ao se negar à conformidade do processo tal qual ele se apresenta, modifica o próprio processo, que passa a ser determinado como produto dos conflitos, resultado das lutas entre interesses antagônicos. Dessa maneira, entendo que o processo de expansão capitalista no campo é dotado não apenas pelo próprio *movimento* capitalista – obviamente que sua ação possui maior força – mas também pelas atitudes e comportamentos – em forma de resistência – adotados pelos camponeses como respostas necessárias à essa relação.¹⁷ Essa relação quando vivenciada como perda de *direitos* e percebida negativamente – o que via de regra vem acompanhada de violenta destruição de valores compartilhados de trabalho e reprodução da vida material, como é o caso dos posseiros de Formoso e Trombas – lança o camponês à defesa obstinada pela manutenção das relações sociais consagradas como *justas* pelo grupo.

Em Formoso e Trombas, a resistência obstinada promovida pelos posseiros assumiu feições igualmente violentas como resposta à implacável desintegração de seu modo de vida. Mas ela não se limitou apenas à ação/reação violenta por meio do uso de armas, ocorreu tanto

¹⁶ Ibidem, p.76.

¹⁷ Quero enfatizar que o resultado de suas lutas contra a *total* subordinação ao capital – e mesmo seu desaparecimento – só pode ser determinado pelas condições nas quais se dão as lutas. E estas não estão dadas de antemão. Ao contrário, a dinâmica das lutas enseja tanto momentos de vitórias quanto de derrotas, estando portanto em aberto – e não predefinido – ao jogo de forças sociais e às possibilidades decorrentes dessa dinâmica. Estou aqui dialogando com Thompson, para quem “a consequência da reestruturação das *relações* de poder, das formas de dominação e da organização social tem sempre sido um desdobramento do conflito. A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma.” THOMPSON, Op.Cit.p.262-263.

para além das margens do sistema normativo dominante, quanto dentro dos limites aceitos e reconhecidos como legais.

As variadas estratégias de luta e ampliação de espaços de atuação política construídas a partir da atuação dos posseiros em Formoso e Trombas, em princípio visando a preservação de relações sociais calcadas numa *prática agrária*, adquiriu no decorrer do processo de luta uma crescente pressão pela manutenção/ampliação de direitos e pelo reconhecimento político da importância da figura social do lavrador. É a esse processo que denomino de *resistência ampliada*.

A *resistência* surge, portanto, quando os posseiros *experimentam* de forma negativa a imposição de novas relações que ameaçam valores compartilhados, derivando daí a necessidade de reagir de modo a conservar tais valores. Não se trata, entretanto, de uma negação pura e simples, uma recusa incondicional, mas sim uma adaptação às suas condições de vida. Não se limitando a uma luta de *conservação*, ela se amplia na medida em que outros valores são incorporados e passam a fazer parte do repertório de demandas e conquistas a ser realizado. Significa dizer que a *conscientização* – entendida aqui como *aprendizado* forjado na experiência concreta das lutas – está relacionada às condições materiais em que as lutas ocorrem. O *conflito*, como momento revelador das contradições existentes, tem um papel central nesse processo, na medida em que é ao mesmo tempo o resultado da percepção negativa da exploração e o ponto de partida que *pode* conduzir à transformação ou superação dos antagonismos.

Cabe aqui uma observação importante: o caráter material da exploração e o momento em que esta se torna, para os sujeitos dominados, uma *experiência vivida*. Significa dizer, que a resistência não se constitui como resposta imediata às formas de dominação social. Suas possibilidades decorrem da percepção que homens e mulheres têm da realidade da qual fazem parte. Noutras palavras, é somente quando *experimentam* como exploração as relações sociais de dominação, que surge entre os sujeitos dominados a possibilidade da resistência. Como propõe Déa Ribeiro Fenelon,

“(...)devemos reconhecer que as relações de dominação e resistência, por sua característica ou natureza, não carregam nem mantêm relação causal, ou seja, em tempo de dominação sendo sucedido por outro de resistência. Esta, por sua vez, não carrega elementos exclusivos de passividade ou negatividade. De qualquer forma, convém repetir, a dominação social estará sempre disseminada pelo todo social, inerente

que é às lutas do cotidiano, às vivências e às múltiplas experiências dos diferentes sujeitos sociais.”¹⁸

Da mesma forma que, a atenção ao *vivido*, às *formas de sociabilidade*, à percepção da exploração, implicam numa crítica à *lógica* da dominação de classe quando esta se apresenta como oposição mecânica entre *classe dominante x classe dominada*. Além de não dar conta da compreensão do processo histórico, essa visão ignora a existência de *conflitos internos* às próprias classes sociais, conflitos estes entre frações distintas no interior da própria classe.

A resistência dos posseiros de Formoso e Trombas estará sendo aqui considerada numa dimensão *ampliada*. Dimensão esta que conjuga não apenas estratégias distintas de enfrentamento como prática de uma ampliação dos espaços de luta, mas, sobretudo, entende a *resistência* como um processo onde a *ação*, a *oposição*, a *força*, a *reação*, a *defesa*, o *ataque*, são elementos constitutivos de uma realização que está sempre *em movimento*. Em síntese, resistência em sentido ampliado articula dialeticamente *estratégias, espaços e movimentação*.

Ao contrário de considerarmos *defesa* como sinônimo de *resistência*, a meu ver uma limitação ao uso do conceito, passaremos a considerá-la como um aspecto estratégico, mas apenas parcial da resistência. *Defesa* passa a ser compreendida como uma das possibilidades da resistência, onde a estratégia de *ataque* constitui o outro aspecto. Surge então a necessidade de atentarmos para o caráter ambíguo do conceito de *resistência*, onde resistir é também *afrontar, atacar, agir ofensivamente*, portanto, impor derrotas e perturbações aos adversários, agindo conseqüentemente para além de seu aspecto *defensivo* no processo de luta. Na verdade, *ataque* e *defesa*, apesar de estarem sendo considerados aqui como duas possibilidades inerentes ao conceito de resistência, não devem ser entendidos como aspectos independentes e/ou excludentes, visto que na *práxis* cotidiana da luta, tais estratégias se confundem, ficando por vezes muito difícil estabelecer quando uma determinada ação se constitui em uma ação de defesa ou de ataque. Entretanto, essa problemática só está posta quando a resistência é entendida em seu duplo aspecto.

A própria dinâmica do processo de luta impõe à *resistência* uma necessidade de contrapor a seu adversário uma tática de avanço. E aqui surge um outro elemento constituinte da *resistência ampliada: a ocupação de novos espaços de luta*. Portanto, sua postura outrora “acuada” frente ao adversário, a princípio compreensível como um momento de acumulação de forças, dá lugar no decorrer do processo de luta a um comportamento ativo de contestação,

¹⁸ FENELON, Déa Ribeiro(Coord.). *Cultura, Trabalho e Cidade. Muitas Memórias, Outras Histórias*. Projeto do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD/CAPES, PUC, São Paulo, 2000.p.8.

de ampliação das possibilidades de ação. Essas possibilidades se efetivam na conquista de novos espaços de luta, que se revelam novos *espaços de resistência*.

Portanto, considerar a resistência em sua dimensão *ampliada*, significa compreendê-la dentro de uma visão que se aperceba das possibilidades da resistência efetivar-se em diferentes espaços de luta. Se num primeiro momento a resistência encontra-se circunscrita ao âmbito local, ou seja, ao reduzido espaço onde o conflito se dá em seu momento imediato, a dinâmica da luta na qual a resistência ocorre – impulsionada pelo grau de antagonismo entre as classes envolvidas no conflito – abre a possibilidade de uma ampliação dos espaços de luta.

O que se revela em princípio como um conflito de dimensões locais, na verdade deve ser compreendido como parte de um antagonismo que vai muito além do meramente “local”. Essa nova realidade processual, que emerge da dinâmica do conflito, desvenda a resistência em sua dimensão *ampliada*. Em outras palavras, resistência entendida em seu duplo aspecto torna-se *resistência ampliada* na medida em que novos e diferentes espaços são transformados em espaços de luta, em *espaços de resistência*.

Assim entendida, a resistência passa a revelar-se em seu aspecto total: o defensivo e o ofensivo. Essa concepção de resistência em seu aspecto total não pressupõe uma passagem linear entre um momento inicial de defesa e um momento posterior de ataque. Muito menos significa passar de um estágio inferior para um superior de luta. É porque na dinâmica do processo de luta os avanços e recuos são constantes, ora fazendo com que determinados aspectos da resistência pareçam defensivos, ora surgindo momentos em que ela assuma posturas mais ofensivas, e portanto ocupe espaços diversificados, que não se pode falar em estágios distintos de defesa e ataque. Ademais, como já foi dito acima, defesa e ataque são aspectos que se confundem em suas práticas, dado que no desenvolvimento do conceito de *resistência* estes aspectos devem ser pensados de forma conjunta e articulada.

O episódio de luta pela posse da terra em Formoso e Trombas foi marcado por uma série de violentos confrontos armados, onde pequenos posseiros organizados resistiram de armas na mão e impuseram seguidas derrotas às investidas de jagunços a serviço de grileiros e às várias incursões da polícia goiana.

No entanto, apesar das sucessivas vitórias alcançadas pelos posseiros nos enfrentamentos armados terem assumido um destacado papel no processo de conquista da terra, ao longo dos anos um outro conflito de significativa importância para o êxito das lutas desenvolveu-se para além das *trincheiras* e dos *piquetes* espalhados pelas matas e pelas estradas ao redor dos povoados de Formoso e Trombas. Esse conflito, que estaremos compreendendo como uma *luta de representação*, foi travado nas páginas de jornais e revistas

– ou como pretendo tratar, nas *trincheiras da imprensa* – e nelas, revelou uma intensa disputa pelos significados da luta pela terra em Goiás e pela construção social da figura do pequeno lavrador.

Uma luta, portanto, pelos sentidos a serem apreendidos e disseminados, constituídos como resultado das disputas entre diferentes concepções de modos de viver e pensar a questão da terra, do trabalho, e do lugar social que deveria ocupar o trabalhador do campo.

Ao direcionar o foco da luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas para o terreno da imprensa, é possível perceber que esta, acima de tudo, revelou-se um importante espaço de resistência que foi habilmente utilizado pelos posseiros. O tratamento crítico das lutas travadas na imprensa, conjugadas à resistência armada e às tentativas de equacionamento via atuação política institucional, fornece elementos para que possamos considerar o processo de organização e luta dos posseiros de Formoso e Trombas como a construção e prática de uma resistência que esteve sempre *em movimento*: conquistando novos espaços, atuando em *novas trincheiras*, ampliando sua rede de relações, agregando novos valores e atualizando os já compartilhados, num processo que extrapolaria os limites da luta pela terra. Esse conjunto de práticas realizadas a partir da ação direta dos posseiros nos espaços de resistência e na articulação de uma extensa rede de relações e auxílio, denominaremos de *resistência ampliada*.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No Capítulo I faço um balanço crítico da produção historiográfica acerca da experiência de luta pela terra em Formoso e Trombas. Procurei orientar-me no sentido de estabelecer um diálogo com outros autores que trabalharam o tema, na busca de elementos que, a partir da análise crítica de sua obras, permitissem-nos perceber o *lugar que ocupa o posseiro de Formoso e Trombas na construção da resistência*. Dessa forma, nossa atenção estará voltada para a postura adotada pelos autores diante das relações entre os posseiros e a atuação de militantes do PCB nos conflitos. Baseando-me na interpretação desses autores foi possível estabelecer proximidades e dessemelhanças frente a essas questões. Alguns, por exemplo, dedicam poucas linhas à atuação dos comunistas na luta dos posseiros, adotando uma postura que procura enfatizar uma certa autonomia dos camponeses na organização da resistência, o que os conduz a *secundarizar* a importância do partido no processo de luta. Por outro lado, há autores que ao se deter com mais vagar na tentativa de compreender a atuação do PCB em Formoso e Trombas, acabam por subordinar em demasia as ações dos posseiros à direção do partido,

demarcando as lutas em dois momentos: o “antes” e o “depois” da chegada dos primeiros quadros do PCB à região.

No Capítulo II, discuto os primeiros anos de luta dos posseiros de Formoso e Trombas, período compreendido entre fins da década de 1940, com o crescimento das migrações para a região, e o ano de 1956. O ano de 1956 se justifica por demarcar o ápice dos enfrentamentos armados entre os posseiros e a polícia goiana, auge de um processo que se inicia nos primeiros anos da década de 1950. Estarei reconstituindo os principais conflitos ocorridos nos primeiros anos de luta pela terra na região. Partindo do entendimento de que a migração para o Formoso e o estabelecimento e cultivo das terras devolutas do norte de Goiás constituem-se desde o primeiro momento numa *conquista*, tendo em vista as diversas situações de dependência e subordinação experimentadas anteriormente pelas famílias de lavradores pobres que migraram para a região, procuro demonstrar que os anos iniciais são marcados pela perspectiva da luta pela terra. Essa evidência materializa-se na obstinada resistência à expulsão das terras e na violenta resposta elaborada pelos posseiros frente a ação dos jagunços a serviço de grileiros e da força policial goiana. O conjunto de fontes trabalhadas na elaboração desde capítulo é formado, além do diálogo feito com a bibliografia especializada, da leitura crítica da imprensa.

No Capítulo III desenvolvo uma discussão acerca da resistência nas páginas dos jornais, considerando a imprensa como espaço de confrontos pela construção e imposição de uma dada concepção do pequeno lavrador goiano. Estaremos preocupados em recuperar a imprensa do período como espaço de resistência e palco de outro conflito: o dos significados e *representações* acerca dos posseiros em luta. As *imagens* conflitantes que são construídas por diferentes abordagens dão conta de uma acirrada *luta de representação* que opõem elaborações acerca de como deveriam ser vistos os posseiros, suas reivindicações, suas lutas. Dessa forma, um jornal como a *Folha de Goiaz*, veículo ligado aos interesses dos grandes proprietários de terras do estado, passa a construir diariamente durante o período de maior intensidade dos conflitos em Formoso e Trombas, uma *imagem* dos posseiros associada à subversão, à desordem, perigosa ameaça às instituições. Permeado por uma abordagem marcadamente anti-comunista, a *Folha de Goiaz* fará uma campanha de criminalização das lutas em Formoso e Trombas, alardeando a opinião pública quanto ao perigo que representavam os posseiros, identificando-os como *bandoleiros*, *agitadores*, seguidores do *credo vermelho*. Por outro lado, periódicos como o *Jornal de Notícias*, ainda que comprometidos na defesa dos posseiros, também atuavam nos sentidos de construir sua própria visão sobre os eventos e sua representação do posseiro que lutava pela terra. Completam ainda

esse capítulo análises da imprensa comunista, através do jornal *O Estado de Goyas* e do *Terra Livre*, além do tratamento dado pela revista *O Cruzeiro*.

Interessa nesse capítulo analisar a forma como cada um desses jornais tratou a luta pela terra em Trombas e Formoso e a representação que cada veículo construiu acerca da figura social do pequeno lavrador goiano. “Camponês”? “Comunista”? “Inocente útil”? Ao realizar tal tarefa estaremos ainda preocupados em demonstrar como a atuação na imprensa possibilitou aos posseiros de Formoso e Trombas *ampliar* sua resistência para além da defesa armada da terra. Nesse sentido, presentes nas páginas da imprensa por meio de cartas publicadas e entrevistas concedidas, os posseiros *entraram* na *luta de representação*, forjando, eles mesmos, a *imagem* que queriam apresentar de si.

O Capítulo IV tentará dar conta do período de consolidação da resistência dos posseiros de Formoso e Trombas, entre 1957 e 1964. Nossa atenção estará voltada para a discussão de três questões principais: o *mito* surgido no período acerca da “República das Trombas”, território liberado e controlado por comunistas chefiados por José Porfírio; a conquista da terra pelos posseiros durante o Governo Mauro Borges Teixeira(1961-1964); e a atuação parlamentar do deputado José Porfírio de Souza, primeiro camponês eleito para a Assembléia Legislativa goiana. Analisando os desdobramentos da luta pela terra em Formoso e Trombas no início da década de 1960, procuraremos demonstrar que esses três fatores fizeram parte de um mesmo movimento de consolidação e acumulação de forças adquiridos ao longo do processo de luta e que permitiu aos posseiros ampliar seus espaços de luta e incorporar novas demandas e reivindicações, tornando-se uma das forças mais expressivas das lutas populares em Goiás no período.

Ao nos propormos tratar da “República das Trombas”, estamos menos preocupados em provar ou não sua existência do que interessados em problematizar e trazer à tona as condições materiais que teriam possibilitado empreender seu *aparecimento*. A quem teria interessado sua existência? Esta pergunta é ponto de partida para refletirmos sobre esse problema. Quanto ao destaque dado à atuação de José Porfírio como deputado estadual, este capítulo procura abordar uma questão que ficou à margem nos trabalhos anteriores. Embora não deixem de mencionar o fato de Porfírio ter sido o primeiro camponês eleito deputado na História do Brasil, sua atuação parlamentar não é abordada. Procuramos com isso, contribuir para preencher essa lacuna, mapeando quais as principais temáticas abordadas pelo deputado em plenário e interpretando algumas de suas concepções sobre temas relativos à terra e aos trabalhadores rurais. Pretendemos a partir dessa postura, conceber a atuação de José Porfírio

na Assembléia Legislativa de Goiás, como uma *ampliação* da resistência camponesa no estado, expressa agora noutras formas de luta.

CAPÍTULO I:

Luta pela Terra em Formoso e Trombas: um balanço historiográfico.

1- Historiografia.

A experiência histórica de luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas(1948-1964) é ainda um tema que tem merecido pouca atenção por parte da historiografia. A presença do episódio em trabalhos acadêmicos é na sua quase totalidade feita por citações e referências¹⁹, sendo comumente tratado como exemplo marcante de um momento que antecede e, em certa medida, faz parte de uma fase subsequente de amadurecimento e conscientização das mobilizações camponesas na conjuntura do pré-64.

Nesse sentido, figura ao lado de outras experiências importantes ocorridas ao longo da década de 1950, como a revolta de Porecatu, no norte do Paraná, entre 1950 e 1951; o “Levante de 1957”, revolta de posseiros ocorrida no Sudoeste do Paraná²⁰; e do surgimento e atuação das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião.²¹ Experiências anteriores de lutas no campo são ainda menos conhecidas, e quando são citadas aparecem sob o rótulo de *movimentos messiânicos*, pela forte presença de aspectos religiosos entre as motivações que compõem a luta pela terra, ou *movimentos pré-políticos*, um misto de banditismo e religiosidade na ausência de uma posição política definida.²²

¹⁹ Como exemplo de trabalhos que tratam da experiência de luta pela terra em Formoso e Trombas com mais vagar, ainda que não se trate de objeto principal, podemos citar, entre outros: CANEZIN, Maria Tereza. *Formas de Organização Camponesa em Goiás, 1954-1964*. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1982. _____. “Organização Camponesa em Goiás nas Décadas de 1950/1960 e os Sinais de Novas Práticas Educativas nos Atuais Movimentos Sociais.” In.: *Inter-Ação – Revista da Faculdade de Educação da UFG*, N.2, Goiânia, julho/dezembro de 2004. pp. 227-237. MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

²⁰ GOMES, Iria Zanoni. *1957: A revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar, 1987.

²¹ AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Um balanço dessas diferentes experiências de luta pela terra na década de 1950 pode ser encontrado em MEDEIROS, Op.Cit.

²² Seriam exemplos desses movimentos, dentre outros, “Movimento de Santa Dica”, em Goiás, na década de 1920; “Caldeirão”, no Ceará, e “Pau de Colher”, na divisa da Bahia com o Piauí, ao longo da década de 1930.

Mas, se por um lado, ainda que raro, há citações das lutas em Formoso e Trombas em trabalhos que abordam a luta pela terra na segunda metade do século XX, por outro, ao se limitarem a meras referências – o que muitas vezes ficam reduzidas a breves notas de rodapé – acabam por sedimentar *verdades* que impedem uma profunda compreensão das diversas nuances presentes nas lutas pela terra na região. Não raro, essas abordagens produzem interpretações acerca do evento que reduzem uma rica experiência de organização e luta construída pelos próprios camponeses, unicamente à órbita de influência da atuação do PCB no campo.

Quando nos voltamos para a bibliografia especializada, percebemos que os poucos trabalhos que se tem conhecimento e que tiveram as lutas em Formoso e Trombas como tema caracterizam-se principalmente pela postura que assumem – implícita ou explicitamente – diante do enquadramento dado aos atores sociais envolvidos no processo de luta pela terra na região. Assim, verificamos dois eixos norteadores que delimitam essas abordagens: a) aquelas reflexões que voltam-se para a figura do posseiro e tentam compreender a luta pela terra em Formoso e Trombas a partir de uma maior aproximação com o seu *ponto de vista*. Mesmo não negando o reconhecimento da importância da ajuda externa no processo de luta levada adiante pelos posseiros, tais trabalhos concentram-se, no entanto, em seu caráter mais espontâneo, gestado no seio da própria vivência dos posseiros, dando pouca atenção, por exemplo, à atuação dos militantes do PCB destacados para a região; e, b) aqueles que, assumindo uma postura oposta à primeira, procuram dar conta da atuação dos comunistas na região, valendo-se para isso, de uma leitura dos conflitos que compreende a luta dos posseiros como parte da história do PCB no campo. Para esses autores há uma clara divisão das lutas em Formoso e Trombas entre o que seria considerado o *antes* e o *depois* da chegada dos primeiros quadros do partido na região. Nesse caso, os primeiros anos de luta pela terra (até 1954), são considerados como pouco eficazes, o resultado de ações individuais e desarticuladas.

Esse eixo de análise que propomos se faz pertinente, pois será exatamente a partir da postura que assumem em relação à participação do PCB nos eventos em Formoso e Trombas que os autores irão definir como compreendem a *resistência* dos posseiros. Portanto, ao tomarmos como ponto de partida de nossa análise a crítica à forma como a historiografia concebe as relações entre os posseiros de Formoso e Trombas e o PCB, estamos certos de que

Para outros exemplos de *movimentos messiânicos* e do *cangaço*, ver MARTINS, Op.Cit. Para uma discussão teórica acerca do conceito de movimentos “pré-políticos”, ver: HOBSBAWN, Eric. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

resulta dessas diferentes concepções o caráter que cada autor irá atribuir à *resistência* e ao papel desempenhado pelos seus personagens.

Pertenceriam ao primeiro grupo os trabalhos de Sebastião de Barros Abreu²³ e Janaína Amado²⁴. No segundo grupo temos os estudos de Maria Esperança Carneiro²⁵ e Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha²⁶.

O fato de estarmos considerando aqui tais autores a partir de uma identificação quanto à postura adotada em relação ao papel assumido pelos posseiros no processo de luta pela terra – onde teriam ou não atuado como protagonistas – não significa que estejamos querendo afirmar que haja entre eles um tratamento homogêneo acerca das questões a serem discutidas. Ao contrário, observamos mesmo entre aqueles autores que se aproximam por dar maior ou menor importância às relações estabelecidas pelos posseiros com agentes externos – e aqui falo principalmente do PCB – uma diferença quanto à ênfase atribuída aos significados e determinações advindas dessas relações.

É o caso, por exemplo, dos dois autores do segundo grupo: se por um lado o trabalho de Maria Esperança Carneiro está mais próximo do de Paulo Cunha ao deter-se com mais vagar na tentativa de *mapear* a presença dos comunistas nos conflitos, por outro, distancia-se dele na medida em que não deixa de abordar a fase anterior à chegada dos primeiros quadros do PCB à região, reconhecendo a importância das primeiras tentativas de organização dos posseiros, embora, como Paulo Cunha, só vá atribuir de fato uma *conscientização* da luta no momento em que estiverem presentes os comunistas(a partir de 1954).

Portanto, trata-se menos da constatação de diferenças e/ou proximidades absolutas entre autores do que de uma compreensão acerca das implicações teóricas surgidas a partir da análise do resultado desses estudos e do que eles têm a esclarecer-nos sobre o evento de Formoso e Trombas. Aqui, para além da discussão das implicações teóricas advindas da leitura de tais trabalhos, interessa-nos problematizar a presença dos militantes do PCB na região a partir do que ela representou para a resistência dos posseiros.

Vejamos caso a caso como esta problemática é tratada pelos autores que se dedicaram a compreender a experiência de luta pela terra em Formoso e Trombas.

²³ ABREU, Sebastião de Barros. *Trombas – A Guerrilha do Zé Porfírio*. Brasília, Goethe, 1985. Há uma edição mais recente acrescida de crônicas do autor, _____. *De Zé Porfírio ao MST. A Luta pela Terra em Goiás*. Brasília, André Quicé Editor, 2002.

²⁴ AMADO, Janaína. “Eu Quero Ser uma Pessoa: revolta camponesa e política no Brasil.” *Resgate* n 5, Centro de Memória da UNICAMP, Campinas, 1993. pp 47-59. _____. *Movimentos Sociais no Campo(1948-1964)*. Pípsa, 1980.

²⁵ CARNEIRO, Maria Esperança. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia, CEGRAF, 1981.

Os trabalhos de Sebastião de Barros Abreu e Janaína Amado, malgrado suas inúmeras diferenças quanto ao tratamento do tema, o método adotado, bem como a própria natureza distinta dos textos, aproximam-se quanto a visão que constroem acerca da *resistência* dos posseiros e do papel que estes ocuparam durante o processo de luta. Tanto em Abreu quanto em Amado, a *resistência* aparece como resultado do *protagonismo* dos próprios posseiros, na medida em que estes autores privilegiam, quase que integralmente, relatos e ações em que os posseiros teriam assumido a condução dos acontecimentos.

Há pouquíssimas referências por parte desses autores à atuação do Partido Comunista na região. Embora não deixem de mencioná-la – o que na obra de Abreu aparece com maior frequência, ainda que em grande medida implicitamente – o foco de seus trabalhos está inteiramente voltado para a ênfase em aspectos que procuram vislumbrar a resistência tendo por base perspectivas assumidas pelos próprios posseiros no decorrer dos conflitos.

Nesse sentido, ambos os trabalhos resultam na possibilidade de se imergir no universo *simbólico* de sujeitos pertencentes a um *mundo rural* que, embora esteja permanentemente em constante conflito e em vias de desestruturar-se, guarda particularidades que se manifestam nas ações e perspectivas adotadas pelos posseiros diante das adversidades enfrentadas frente às seguidas ameaças de expulsão a que são submetidos.

Dentre os autores que escreveram sobre a experiência de luta pela terra em Formoso e Trombas, Sebastião de Barros Abreu se destaca por ter estado na região durante os anos de conflitos. Apresentado pelo autor como um relato “escrito à base da memória” por quem foi “testemunha ocular” dos fatos, seu trabalho reconstitui os principais eventos ocorridos na região durante a década de 1950 até o momento anterior ao golpe de 1964.

Seu texto oscila entre o resultado de uma rememoração jornalística sobre os acontecimentos – com destaque para o papel de liderança maior atribuída ao posseiro José Porfírio de Souza – e um estilo que o aproxima por vezes de uma narrativa romanceada dos eventos, o que pode ser verificado pela estrutura narrativa do texto. A divisão dos capítulos é feita com o intuito de transmitir uma coerência estrutural do texto em *início, meio e fim*, ainda que Abreu não demonstre nenhuma preocupação quanto à exatidão cronológica dos eventos. O próprio autor, em nota introdutória, enuncia que seu trabalho “não pretende ser o relato minudente e cronológico dos acontecimentos que, na metade dos anos 50, conturbaram o meio-norte goiano”²⁷, demarcando assim seu texto como um texto escrito unicamente “à base

²⁶ CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. “Aconteceu Longe Demais” *A Luta pela Terra dos Posseiros de Formoso e Trombas e a Política Revolucionária do PCB no período de 1950-1964*. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1994.

²⁷ ABREU, op.cit.p.7.

de memória”. Nesse sentido, a própria estrutura textual contribui para criar essa ambigüidade entre uma narrativa de cunho *jornalístico*, que reivindica sua legitimidade na fidelidade a “fatos rigorosamente verdadeiros” e a aproximação com uma produção literária cuja composição textual remete a uma tradição narrativa cuja maior referência está no *paradigma euclideano*.²⁸

É assim que o primeiro capítulo, não por acaso, é intitulado “A Terra e os Homens”, numa inequívoca referência a *Os Sertões*.²⁹ O que aliás não fica apenas no título. Esse capítulo começa com uma breve descrição da paisagem do norte goiano, seu relevo, hidrografia, clima, vegetação, para culminar no movimento de homens e mulheres “tangidos pela sêca” nordestina. Essa paisagem rural, da qual o *rurícola* é parte integrante e inseparável, será ao longo de sua obra contraposta ao urbano – ao *que vem de fora* – por meio de conflitos entre costumes e visões de mundo distintos, representados nas variadas relações estabelecidas entre os posseiros e aqueles que de alguma forma tentaram mediar as disputas.

O *sertão* goiano guardaria ainda a *pureza* inerente ao seu distanciamento do *mundo urbano*. E é exatamente no momento em que Sebastião Abreu *testemunha* a temática de seu texto que o campo está passando por profundas transformações, já agora sob o aprofundamento das relações capitalistas de produção cuja ampliação aponta para a incorporação do rural ao ciclo produtivo nacional. Essas mudanças aparecem na obra de Abreu consubstanciadas na predominância do *urbano* sobre o *rural*, da indústria sobre a agricultura, conseguindo se revelar ainda mais graves para o *rurícola* do que a realidade anterior, que se era dura diante das tradicionais formas de exploração as quais estavam freqüentemente submetidos, ao menos preservavam ainda traços e valores compartilhados que davam relativa coesão ao grupo.

A *resistência* em Abreu assume ares de *guerrilha camponesa*. Apesar de mencionar a existência de um “eficiente aparelho de agitação” que envolveu estudantes, intelectuais goianos, deputados atuantes a favor dos posseiros na Assembléia Legislativa, e o apoio de alguns jornais da capital, citando nominalmente aqueles que de alguma forma teriam se solidarizado com os posseiros, o foco de sua abordagem está na *resistência armada*. Os confrontos entre posseiros, grileiros e soldados da polícia goiana ocupam lugar central em seu texto. Não por acaso, o episódio do tiro dado pelo posseiro Nego Carreiro em um sargento de

²⁸ Estou aqui me referindo às inovações narrativas proporcionadas por Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões*. A partir dessa obra, a literatura passa a conceber de uma outra maneira os *olhares* sobre a paisagem e sua relação com os homens. Um desdobramento dessa inovação pode ser verificado na literatura *regionalista* brasileira a partir da década de 1930.

²⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

polícia, é apontado por Abreu como o momento em que a resistência armada teria deixado de ser uma “opção” para converter-se em “única saída”.

Dessa forma, Abreu faz referência à experiência dos posseiros como “tarimbados caçadores de onça”, e que por isso não teriam tido dificuldades na hora de pôr em prática a organização dos *piquetes* montados à beira da estrada que levava à região, embora não tivessem nenhum conhecimento militar para tanto. A escolha do melhor *terreno* para se organizar a *guerrilha*, segundo o autor, obedecia à experiência dos posseiros no reconhecimento prévio da topografia da região, onde os vários morros que margeavam a única estrada que levava a Trombas seriam aproveitados na criação de inúmeros *piquetes* e *trincheiras*. Numa interessante comparação, Abreu se refere ao fato dessas táticas de guerrilha organizadas nas matas ao redor de Trombas antecederem a experiência dos guerrilheiros de Fidel Castro nas selvas cubanas. Nas palavras do autor, “Sierra Maestra era ainda um sonho acalentado por Fidel Castro na prisão de Moncada, mas os posseiros de Zé Porfírio já sabiam que a serra era o melhor aliado.”³⁰

Se por um lado, a descrição do envio de armas para a região, bem como da circulação entre os posseiros de textos de Mao Tse Tung e de jornais comunistas, e ainda da presença na região de conhecidos quadros do partido mesmo antes do início da *revolta armada*, confirmam a participação dos comunistas na tentativa de organizar a resistência, por outro, Abreu dedica pouquíssimas linhas ao PCB. Na única vez em que comenta diretamente a atuação dos comunistas, o faz na comparação geral com a atuação de outros partidos – o PSP, a UDN, o PSD e o PTB – e ainda assim limitando-se a uma crítica ao Comitê Central do PCB. Segundo Abreu, o CC teria agido com relativa indiferença em relação aos acontecimentos de Formoso e Trombas, não auxiliando devidamente o Comitê Estadual em Goiás que, ao contrário dos dirigentes nacionais, teria se empenhado nas lutas em favor dos posseiros.

Os conflitos internos entre as instâncias do PCB, embora não estejam descritos no texto de forma explícita, perpassam toda obra do autor. Dessa forma, transparece em seu trabalho uma certa contrariedade quanto a condução dos acontecimentos pelo CC do partido, estando o autor a todo instante valorizando os quadros comunistas goianos e ressaltando a inabilidade dos quadros nacionais. Ao *silenciar* sobre a efetiva participação do PCB no processo de luta, Abreu acaba por obscurecer a contribuição dada pelos militantes comunistas na construção da resistência dos posseiros, fato que dificulta em muito a compreensão dos acontecimentos e significados da luta pela terra na região.

³⁰ ABREU, Op.Cit.,p.75.

Dada a posição assumida pelo autor, a ênfase recai sobre as lideranças mais conhecidas entre os posseiros, notadamente seu principal líder, o posseiro Zé Porfírio, presidente da Associação de Lavradores do Formoso e deputado eleito para Assembléia Legislativa goiana em 1962. Entretanto, mesmo produzindo uma leitura que no geral *retira* o PCB de uma possível condução da resistência, Abreu não o faz por completo. O próprio autor dá pistas acerca da presença dos comunistas no *auxílio* aos posseiros em algumas passagens de seu texto. Numa delas, por exemplo, ele diz:

“O encontro com Porfírio, realizado alguns meses depois, foi decisivo para o futuro da resistência. Embora diferentes em tudo, menos na obstinação de enfrentar os grileiros, José Porfírio e Geraldo Marques se complementavam, nascendo daquele encontro uma liderança que se revelaria firme, lúcida e conseqüente. Se Porfírio era a simpatia irradiante, o carisma que atrai, a palavra simples e fácil que inspira confiança, Geraldo era a decisão certa no momento oportuno, a firmeza nas horas em que qualquer vacilação poria tudo a perder, o comando que empurra, quando a persuasão enfraquece.”³¹

Nessa passagem estaria talvez, e Abreu o faz apenas de maneira indireta, a síntese de como o autor compreenderia a relação dos posseiros com o PCB. Afinal, Geraldo Marques pertencia aos quadros do partido desde os tempos em que atuava na Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em Ceres, região centro-norte do estado, antes de mudar-se para Trombas no início dos anos cinqüenta.

Mas o que pode parecer uma forma implícita de referir-se ao PCB, esconde, na verdade, uma outra questão cuja elucidação ajuda-nos a desvendar o posicionamento do autor em relação ao papel que reserva ao PCB no episódio de Formoso e Trombas. “Geraldão” – como era conhecido Geraldo Marques – também era *camponês*, e o era antes de se tornar quadro do partido. Portanto, é menos como militante comunista e mais como “lavrador”, autêntico *camponês*³², que Abreu enxerga Geraldo Marques e outros nomes do PCB que se destacaram ao lado dos posseiros em Formoso e Trombas. É, portanto, na condição de *homem do campo* que reside a importância de “Geraldão” para a resistência. Essa situação o diferencia do

³¹ Ibidem, p.56.

³² O uso do termo *camponês* está sendo aqui pensado com todas as preocupações possíveis à sua utilização para se pensar a realidade brasileira. O termo adquiriu, principalmente no decorrer da segunda metade do século XX, uma conotação expressamente política. As diversas categorias de trabalhadores rurais encontradas no campo, conforme diferentes formas de acesso à terra, tais como o lavrador, o posseiro, o arrendatário, o colono, foram pensadas além de suas especificidades e postas sob a comum denominação de *camponeses*. Adoto aqui essa denominação, por entender que sua disseminação entre os trabalhadores rurais cumpria a função de

partido, compreendido principalmente como uma organização eminentemente urbana e, por isso, passível de equívocos e ingerências nas ações de intervenção. Não por acaso, na única passagem em que comenta a posição do PCB em relação aos posseiros, Abreu responsabiliza o Comitê Central do partido pela pouca assistência dispensada aos comunistas em Goiás. Nas palavras do próprio autor,

“Quanto ao Partido Comunista, embora legalmente proscrito, era atuante, mas é necessário distinguir aqui o comportamento dos dirigentes estaduais da atuação dos líderes nacionais. Enquanto o Comitê Estadual do PCB, sob a firme liderança de Abrão Isac Neto, se empenhou a fundo na luta e tudo fez em defesa dos posseiros, o Comitê Central a princípio tentou minimizar a importância do problema e não teve sensibilidade para avaliar o alcance e a potencialidade do movimento. Em vez da ajuda efetiva reclamada pelos comunistas de Goiás, a direção nacional mandava seus ‘assistentes’ cheios de recomendações paternalistas: ‘Cuidado, companheiros. O posseiro tem mentalidade pequeno-burguesa. Tão logo consiga a terra ele se acomoda e passa para o outro lado.’ A subestimação foi tanta que, no momento em que mais necessária era a presença entre os posseiros de pessoas qualificadas para o trabalho político, o C.C. retirou de Goiás dois dos melhores militantes: Geraldo Tibúrcio foi exercer o burocrático cargo de Presidente de uma organização de cúpula – a ULTAB, e Declieux Crispim foi dirigir o semanário ‘Terra Livre’, ambos passando a residir na cidade de São Paulo.”³³

Essa postura crítica em relação ao PCB (leia-se Comitê Central) parece *motivar* o autor a negligenciar a participação do partido na organização da resistência dos posseiros, ficando de sua leitura a impressão de que a presença de militantes do partido nas lutas em Formoso e Trombas se deu menos pela intervenção direta da direção nacional do que pelo *voluntarismo* de alguns militantes goianos, o que teria ocorrido na maior parte do tempo à revelia do Comitê Central.

Para efeito de nossos propósitos, a leitura da obra de Sebastião Abreu traz um conflito latente entre os posseiros e o PCB e entre o PCB-GO e o Comitê Central. Como produto desses desentendimentos temos uma interpretação da resistência que ao privilegiar unicamente os *momentos* nos quais os próprios posseiros surgem como protagonistas de suas lutas, secundariza – e em muitas vezes *anula* – a participação do partido.

construir um sentimento de identidade coletiva; identidade essa, forjada pelos conflitos que atravessavam o campo brasileiro no período aqui tratado.

³³ ABREU, Op.Cit.,p.79-80.

Dessa forma, para Abreu, a resistência dos posseiros de Formoso e Trombas, cuja origem está na reação à violência das grilagens de terras, na certeza dos posseiros de que tinham o direito de permanecerem naquelas terras reconhecidamente devolutas, ocorre como resultado da organização dos próprios lavradores, liderados por José Porfírio e Geraldo Marques.

Se em Abreu o *distanciamento* em relação ao PCB proporciona uma interpretação que prioriza a atuação dos próprios posseiros na construção de uma resistência marcada pelo exercício de guerrilha camponesa, em Janaína Amado fica mais evidente a posição secundarizada atribuída pela autora à presença dos comunistas nas lutas em Formoso e Trombas. Embora não aprofunde a questão – já que não é este o propósito de seu trabalho – a autora chega mesmo a insinuar o que poderia ser considerado como uma ação mediadora do partido entre os posseiros e as autoridades, tanto em nível local quanto nacional. Segundo a autora, o PCB ao unir-se à *revolta* dos posseiros constitui-se num importante elo de ligação com o *mundo exterior*, contribuindo assim para a construção de uma “opinião pública nacional favorável aos posseiros”³⁴. Podemos obter da leitura que a autora faz da contribuição dos comunistas para a luta dos posseiros, que o partido agiu como *meio de ligação com o que estava fora do universo rural*, ocupando o espaço de *propagador* da causa defendida pelos revoltosos.

O propósito do artigo de Janaína Amado é o de analisar as “motivações” que levaram trabalhadores rurais nas décadas de 1940 a 1960 a migrar de diferentes regiões do país para a região onde se localizavam as terras devolutas de Formoso e Trombas, e de como este processo converteu-se em *revolta*. Amado fundamenta sua argumentação tendo como ponto de partida a transição entre uma realidade anterior à chegada às terras devolutas – momento freqüentemente identificado pelos próprios posseiros como sendo de muito sofrimento e privação – e o processo de transformação de pobres famílias de lavradores migrantes em *camponeses*.

Essa transformação resulta de um complexo acúmulo de experiências adquiridas pelos posseiros em contato com as mais variadas situações nas quais se vêem em constante necessidade de apreenderem novas formas de se relacionar com as adversidades. Nesse sentido, a *resistência* para a autora está cimentada no reconhecimento pelo próprio posseiro de sua condição de sujeito. É na construção de sua identidade, ao perceber-se enquanto “uma pessoa” em lugar de ver-se como “ninguém”, que esse sujeito forja as armas para enfrentar seus antagonistas.

³⁴ AMADO, Op.Cit.p.53.

Nesse sentido, a conversão de trabalhadores rurais migrantes em *camponeses*, em sujeitos construtores de sua própria identidade, implica num complexo sistema de referências trazidas consigo por meio de distintas experiências de relações de trabalho e exploração vivenciadas noutros lugares, conjugadas a novos valores e atribuições adquiridos tanto no momento do percurso da migração quanto no processo de estabelecimento e defesa das terras onde cultivaram posse.

É a partir da noção elaborada pelos posseiros do que significa “ser alguém” e “ser uma pessoa”, que Amado localiza o conjunto de referências utilizadas nas escolhas a serem feitas frente às adversidades enfrentadas. Essa noção, segundo a autora, “funciona como uma espécie de bússola para os posseiros”³⁵, o que significa dizer, que suas ações, tanto aquelas realizadas no momento do confronto armado – o que implica na própria opção pelo confronto – quanto aquelas que tiveram curso num momento posterior, e que sinalizaram para uma inserção dos camponeses nas lutas legais, são o resultado de escolhas pensadas e executadas pelos próprios posseiros.

Partindo de depoimentos colhidos juntos a posseiros que vivenciaram a experiência de Formoso e Trombas, Janaína Amado estabelece quatro fases sucessivas – e interligadas – de construção da *identidade* do camponês por ela analisada. São elas, o “antes”, o “estar mudando”, o “depois”, e o “depois do depois”. Esses quatro momentos consecutivos e distintos na experiência de vida das famílias de posseiros seriam pensados, segundo Amado, tendo como referência a chegada às terras devolutas. Somados, esses “quatro eixos” formarão a *identidade* do camponês: a elaboração de uma concepção própria acerca de *quem são* e do que significa “ser uma pessoa”. E teria sido exatamente por meio da luta pela terra e da conquista de um espaço no cenário político local que esses sujeitos puderam reconhecer-se como *pessoas*, o que implicou, segundo a autora, no exercício do respeito com que deveriam ser tratados e no direito de conduzirem seu próprio destino a partir da própria noção do papel que lhes caberia no conjunto social.

Ao privilegiar os anos iniciais de luta dos posseiros, concentrando sua análise principalmente em elementos que envolvem o processo de migração para a região, a autora adota uma postura que lança luz sobre aspectos pouco abordados por outros autores. Sua proposta conduz-nos a uma tentativa de pensar o processo de luta desencadeado em Formoso e Trombas tendo como maior referência as perspectivas elaboradas pelos próprios posseiros enquanto sujeitos que são *donos* de seu próprio destino. Essa posição é importante tendo em vista que não são raros os trabalhos que, ao contrário, não concebem a possibilidade de se

atribuir *capacidade* aos camponeses na elaboração de formas de organização que não estejam diretamente subordinadas a formulações *externas*.

Outra linha de interpretação irá, no entanto, contrapor-se a essa perspectiva. Em linhas gerais, poderíamos dizer que essa visão concebe a história das lutas em Formoso e Trombas a partir de um enfoque que tem como ponto central a entrada do PCB nos conflitos. Nesse sentido, a experiência de luta pela terra em Formoso e Trombas é pensada enquanto uma divisão entre o “antes” e o “depois” da chegada dos quadros do PCB à região e de seu engajamento nas lutas.

Elaborado entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980, o trabalho de Maria Esperança Carneiro resulta de uma vigorosa proposta de pesquisa que procura resgatar as experiências de lutas camponesas recentes (entre as décadas de 1940 e 1960) em Goiás. Surgido num momento em que os debates e iniciativas acerca da abertura política e da redemocratização do país começam a ganhar maior vigor, o estudo de Carneiro expressa um revigorado interesse pela reconstituição das formas de sociabilidade e vivências populares frente a secular ausência de políticas públicas que contemplassem amplos setores sociais que persistiram marginalmente ignorados em suas reivindicações pelo poder público estadual durante décadas. O trabalho de Carneiro procura reconstituir, a partir do depoimento de posseiros que participaram das lutas, os principais eventos que caracterizaram a experiência de Formoso e Trombas como uma revolta camponesa. A memória dos sujeitos envolvidos assume um papel predominante em sua pesquisa, ocupando quase que integralmente seu trabalho. A ênfase que procura dar à própria “voz” dos posseiros que participaram das lutas demonstra a opção da autora por uma proposta que viesse resgatar as ricas experiências vividas por homens e mulheres que participaram das lutas, devendo, para melhor cumprir seu propósito, ser contadas por eles mesmos.

Maria Esperança Carneiro parte de uma visão global sobre a problemática da luta pela terra fazendo um breve histórico da ocupação fundiária no Brasil, procurando demonstrar como se deram a formação e a reprodução da estrutura agrária no país. Carneiro compreende o movimento de migração para a região de Formoso e Trombas – iniciado segundo a autora em 1948 – como parte do processo de formação de uma frente de expansão que tinha o Centro-Oeste brasileiro como direção.

Para Carneiro, o início das lutas se dá como resistência de posseiros a tentativas de um fazendeiro da região de cobrança de *arrendo* pelas terras onde estavam localizadas as posses. No entanto, essas primeiras iniciativas de resistência são vistas pela autora como produto de

³⁵ *Ibidem*, p.47.

ações “individuais” e “ineficazes”, não revelando nenhuma organização capaz de solucionar a questão da disputa de terras a favor dos posseiros. Esses anos iniciais – que durariam até 1954 – são denominados como período de “Legalidade”, momento no qual os posseiros tentaram, sem sucesso, o título jurídico da terra sob a liderança de José Porfírio. Nessa “fase” os posseiros *ainda* acreditariam na lei e no governo, e suas ações estariam voltadas para o cumprimento da legislação estadual, principalmente aquela que previa que a cobrança do arrendamento não deveria exceder vinte por cento de tudo o que fosse produzido.

Mas as tentativas pacíficas de legalização das terras seriam encerradas, segundo a autora, no ano de 1954. A *ruptura* nas formas de luta a partir desse ano esteve diretamente associada à chegada dos primeiros quadros do PCB à região com o intuito de organizar a resistência armada. Temos, portanto, segundo a interpretação de Carneiro, uma mudança significativa nas formas de resistência a partir da entrada em cena do partido.

Não negamos a importância do PCB para a organização da resistência dos posseiros em Formoso e Trombas. Ao contrário, como será abordado no próximo capítulo desta dissertação, entendemos que a contribuição dada pela atuação dos comunistas foi de suma importância para o desempenho e legitimidade adquiridos pelos posseiros nos anos subsequentes. O ponto de discordância em relação à postura adotada por Maria Esperança Carneiro reside no *corte* que a autora faz entre “legalidade” e “luta armada”. Segundo sua interpretação haveria o “antes”(fase *embrionária* de resistência pacífica e individual restrita ao âmbito jurídico) e o “depois”(momento de entrada do PCB nos conflitos e da organização da resistência armada) nas lutas em Formoso e Trombas. O que tentarei demonstrar é que não é correto afirmar que o “antes” se restrinja a ações individuais, carentes, portanto, de uma organização baseada em estratégias de ação coletivas, e nem que o “depois” seja caracterizado apenas pela luta armada, e mais do que isso, tenha implicado num abandono da suposta crença no caminho jurídico.

Embora atribua à chegada dos militantes do PCB uma mudança na eficácia da resistência dos posseiros, Carneiro dirá que a partir do ano de 1956 teria ocorrido uma “cisão” entre as lideranças de Formoso e Trombas e os quadros do partido que atuavam na região. Segundo a autora os desentendimentos que levaram à *saída* do PCB de Formoso e Trombas têm sua origem na constatação de que o movimento dos posseiros teria assumido posições mais avançadas do que aquelas propostas pelos comunistas. A autora cita a existência de uma “ampla participação das bases” para argumentar que o nível de participação política alcançado pelos posseiros de Formoso e Trombas criou dificuldades para a atuação do partido na região, fato que provocou a discordância dos posseiros com várias proposições do partido que não se

adequassem ao que entendiam como orientações corretas as serem seguidas. O que não fica claro é se essas discordâncias teriam ocorrido entre posseiros e militantes do PCB ou entre os próprios quadros do partido e suas instâncias superiores, como insinua Sebastião Abreu e como insinuará Paulo Ribeiro Cunha.

O trabalho de Paulo Cunha sinaliza com uma proposta interpretativa em muitos aspectos divergente dos estudos até aqui considerados. Sua preocupação maior parece ser a de *resgatar do esquecimento* a que teria sido relegada a importância do PCB para os acontecimentos de Formoso e Trombas, o que, segundo ele, teria sido negligenciado pelos outros autores que se dedicaram ao tema.

Tendo como principal conjunto de fontes, entrevistas feitas com antigos nomes do PCB que estiveram presentes em Formoso e Trombas nos anos de conflitos, Paulo Cunha constrói sua argumentação com base na memória desses militantes, o que faz com que seu trabalho trace um percurso distinto dos anteriores. Preocupado na maior parte do tempo em *recuperar* a trajetória do PCB em Formoso e Trombas, Paulo Cunha faz uso das entrevistas realizadas com a inequívoca intenção de *confirmar* suas hipóteses, ficando ausente de seu texto qualquer preocupação em problematizar o uso da fonte oral. O resultado acaba sendo um trabalho escrito em tom *memorialista*, o que termina por expressar menos o *ponto de vista* dos posseiros envolvidos – aqui inteiramente secundarizados em sua própria experiência – suas contribuições e realizações nas lutas, do que *uma história contada a partir da ótica do partido*.³⁶

A postura de Paulo Ribeiro torna-se mais evidente quando a situamos como *estratégia* de ressignificação da memória do partido nas lutas em Formoso e Trombas. A tarefa, portanto, engendra-se como *ação* direcionada para a construção de uma *representação* do passado que se oponha abertamente ao perigo do *esquecimento*. Essa *missão* reveste-se de sentido frente a um quadro de reconhecido silêncio sobre a atuação do PCB em Formoso e Trombas. Um silêncio, diga-se em tempo, construído com a colaboração do próprio PCB. Não menos importante é o fato de que as entrevistas que realiza terem ocorrido entre 1990 e 1991, momento no qual há em todo o mundo uma profunda reflexão acerca dos partidos comunistas, suas trajetórias, bandeiras, e o papel que deveriam desempenhar num mundo pós-Muro de Berlim. No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro vivia seus instantes finais antes de ser dissolvido em janeiro de 1992, passando a se chamar Partido Popular Socialista(PPS).

³⁶ É importante assinalar que os entrevistados de Paulo Cunha são na sua maioria militantes ou ex-militantes do PCB.

Paulo Cunha, assim como Carneiro, atribui aos primeiros anos de luta – até 1954 – um caráter de *resistência passiva*, realizada *ainda* no terreno jurídico, portanto, *apenas* na esfera das lutas *legais*. O autor dispensa pouquíssimas linhas a esse momento, considerado por ele como uma fase de ações dispersas e desarticuladas, ineficazes iniciativas de cunho individual que pouco teriam contribuído para a efetiva *vitória* dos posseiros. Como exemplo dessas ações consideradas como práticas individuais e ineficazes, o autor cita as idas de José Porfírio a Goiânia para falar com o governador Pedro Ludovico, e sua viagem ao Rio de Janeiro, em 1953, quando o posseiro esteve pessoalmente com o presidente Getúlio Vargas no Palácio do Catete.

Essas seriam, segundo Paulo Cunha, ações que demonstrariam uma certa *inocência* de Porfírio na crença de que poderia ver solucionado a questão das disputas de terras apenas procurando a mediação de autoridades. O autor ainda explora o fato desses episódios revelarem uma inabilidade do posseiro na condução das lutas devido a pouca compreensão que tinha delas. É importante destacar esse aspecto na obra de Paulo Cunha, pois será a partir de uma tentativa de *desconstrução* da imagem de Porfírio – no que o autor se esforça para mostrar um indivíduo inseguro, influenciável, e de pouca capacidade intelectual – que inversamente serão inseridas as habilidades dos quadros do PCB e sua imprescindível importância para o sucesso das lutas.

Mas se os anos iniciais são de ausência de organização por parte dos posseiros, esse quadro teria mudado radicalmente, segundo Paulo Cunha, a partir de 1954, ano apontado como sendo o da chegada dos primeiros militantes comunistas em Formoso e Trombas. Esse momento teria dado início a uma “Nova Fase”, o que nas palavras do autor significou um verdadeiro “salto qualitativo no processo de organização e resistência.” O que Paulo Cunha procura demonstrar a partir daí é que somente com a presença do PCB e em decorrência da habilidade de seus quadros surge uma verdadeira organização dos posseiros, iniciando uma nova fase de articulação onde a resistência – anteriormente dispersa e pouco eficiente – passa a ser conduzida de maneira objetiva, adquirindo perspectivas de uma luta revolucionária.

Não obstante o estudo de Paulo Cunha, sem sombra de dúvidas, abrir uma nova perspectiva de análise ao inserir o PCB nos debates sobre Formoso e Trombas – tema apenas insinuado e pouco explorado por outros autores – seu empenho, a nosso ver excessivo, em querer *salvar* o partido de uma participação secundária nas lutas, acaba por resultar num efeito oposto: ao privilegiar a atuação do PCB com o intuito de demonstrar a importância dos comunistas na elaboração e efetivação da resistência, os posseiros praticamente *desaparecem* dos momentos de decisão, ficando a impressão de que teriam agido apenas sob a

determinação do partido. Em Paulo Cunha, são os posseiros que participam numa posição secundária, assumindo o partido o papel de formulador e executor das estratégias de resistência.

É dessa forma que o PCB estará por traz das principais e decisivas posturas assumidas pela resistência a partir de 1954. Seja quanto aos rumos tomados no processo de luta – luta armada ou nos marcos legais – seja ainda quanto aos momentos de maior potencialização das demandas e das conquistas realizadas, tudo dependerá e estará estreitamente condicionado às circunstâncias atravessadas pelo partido, por meio de suas disputas internas – expressas, por exemplo, nos conflitos entre o Comitê Central e o Comitê Estadual em Goiás – ou na disposição dos militantes em atuar junto aos posseiros.

A nosso ver, ao *reduzir* a presença dos posseiros no processo decisório acerca da construção dos caminhos da resistência e relegá-los a meros seguidores das formulações e desejos do partido, o autor reproduz uma visão que *naturaliza* uma dita *incapacidade* dos camponeses em promover formas de organização distintas – o que implica no próprio reconhecimento de que são capazes de se organizar – restando-lhes apenas e incondicionalmente, recorrer ou se deixar conduzir pelo auxílio de uma mediação *verdadeiramente organizada e consciente* – o partido – capaz de converter ações desarticuladas em projetos objetivos e sistematizados. Do ponto de vista intelectual esta postura se torna ainda mais grave, posto que retira das classes subalternas a possibilidade de *fazer* história sem que sejam conduzidas por alguém que possua um saber *de fora*.

Revelador da perspectiva adotada por Paulo Cunha acerca das relações entre o PCB e os posseiros e das conseqüências dessas relações para a efetivação da resistência é o perfil que o autor constrói do posseiro José Porfírio. Liderança de maior projeção nas lutas em Formoso e Trombas, Porfírio deve seu protagonismo, segundo Paulo Cunha, a uma estratégia do PCB que visava concentrar a resistência na “figura carismática” do posseiro, atitude que pouparia a luta pela terra em Formoso e Trombas de uma associação com o comunismo.

A propósito dessa *ausência* de referências ao PCB, o que pode ser verificado na imprensa comunista do período, Paulo Cunha dirá que deriva direta ou indiretamente da estratégia formulada pelo próprio partido. A imprensa ligada ao PCB teria tido o cuidado de não associar a resistência aos planos do partido – revolucionários segundo o autor – sob o risco de prejudicar a luta dos posseiros em face de uma iminente intervenção policial. A historiografia, não atenta a esta estratégia, teria construído uma versão da secundarização do partido, *superdimensionando* a exposição da figura de José Porfírio – obra do próprio PCB – e relegando a um segundo plano os comunistas e outros nomes ligados ao partido.

Essa postura fica ainda mais evidente quando Paulo Ribeiro dedica parte de sua dissertação à análise da *personalidade* de José Porfírio. Assumindo ares de desmistificação da liderança desempenhada pelo posseiro, a leitura de Cunha traça um perfil fragilizado de Porfírio, caminhando no sentido de reforçar sua hipótese de preponderância nas decisões e rumos dos acontecimentos à ação dos quadros do partido na região. A imagem de Porfírio que emerge da análise de Paulo Cunha é a de um indivíduo que se deixa manipular facilmente; de pouca formação ideológica. Seu caráter especificamente *camponês* é ressaltado em conformidade com sua suposta *falta de tato* para a política. Porfírio é *usado* pelo PCB para figurar como liderança e dissimular a verdadeira direção, que era conduzida pelo próprio partido.

Por tudo que dissemos até o presente momento sobre o estudo de Paulo Cunha, é possível afirmar que sua concepção de resistência em Formoso e Trombas passa necessariamente pela intervenção do PCB, sem a qual os posseiros estariam fadados à ineficácia de suas ações *desorganizadas*. Como vimos, essa intervenção se dá pela presença de quadros do partido atuando na organização da resistência, elaborando estratégias de ação, dirigindo os posseiros nos passos a serem tomados, sempre de acordo, segundo o autor, com as deliberações internas do partido, o que não exclui o fato de que tenham havido conflitos entre as instâncias decisórias.

Creio, no entanto, ser possível discordar de Paulo Cunha quanto a ênfase dada à preponderância do PCB no processo de luta dos posseiros de Formoso e Trombas, sem que para isso tenhamos que secundarizar o papel do partido – postura verificada noutras obras – ou mesmo *devolvê-lo ao esquecimento*. Antes de tudo é preciso afirmar que mais do que *dirigidos* os posseiros *dirigiram* as lutas em Formoso e Trombas. Esse aspecto não elimina a importância do partido na construção da resistência, apenas tenta colocá-la num lugar a partir do qual seja possível empreender os significados de suas contribuições para a luta dos posseiros. Nesse sentido, compreendemos que a participação dos comunistas ao lado dos posseiros em Formoso e Trombas representou *mais uma* possibilidade de luta, passando a agregar-se a outras formas de organização precedentes e que continuaram sendo praticadas mesmo após a chegada dos militantes comunistas à região.

Os mutirões organizados para as colheitas, tanto em épocas de confrontos quanto em momentos de *paz*, as reuniões realizadas segundo o local de moradia (conhecidos como Conselhos de Córrego), a construção de canais de negociação com políticos e autoridades estaduais e nacionais, a perspectiva do equacionamento legal das terras em disputa, a utilização por posseiros e aliados do espaço da imprensa como arena de um vigoroso conflito, constituíram-se em práticas de resistência que foram sendo forjadas durante o processo de

luta. Essas práticas, muitas delas em vigor muito antes da presença efetiva do PCB, como os mutirões por exemplo, não foram abandonadas em nenhum momento pelos posseiros. Ao contrário, foram *incorporadas* pelos comunistas e dinamizaram-se na medida em que puderam contar com uma rede de relações construída com o auxílio do partido em variados espaços, convertendo-os em espaços de luta.

Portanto, ao nos voltarmos para uma análise das práticas de resistência perpetradas pelos posseiros desde o início das lutas, o que deve ser feito levando em conta suas *experiências* de vida e trabalho, suas formas de empreender a realidade, bem como as expectativas reais diante das demandas por eles inseridas, não devemos divorciá-las de suas relações com o PCB, como se ao serem colocadas em planos separados(o “antes” e o “depois”) , se constituíssem em ações delimitadas pelo “grau de consciência política” mais avançado. A atuação dos quadros do PCB nas lutas em Formoso e Trombas deve ser analisada a partir do que esta contribuiu para a resistência dos posseiros, da mesma forma que ao atuar no campo, diretamente ao lado dos camponeses, o partido pôde incorporar suas perspectivas, às vezes compatíveis, às vezes conflitantes, sendo portanto tal relação menos o resultado imediato de uma imposição que uma complexa e profunda relação de recíproca troca de experiências.

O desafio está em tentarmos compreender a luta dos posseiros de Formoso e Trombas tendo em vista não ignorarmos nenhuma prática de luta, e ao contrário de separá-la em “fases” *menos* ou *mais* politizadas, ou *eficazes* do ponto de vista de conquistas imediatas, analisá-la como um processo que se constrói no calor das lutas.

CAPÍTULO II:

Nas trincheiras da mata: posseiros em defesa de uma conquista – 1948 a 1956

“Deus quando fez o mundo
Não vendeu terra a ninguém
Podem procurar nos cartórios
Que escritura de Deus ninguém tem”³⁷

1- “No norte não tem patrão”³⁸: posseiros em terras devolutas.

Em março de 1956, no momento mais violento das lutas em Formoso e Trombas, o posseiro José Porfírio, enviando carta ao deputado estadual Misach Ferreira(PSD – GO), assim se expressava:

“Temos a certeza de que as pessoas honestas de Goiás, quando tomarem conhecimento da verdadeira situação do Formoso, irão concluir que os bandidos e invasores não somos nós, posseiros, que há tantos anos desbravamos estas terras e que a custa de um trabalho duro e muitas vezes heróico a valorizamos. Invasores e bandidos são os grileiros, que agora tentam outra vez nos expulsar de nossas posses, que roubam nossas colheitas, queimam nossos ranchos, espancam nossas esposas e filhos e que só não nos assassinaram ainda porque temos as nossas carabinas e com elas defendemos nossas vidas.”³⁹

A forma como José Porfírio comunica ao deputado a “verdadeira situação do Formoso” demonstra de maneira bastante clara o que, naquele momento, significa para os posseiros a luta na região: *uma luta de resistência pela preservação de uma conquista*. A conquista de terras desbravadas e valorizadas “a custa de um trabalho duro e muitas vezes heróico”. Para compreendermos melhor os significados dessa *conquista*, e de como posteriormente ela se

³⁷ Quadrinha de autoria de Zé Goiano, poeta de Catalão. Apud. *Terra Livre*, dezembro de 1956.

³⁸ “Vou pro Norte[de Goiás]. No Norte não tem patrão.(...) Para trás ficavam as terras do sul, terras velhas, cujos donos afixavam as unhas amestradas na carne dos homens!” GARCIA, José Godoy. *O Caminho de Trombas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.p.174.

³⁹ Carta de José Porfírio de Souza ao deputado estadual Misac Ferreira. Publicada em *Jornal de Notícias*, 29 de março de 1956.

amplia, é necessário que consideremos as características do processo de ocupação da região do Formoso.

O processo histórico de ocupação da região por famílias de pequenos lavradores remonta aos primeiros anos da década de 1940. A migração para o Formoso esteve inicialmente vinculada à chegada de centenas de famílias – vindas principalmente dos estados do Nordeste e de Minas Gerais – à Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Criada em 1941 pelo governo de Getúlio Vargas, a CANG seria construída em Ceres, região próxima às terras férteis das matas de São Patrício, no centro-norte goiano.

Essa política de criação de colônias agrícolas fazia parte da chamada “Marcha para Oeste”, iniciada em 1938 e que tinha como objetivo a expansão das *fronteiras* agrícolas rumo ao Oeste do país visando a ocupação *definitiva* do território.

A “Marcha para Oeste” constitui-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grande expansão.⁴⁰

A partir da década de 1930, com a intensificação do processo de acumulação capitalista no Centro-Sul do país, o projeto nacional de incorporação de áreas consideradas *isoladas* buscou promover a *ocupação* da região Centro-Oeste ao processo produtivo do país, reservando-lhe o papel de fornecedor de matérias primas e alimentos a baixo custo para o centro urbano-industrial localizado no Centro-Sul do Brasil. Segundo Barsanufu Borges, “esse processo de reestruturação econômica no país resultou na reorganização das economias agrárias regionais e em mudanças na divisão inter-regional do trabalho em nível nacional.”⁴¹ Nesse sentido, a produção agrária do Centro-Oeste brasileiro desempenharia a função de reserva de acumulação para a expansão do sistema econômico calcado no setor urbano-industrial. Longe desse processo implicar numa interpretação *dualista*, que opõe uma industrialização *moderna* dos setores urbanos do Centro-Sul à agricultura *atrasada* do Centro-Oeste, trata-se, segundo Barsanufu, de apontarmos como contraponto a noção de “desenvolvimento desigual e combinado”⁴², produzido como parte de relações

⁴⁰ CARNEIRO, Op.Cit.p.6 e 7.

⁴¹ BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930-1960*. Goiânia, UFG, 2000.p. 7.

⁴² Idem, p. 27, passim.

contraditórias entre espaços econômicos que comportam formas diferenciadas de relações de produção e reprodução do capital. Noutras palavras, significa afirmar, de acordo com as proposições de Francisco de Oliveira, que há uma “integração dialética”, onde

A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos(...), ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. De outra parte, ainda que pouco represente como mercado para a indústria, esta, no seu crescimento, redefine as condições estruturais daquela, introduzindo novas relações de produção no campo(...).⁴³

Embora concordando em linhas gerais com as explicações que vêm o desenvolvimento econômico de Goiás a partir do surgimento e expansão de uma demanda externa por alimentos, base da interpretação de Barsanufu Borges, a historiadora Dulce Portilho Maciel⁴⁴ observa que tal fator é insuficiente por si só e pouco esclarecedor se não levamos em consideração a complexidade do desenvolvimento interno da região, sobretudo a partir da década de 1940 num processo que vinha sendo gestado desde pelo menos a década de 1920. Segundo a historiadora, a *integração* de Goiás ao processo produtivo do país, “não teria sido possível, na intensidade e extensão com que ela se deu, e em tão pouco tempo (apenas 60 anos, desde a fundação de Goiânia até o momento), caso não tivesse havido ali, um anterior processo de desenvolvimento das forças produtivas internas.”⁴⁵

Em Goiás, a expansão da fronteira agrícola ocorreu articulada a uma nova configuração política de ocupação e dinamização de novos espaços regionais. A inauguração da nova capital, Goiânia, em 1942; o projeto de construção da Rodovia Transbraziliiana, convertida posteriormente em trecho da Belém-Brasília; o prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro de Goiás, juntamente com a criação da CANG, a criação da Fundação Brasil Central, são apontados por Barsanufu Borges como ações governamentais no plano estadual e federal que expressavam um projeto de “modernização conservadora” na sociedade agrária regional. Ainda segundo Borges,

Em Goiás, o desenvolvimento da produção agrária deu-se nesse contexto histórico de articulação entre capital comercial e produção tradicional. A reprodução de práticas arcaicas de cultivo e de

⁴³ OLIVEIRA, op.cit.p. 47.

⁴⁴ MACIEL, Dulce Portilho. *Goiânia(1933-1963): Estado e Capital na produção da Cidade*. Niterói:1996. Tese(Doutorado em História), PPGH, Universidade Federal Fluminense. 3vols.

⁴⁵ Idem, p.408.

exploração do trabalho ocorreu em combinação com a expansão da fronteira agrícola e a crescente espacialização da produção no campo.⁴⁶

A Colônia Agrícola de Ceres, por meio de massiva propaganda feita pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do Governo Vargas, anunciava a distribuição de glebas a famílias de lavradores e a formação de um núcleo colonial onde lhes seriam fornecidos além das terras, ferramentas e assistência técnica para o cultivo. A Colônia tinha uma área de 44.500 ha. e foi dividida em lotes de 20 a 50 ha. a pequenos lavradores. Mas os objetivos da CANG seriam apenas parcialmente alcançados, sobretudo até fins da década de 40. As promessas de assistência e apoio técnico não se efetivaram, ocasionando crescente insatisfação nas famílias que atenderam ao chamado do governo em seu intuito de *colonizar* o Centro-Oeste brasileiro. Segundo Eliane Dayrel,

A colônia fracassa pelas dificuldades de aplicação do projeto inicial, assumindo, entretanto, a função de área de ocupação pioneira, até ser absorvida pelo sistema econômico nacional. A partir de então, a pequena propriedade cedeu lugar à grande e a pequena produção cedeu lugar à produção capitalista.⁴⁷

A notícia de que em Goiás estavam sendo distribuídas terras de graça a trabalhadores rurais, mobilizou grande contingente de famílias que, na maioria dos casos, vinham de ser expulsas das terras onde anteriormente trabalhavam. Frente à frustração e impossibilidade de permanecerem na CANG, muitas dessas famílias teriam deixado a colônia com destino às terras devolutas ao norte de Ceres. Parte dessa população de migrantes, que na década de 1940 atingiu a proporção de 18,9% da população do Estado,⁴⁸ lançou-se no desbravamento de novas áreas de terras devolutas que seriam valorizadas em função do trabalho realizado pelas famílias de migrantes convertidas em posseiros. Nesse período, o mote de desbravamento das terras do “Oeste”, sobretudo a *ocupação* de Goiás e Mato Grosso, de acordo com as pretensões estadonovistas, desde que devidamente planejada pelo governo federal, asseguraria o progresso do Brasil e atenderia os anseios de variados setores da sociedade. Ainda segundo Dayrell,

⁴⁶ BORGES, op.cit. p. 26.

⁴⁷ DAYREL, Eliane Gracindo. *Colônia agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*. Goiânia, Dissertação de Mestrado, UFG, 1974. p.41.

⁴⁸ IBGE. *Censo Demográfico do Estado de Goiás(1950)*. Vol. XXX, Tomo I, 1956.

O Oeste se apresenta para os trabalhadores, agricultores, industriais, administradores políticos com a chave da solução para seus problemas. Os primeiros vêem a probabilidade de melhores salários e mesmo de posse de um pedaço de terra, para os segundos a vastidão e fertilidade da terra vem de encontro às exigências de suas necessidades, para os industriais representa um mercado incipiente e largamente ampliável e para os últimos, a possibilidade de satisfazer aos vários setores econômicos e resolver graves problemas sociais e políticos.⁴⁹

O grande contingente de famílias que ruma para o norte de Goiás a partir da CANG soma-se como *excedente* do planejamento de colonização federal às famílias vindas de outros estados e que iriam diretamente para as terras do norte goiano, num processo que é ao mesmo tempo concomitante e intercambiante. Em depoimento concedido à historiadora Maria Esperança Carneiro, um morador do Formoso, que participaria do processo de luta pela terra na região, sintetiza o percurso comumente vivenciado pelas famílias de lavradores provenientes de diferentes regiões e que tiveram as terras férteis do médio-norte de Goiás como destino:

“Minha família morou em muitos lugares(...). Nós trabalhamos de meeiro, parceiro e assalariado, sempre sem garantia nenhuma e a cada colheita, nós víamos que, não estávamos fazendo nem pro gasto mediano da família. Então a gente mudava. Já por volta de 1943, nós recebemos a notícia de que o governo de Goiás estava dando terra de graça. Botamos tudo no carro de boi e fomos para lá. A viagem durou três meses(...), um dia resolvemos ir para a Colônia Agrícola de Ceres. As melhores terras já tinham sido ocupadas(...). Subimos para o Formoso, em 1950. Lá sim tinha terra de cultura, tudo que plantava dava.”⁵⁰

As migrações cujo destino é a área rural estão frequentemente associadas à expansão da fronteira econômica. A abertura de novas áreas à ocupação agrícola promove mudanças estruturais não apenas no lugar para onde se destinam as famílias de migrantes mas também no *lugar de origem*. Da mesma forma que, tanto o *lugar de origem* quanto o *destino* exercem *pressões* sobre as famílias que se dispõem a migrar: seja forçando sua retirada em função de uma *incapacidade* da estrutura agrária em absorver a população excedente, o que quase sempre ocorre como resultado da concentração fundiária e/ou expropriações de pequenos lavradores – fato que está ligado às *pressões de origem*; seja atraindo as famílias de lavradores com a esperança de *dias melhores* – as *pressões de destino* – o que

⁴⁹ Idem, p.69-70.

freqüentemente vem acompanhado de um sentimento utópico da procura pela *terra prometida*, terras férteis, sem dono, e principalmente, *terras onde não há patrão*.

Segundo Bertha Becker, “O processo migratório é freqüentemente um processo seletivo. Somente no caso de uma catástrofe, com secas e inundações, ou por vezes nas migrações de miséria, a emigração da população é global. Em geral apenas parte da população migra.”⁵¹ A “seleção” estaria ligada, segundo a autora, àquelas famílias que de alguma forma tornaram-se “mais conscientes de sua miserabilidade, os que não se conformam com ela”, estando a migração relacionada a essa *tomada de consciência*.

Podemos deduzir, portanto, que a migração pode ser compreendida como o resultado de uma *tomada de decisão*, fruto de uma escolha pensada por homens e mulheres que se negam a continuar vivendo em condições reconhecidamente desvantajosas. Mas essa decisão nem sempre é tomada com facilidade, como atesta o depoimento do posseiro Armando Rosa: “Pra mim, o mais difícil não foi ir pro Formoso, não[...] Difícil foi antes, na hora de resolver se nós ia ou se nós não ia.[...] Eu punha na balança, num prato o coração, no outro prato da balança punha a cabeça, olhava, media: dava empatado!”⁵²

Para Janaína Amado, a possibilidade da migração para as famílias que se dirigiram para Formoso criou uma expectativa em relação ao que encontrariam nas novas terras mas também fez com que as famílias avaliassem a vida que tinham levado até então. Segundo a autora,

Os aspectos da vida considerados insatisfatórios emergiram com clareza e a partir de então foram avaliados criticamente: a impossibilidade de acesso à terra, a dificuldade de cumprir o ciclo camponês, a pobreza, a falta de autonomia, a insegurança, a humilhação, o ‘não ser nada’ e ‘não ser ninguém’. Naturalmente, os aspectos satisfatórios também emergiram e fizeram parte do balanço: os laços de família, compadrio, vizinhança e amizade, as coisas boas do lugar(...).⁵³

É importante ressaltar o repertório variado de experiências vividas pelas famílias que migraram para o Formoso. Significa dizer, que as famílias de migrantes carregavam consigo experiências acumuladas de diferentes relações de trabalho, vivenciadas concretamente na maioria dos casos como relações de exploração, portanto, desde já, experiências de luta.

⁵⁰ Depoimento de um posseiro identificado como “Mineiro”. CARNEIRO, Op.Cit.p.90.

⁵¹ BECKER, Bertha. “As Migrações internas no Brasil, Reflexos de uma Organização Desequilibrada” In.: *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE, Nº 2, ano 30, abril/junho de 1968. p. 111.

⁵² AMADO, Op.Cit.p.58.

⁵³ Ibidem, id.

Esse acúmulo de experiências dos que migraram para o Formoso foi condição fundamental para a posterior articulação em torno da defesa das terras onde mantinha suas posses. Essa *experiência*, construída no decorrer do processo de existência dos sujeitos sociais, elaborada e reelaborada a partir de pressões exercidas pelos próprios sujeitos em contato com a realidade, é termo de fundamental importância para pensarmos como a posterior resistência e luta pela terra se dão como processo⁵⁴. Processo que revela sujeitos que têm, justamente no acúmulo de experiências anteriores, concepções significativas de valores compartilhados que servirão de base na formulação de respostas a serem dadas frente às ameaças de expulsão das terras.

É importante mencionar que 70% das famílias que migraram para a região neste período já haviam migrado anteriormente. Do total das famílias que se estabeleceram em Formoso, cerca de 72.4 % trabalharam como parceiros, principalmente nos estados do Nordeste, 20.8% já haviam sido posseiros noutras terras, e 2.4% conheciam alguma forma de assalariamento, tendo o restante, 4.4%, experimentado outras relações de trabalho.⁵⁵ O que a leitura desses números nos revela é que a chegada à região do Formoso significou uma real possibilidade de acesso à terra para uma massa de trabalhadores rurais que trazia consigo largas experiências de miséria e exploração, suficientes para compreenderem que a nova realidade apresentava-se como uma *conquista*.

Esse sentimento de que a chegada às terras do Formoso significava uma *conquista* era legitimado pela certeza com que os posseiros afirmavam o *direito* às terras. Esse fato marcou desde o início o reconhecimento de que em terras devolutas – como era o caso das terras do Formoso – o lavrador que chegasse com sua família, estabelecesse moradia e cultivasse a terra, tinha o direito garantido de permanecer nela. E essa garantia deveria ser dada pelo Estado. O reconhecimento de que se tratava de um *direito* foi tão importante nos primeiros tempos quanto seria anos mais tarde, quando relembrando a época de chegada à região, um morador de Trombas *reforça* a memória sobre a legitimidade do direito às terras,

“Era uma área vazia, com pouquíssimas fazendas, quase só de terras devolutas, que o Estado de Goiás forçava até por colonizar(...) Era terra do Estado, só tinha poucas fazendas, assim mesmo por longe. E tudo aqui era vazio, era terra de *solta*, onde os fazendeiros soltavam o gado para recuperar, no tempo da seca. Tinha duas fazendas grandes, uma a Campos Belos, pros lados de Porangatu, e outra de fazendeiros de Uruaçu. O mais era *tudo terra sem dono*.”

⁵⁴ Cf. THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.p.182.

⁵⁵ Os dados foram retirados de, AMADO, Op.Cit.p.52.

Fizemos nossos barracos de palha e fomos trabalhar, arrancar as matas, fazer as roças: *nos apossamos da terra*.(grifos meus)⁵⁶

É, portanto, com a chegada à região do Formoso, seguida da derrubada das matas, da construção dos ranchos, do início do cultivo e, principalmente, no momento das primeiras colheitas, que o reconhecimento de que se trata de uma *conquista* reforça a obstinação com que as famílias de pequenos posseiros estarão dispostas a defender a permanência em suas posses. Esse fato marcará, senão a abolição definitiva da dependência, presente noutras formas de exploração, ao menos, o fim do ciclo de miséria, tão presente nas recordações daqueles que passaram pela experiência das migrações.

Se as terras do Formoso significaram desde o início uma *conquista* para os posseiros que lá chegavam, por outro lado essa *conquista* esteve sempre condicionada à necessidade de defesa. No decorrer dos anos de luta, à medida que aumentava o fluxo de famílias para a região, essa necessidade foi se tornando mais evidente. Segundo um camponês de Trombas, na época surgiu um “boato” por todo norte do estado de que,

“(…) na região de Trombas, um tal de Zé Porfírio estava dando terras aos camponeses pobres que quisessem trabalhar. Centenas de agricultores sem terras, sem ter nenhum destino, começaram a afluir à região. O pessoal chegava e o velho Zé Porfírio dizia: eu não sou dono da terra não, não estou dando, elas são devolutas, são nossas; vão escolhendo um pedaço e tocando o peito; vão ocupando e plantando roça, mas vão preparando o pau-furado pra defender elas.”⁵⁷

A relativa tranqüilidade dos que chegavam ao Formoso, encorajados pela certeza de que se apossavam de terras devolutas pertencentes ao Estado de Goiás, passou a ser ameaçada quando fazendeiros da região deram início à tentativa de cobrança de arrendamento.

“No início os fazendeiros da região não tomaram nem conhecimento dos posseiros. Mas ao perceber que mais trabalhadores chegavam, resolveram, embora não fossem donos da terra, cobrar uma porcentagem sobre a produção dos posseiros. Exigiam inicialmente 25% de tudo que fosse produzido. Mais tarde, sem receber nada, foram baixando, até pedirem 5%. Os camponeses lutando(...) resolveram não pagar nada”.⁵⁸

⁵⁶ Depoimento de um morador de Trombas, em *MOVIMENTO*, nº 164, 21/08/78.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Ibidem*.

A tentativa de exploração de posseiros pela cobrança de uma taxa abusiva de arrendamento foi prática bastante disseminada por todo o Estado de Goiás no período. Em Formoso e Trombas, diante da negativa dos posseiros em não pagar valor algum, os fazendeiros que se diziam legítimos proprietários daquelas terras enviavam jagunços para roubar toda a colheita de arroz. É importante assinalar, que no capitalismo o arrendamento assume importante papel como forma de acumulação. O acesso à terra a trabalhadores não proprietários através do arrendamento proporciona ao dito proprietário uma modalidade de exploração que não necessariamente se utilizava do uso da força.⁵⁹ Para José de Souza Martins, o arrendamento significaria para o fazendeiro a possibilidade de extração de uma “segunda renda”, visto que a propriedade da terra, por meio da grilagem, já seria uma forma de extração da renda territorial.⁶⁰

Formoso era nessa época uma pequena vila de poucos casebres localizada no município de Uruaçu, composto ainda pelo distrito de Amaro Leite, a 400Km de Goiânia.⁶¹ As terras férteis, principalmente as da zona da mata, entrecortadas por grande quantidade de córregos, passam a valorizar-se e despertar o interesse dos fazendeiros locais quando começam a surgir as primeiras colheitas nas roças trabalhadas pela leva de posseiros que abrisse posse na região entre fins da década de 1940 e início da década seguinte. Além do trabalho das famílias de pequenos posseiros, outro fator que contribuiria para a valorização daquelas terras até então *sem dono* foi a construção da estrada Transbrasiliana, que até 1953 chegaria a Uruaçu, passando por Ceres, no trecho que ia de Anápolis a Porangatu.⁶² Trombas, ou Vila Dourada como seria também conhecida, era outra pequena vila escondida em meio a mata e às montanhas da região, e teria sido fundada por volta de 1953 pelos próprios posseiros que chegavam a Formoso.

Em princípios da década de 1950 tem início na região uma verdadeira operação de grilagem de terras, capitaneada pelos grileiros Boanerges Veiga e Antonio Capamum, com a ajuda do Juiz de Direito do cartório de Uruaçu, o Dr. José da Veiga Jardim. A ofensiva dos grileiros chegou ao extremo quando foram requeridas como propriedade particular, 75.000 ha. de terras, cerca de 15.000 alqueires, cuja extensão abarcava os imóveis de Formoso, Bonito e Santa Tereza. Munidos com um requerimento de concessão de sesmarias, datado

⁵⁹ Cf. SECRETO, Veronica. “Arrendamento” In.: MOTTA(Org.), Op.Cit.pp.40-43.

⁶⁰ MARTINS, Op.Cit.

⁶¹ Uruaçu tinha, em fins da década de 1940, uma população de 14. 679 habitantes, dos quais mais de 80% da população estava na zona rural.

⁶² A construção da Rodovia tem início nos primeiros anos da década de 1940, por iniciativa do Ministério da Agricultura, para atender às necessidades da CANG. Até 1953, seriam construídos 540 Km. Este trecho seria

de 1775, correspondente à área dos três imóveis citados, os grileiros forjaram uma cadeia sucessória que indicou como herdeira das terras uma família de lavradores residentes no município de Pirenópolis.⁶³

Reproduzo abaixo o dito Requerimento de 1775, encontrado, segundo Sebastião Abreu por um advogado que trabalhava para grileiros de terras que atuavam na região:

“Diz Caetano Cardozo de Moraes, morador em Amaro Leite, que elle suplicante pretende estabelecer e povoar nos mesmos sertões de Amaro Leite huma fazenda de gado vacum e cavalari para o que pretende que Vossa Excellência lhe faça conceder por sesmaria na forma de Reais Ordens de Sua Majestade três legoas de terras na paragem chamada o “Bonito” que parte do Sul com o Engenho de Caetano Cardozo de Moraes e da parte do Norte com a fazenda de Francisco Coelho Guimarães. Ribeirão da Areia baixo, fazendo Pião onde maes conveniente lhe for. Despachos: Informem os Officiais da Câmara. Villa Boa, 29 de abril de 1775(rubrica ilegível).

Ilm.º e Exm.º Snr.: Examinando os Livros de registros das sesmarias acho estarem devolutas as terras que o suplicante pretende pelo que me parece estar nos termos de se concederem. À vista do que Vossa Excellencia determinar o que fôr maes justo. Villa Boa, II de mayo de 1775. a) Manoel Roiz da Costa. Informe o Escrivão da junta da Real Fazenda e responde o Dr. Procurador da Corôa. Va. Bôa, 12 de mayo de 1775(rubrica ilegível).

Ilm.º e Exm.º Snr.: Estando devolutas as terras que o suplicante Caetano Cardozo de Moraes pretende e sendo em sertão, ou fora de Minas seis legoas para se poderem conceder as três que o suplicante pede, *fiat justitia* e Vossa Excellencia mandará o que for servido. Villa Bôa, 12 de mayo de 1775. Como Procurador da Corôa, Ignacio José Alvares d’Oliveira. Passe Carta de Sesmaria na forma das ordens de Sua Majestade. Villa Bôa, 13 de mayo de 1775(rubrica ilegível).⁶⁴

O processo, que ficou conhecido como *Usucapião da Fazenda da “Onça”*, correu na justiça, segundo depoimentos, sem a presença dos posseiros. Entretanto, o julgamento da ação de usucapião determinou que dos quase 15.000 alqueires de terras requeridas pelos grileiros nos autos, somente 6.520 alqueires seriam reconhecidos. Mas, segundo depoimento de um posseiro, “(...) acontece que eles[os grileiros] diziam que esse processo tinha dado

posteriormente incorporado às obras da BR-153, a Rodovia Belém-Brasília. DNER. *História das Rodovias Federais em Goiás*, Ministério dos Transportes, 1984.

⁶³ Segundo Sebastião Abreu, “Depois de afirmar a alguns surpresos e incrédulos membros dessa família que os mesmos eram donos de umas terras no longínquo município de Amaro Leite, na qualidade de descendentes de Caetano, fácil foi levar os falsos herdeiros ao cartório da cidade(...) Em Uruaçu, já na qualidade de cessionários dos ‘herdeiros’ de Caetano Cardoso de Moraes, requereram o inventário deste, a quem atribuíram supostos filhos, netos e bisnetos, até fechar a cadeia sucessória com os falsos herdeiros de Pirenópolis. Op. Cit. p.37.

⁶⁴ Apud. ABREU, Op.Cit.p36-37.

direito a todas as terras devolutas de Formoso e Trombas e cercaram 14 mil alqueires de terras.”⁶⁵ O avanço dos grileiros sobre as terras devolutas onde os posseiros mantinham suas posses, incursões que sempre contavam com a presença de jagunços fortemente armados e que logo passaria a contar também com o auxílio da polícia, desencadeou um ciclo de violência contra as inúmeras famílias de posseiros, obrigando-os a organizar-se para resistir às insistentes ameaças de expulsão das quais eram diariamente vítimas.⁶⁶ Nessa época começa a se destacar na região a figura do posseiro José Porfírio de Souza. Natural de Pedro Afonso, município do norte goiano, Porfírio teria chegado a Formoso em 1950. No entanto, somente por volta de 1953 o posseiro teria iniciado efetivamente sua atuação no sentido de organizar uma resistência contra os abusos cometidos pelos grileiros da região.

Ao que parece, o objetivo inicial não era o de obter títulos de propriedade. Bastava para que se considerassem no direito de permanecerem nas terras, o reconhecimento que tinham de que as terras em questão eram devolutas e o fato de trabalharem e morarem nelas. Essa concepção, sofreu um duro golpe diante das freqüentes contestações apresentadas a partir de uma incursão dos grileiros pelos meandros da Lei. Na opinião de um posseiro presente nesses anos iniciais, “(...)A grilagem deu a força que os grileiros não tinham antes, deu o papel, deu a escritura, aí nós ficamos embaraçado, sem saber o que fazer, mas aí apareceu o Porfírio com muitas idéias e nós acompanhamo ele no desespero.”⁶⁷ No entanto, a certeza de que tinham direito às terras não se abalou.

O que surge nesse momento é a necessidade de *entrar* na arena da disputa jurídica. Tornar-se proprietários, mediante a obtenção de títulos expedidos pelo Governo, só passou a se constituir num objetivo de luta a partir do momento em que se apresentou como uma *necessidade*. O “papel”, a “escritura” em posse dos grileiros deveria ser contraposta pelo “título de propriedade”, pela legitimação jurídica de um *direito* que fincava raízes numa concepção *costumeira* de acesso à terra, pela qual o direito à posse da terra era compreendido como *justo* e inquestionável para aqueles que residiam e cultivavam suas posses. Nas palavras de Geraldo Marques, apontado como uma das principais lideranças em Formoso, “(...)posse não é propriedade. A propriedade a gente larga, abandona, vai *simbora*, pode até nunca mais voltar, que ela fica para os herdeiros, porque está garantida por escritura de cartório. Mas posse, não. Posse é o homem em *riba* da terra, plantando, suando,

⁶⁵ Depoimento do *Camponês B*, In.: CARNEIRO, Op.Cit.p103.

⁶⁶ O episódio da morte de um sargento da polícia após ser baleado pelo posseiro Nego Carreiro, em abril de 1955, é sempre recordado pelos posseiros como o fato que provocou uma reação violenta do governo.

⁶⁷ Depoimento de um posseiro, identificado como “Camponês C” a Maria Esperança Carneiro. Op.Cit. p.109.

sofrendo.”⁶⁸ Foi, portanto, as seguidas ameaças de expulsão, que fazia uso tanto da violência quanto dos meandros jurídicos, o que *forçou* os posseiros a requerer os títulos de propriedade.

As ações iniciais de resistência ocorreram no próprio local das disputas. Negando-se a abandonar as terras, seja pela expulsão pura e simples ou pela assinatura forçada da desistência das posses, e negando-se ainda a pagar às cobranças de arrendamento, os posseiros começaram a se organizar para resistir às incursões dos jagunços e da polícia a mando dos fazendeiros e grileiros que atuavam na região. Essas ameaças de expulsão eram freqüentemente acompanhadas do roubo das colheitas, da queima das casas dos posseiros, e de uma série de violências físicas e morais praticadas contra velhos, mulheres e crianças. São muitos os relatos sobre humilhações por que tiveram que passar as famílias de posseiros que resistiam em abandonar seus ranchos ou a pagar o *arrendo*.⁶⁹

Essa prática reveladora de relações tradicionais de violência contra pequenos lavradores, encontrou na reação dos posseiros de Formoso e Trombas uma obstinada e violenta contestação à sua reprodução. Organizados em mutirões, experiência já bastante conhecida entre as famílias que migraram para a região, os posseiros agiram coletivamente no intuito de manterem-se nas terras, seja por meio da tentativa de equacionamento legal, seja na posterior defesa armada das posses.

A atuação dentro da ordem instituída e a resistência armada conjugar-se-iam como estratégia maior de luta. Mesmo no período mais agudo de confronto armado, entre os anos de 1954-1956, o canal de diálogos aberto pelos posseiros com as autoridades institucionais não foi abandonado. Esse fato coloca-nos uma importante questão no tratamento das formas de resistência dos posseiros de Formoso e Trombas: as ações conjugadas de defesa da terra lograram não apenas consolidar a organização e capacidade de luta dos posseiros, mas, sobretudo, *ampliaram* possibilidades alternativas de construção social e política.

É como parte dessa prática *ampliada* de resistência que podemos compreender a procura por uma intervenção do Governo goiano e do Governo Federal a favor da permanência dos posseiros nas terras onde mantinham posse, principalmente a partir de 1952. Liderados pelo posseiro José Porfírio na região de Trombas, e José Firmino em Formoso, os posseiros organizaram-se em comitivas rumo a Goiânia com o intuito de solicitar audiências com o ex-interventor, e agora governador, Pedro Ludovico Teixeira

⁶⁸ Apud. ABREU, Op.Cit. p.105.

⁶⁹ São recorrentes nos depoimentos dos posseiros lembranças sobre esse período de violência. É sempre citado o episódio em que um fazendeiro da região amarrou dois posseiros a uma árvore, obrigando-os a comer as fezes um do outro. Também aparecem relatos em que posseiros foram obrigados a comer um sapo vivo.

(1951-1954), visando obter do governo goiano o reconhecimento oficial do direito às terras pretendidas pelos grileiros. Dessa iniciativa resultou o compromisso assumido por Ludovico de que as famílias de posseiros ameaçadas de expulsão deveriam permanecer em suas terras. Em Nota Oficial do Gabinete da Governadoria do Estado, assinada pelo Governador e datada de 18 de março de 1953, a questão era conduzida nos seguintes termos:

O Senhor José Firmino Nascimento e seus companheiros devem permanecer na Fazenda ‘Bonito’, município de Uruaçu, até que se resolva o caso litigioso relativamente a essas terras, gozando de todas as garantias em suas benfeitorias.”⁷⁰

Em abril do mesmo ano, após realização de uma coleta de fundos entre os posseiros, José Porfírio seguiu viagem com destino ao Rio de Janeiro. O objetivo: falar pessoalmente com o Presidente Getúlio Vargas e pedir-lhe que resolvesse a questão do Formoso. Na ocasião, Porfírio entregou carta a Vargas relatando a situação das inúmeras famílias ameaçadas de despejo por conta da ação dos grileiros, recebendo do presidente a *promessa* de que o caso seria encaminhado ao governo de Goiás, pois já que se tratava de questão que dizia respeito a terras devolutas, esta deveria ser resolvida pelo governo estadual.⁷¹

José Porfírio, em entrevista a repórteres da revista *O Cruzeiro*, assim se referiu àquelas ações iniciais:

“Quando vim pra cá com os outros(1950), disseram-nos que estas glebas pertenciam ao Estado.(...)Em 19 de maio de 1952 requeri do Governo 20 alqueires. O protocolo do meu requerimento é n. 3.889. Como eu, centenas de posseiros também fizeram o seu requerimento. Mas o Departamento de Terras não os despachava(...) Nós íamos ao Governo, e lá continuavam nos informando que as terras eram realmente devolutas. Legítima, só a sesmaria das Onças.(...) Fizemos um abaixo-assinado e o entregamos ao governador Pedro Ludovico, que nos assegurou que seríamos mantidos na terra(...) O Dr. Getúlio [Vargas] mandou até um telegrama dizendo que mandara um Ofício ao governador Pedro Ludovico, pedindo solução para o caso.”⁷²

⁷⁰ Publicada em *Jornal de Notícias*, 29 de março de 1956.

⁷¹ As informações da carta de José Porfírio a Vargas constam no Protocolo n. 25078/53, cx. 350, do Fundo da Secretaria da Presidência da República, no Arquivo Nacional-RJ. Consta ainda nessa documentação, esclarecimento do Secretário da Presidência, Francisco Negrão de Lima, sobre o encaminhamento do pedido dos posseiros ao Governo de Goiás.

⁷² *O Cruzeiro*, 14 de abril de 1956.

Essas ações não resultaram numa solução definitiva a favor dos posseiros. Ao que parece, não passaram de retórica visando apaziguar os ânimos, visto que nenhuma medida concreta foi tomada pelo governo goiano para barrar o ímpeto dos grileiros e assegurar às famílias de posseiros a tranquilidade necessária para a realização do trabalho de cultivo das lavouras. Entretanto, mais do que significar uma real solução dos conflitos que se iniciavam, o resultado, bem como as motivações que levaram os posseiros a se organizar, sinalizam para um entendimento que perceba tais ações como uma luta que passava a se construir coletivamente, acumulando forças e saberes frente à experiência comum da realidade da expropriação.

Os estudos acadêmicos que tratam do tema, como vimos no Capítulo I, tendem com menor ou maior ênfase a desqualificar os anos iniciais da luta dos posseiros em Formoso e Trombas, atribuindo-lhes atuações individuais e ineficazes, até mesmo ingênuas e incoerentes, “um confuso processo de resistência”⁷³, frutos da falta de uma orientação capaz de mostrar os corretos caminhos a serem seguidos. Ao contrário do que afirma essa visão, longe de significarem ações isoladas, produtos de decisões individuais ou obra do voluntarismo incoerente e ingênuo de Porfírio, estamos diante de um conjunto de ações que resulta da percepção de que há uma ameaça real da quebra dos *modos de vida* e das normas compartilhadas pelos posseiros que vão muito além das disputas por um *pedaço* de terra.

O que está em jogo para os posseiros que resistem é sua própria existência enquanto trabalhadores *executores de seu próprio destino*. Agindo a partir de referenciais forjados na própria experiência de vida, esses posseiros formularam respostas a pressões que, convertidas em atuação e possibilidades reais de conquista, demonstram o quão errônea é a premissa que atribui eficácia apenas às lutas travadas no âmbito da mediação partidária. No caso da experiência histórica que aqui tratamos, a postura minimizadora das ações iniciais empreendidas pelos posseiros, decorre da (in)compreensão de que é somente a partir de 1954, com a chegada de quadros do Partido Comunista do Brasil (PCB) à região dos conflitos, que se torna possível a organização e eficiência nas ações de luta pela terra.

Ao que parece, a desqualificação das primeiras ações de resistência como ações individuais se deve ao fato de o nome de José Porfírio figurar como o de liderança maior das lutas em Formoso e Trombas. Assim, fica a impressão de que Porfírio agia sozinho e por conta própria. Não é como tentativa isolada e individual que deve ser entendido, por exemplo, o episódio mencionado pela bibliografia – embora não confirmado pela mesma – da ida de José Porfírio ao Rio de Janeiro para entregar pessoalmente uma carta ao

presidente Getúlio Vargas e solicitar uma intervenção favorável do Governo Federal. Primeiramente porque, ao contrário do que nos faz crer a bibliografia, Porfírio não procurou o presidente por conta própria e muito menos apenas em seu nome. Sebastião Abreu nos dá algumas pistas sobre o caráter coletivo dessa ação. Segundo o autor, ao expor aos demais posseiros o desejo de viajar ao Rio de Janeiro para falar pessoalmente com o presidente, Porfírio recebeu apoio dos companheiros e, “Uma coleta de fundos foi então realizada entre os camponeses”, iniciativa que teria permitido a realização da viagem.⁷⁴

A participação de outros posseiros nesse episódio, bem como a “cooperação” que pode ser auferido pela “coleta de fundos”, indica-nos, ao contrário do que afirma parte da bibliografia especializada, que tratou-se de uma ação conduzida por um grupo de posseiros que se mobilizou para realizar uma tentativa de equacionamento da questão das disputas de terras na região por meio de uma intervenção direta do presidente.

Não foi possível recuperarmos o conteúdo da carta que Porfírio teria levado a Getúlio Vargas. No entanto, pudemos conferir o *Protocolo* da mesma, o que não só atesta a existência da carta como fornece elementos que sustentam nossa argumentação. A leitura do Protocolo revela não o desejo individual de Porfírio mas o interesse coletivo dos posseiros que vivenciavam a mesma situação. O *Protocolo nº 25078/53* informa que “Posseiros do Município de Uruaçu, ameaçados de despejo das terras q. ocupam, solicitam proteção.” O documento aponta como procedência, “José Porfírio e outros”. Para além da linguagem utilizada pela Secretaria da Presidência da República, cuja ênfase na “proteção” solicitada caracteriza a ideologia propagandeada pelo órgão no período, o que podemos extrair do breve conteúdo do *Protocolo* confirma a atuação coletiva dos posseiros, ou no mínimo sua representação delegada na pessoa de José Porfírio.⁷⁵

A sentença do Juiz de Uruaçu, José Veiga Jardim, deu ganho de causa ao grileiro Boanerges Veiga no processo de Usucapião da Fazenda da Onça. Em agosto de 1953 o grileiro pediu ao Governo do Estado o auxílio de tropas policiais para desocupar as terras.

⁷³ CUNHA, Op.Cit.p.85.

⁷⁴ Em relato de Abreu – cuja informação, ausente em outros autores, permitiu-me checar a existência da referida carta – Porfírio foi recebido por Vargas no Palácio do Catete. Segundo Abreu, Porfírio teria dito certa vez em uma reunião de posseiros que “O presidente me disse que as terras devolutas pertencem aos posseiros. Por isso nós devemos lutar para defender o que é nosso.” Op.Cit.p.123.

⁷⁵ Em depoimento ao *Jornal de Notícias*, publicado em 17 de março de 1957, o vereador por Anápolis, Gentil de Souza afirma ter sido responsável pela obtenção de “meios” para que José Porfírio viajasse ao Rio de Janeiro. Segundo o vereador, Porfírio “Foi em companhia de dois companheiros. Como estavam mal trajados, a guarda do Catete quis barrar sua entrada, somente cedendo diante da energia e insistência de Zé Porfírio, que afirmou ao porteiro do Palácio sua decisão irrevogável de falar com o presidente, dizendo que viera de muito longe e queria resolver um assunto muito importante.”

Sob o argumento de que era o “verdadeiro” dono de toda área de 15.000 alqueires e de que os posseiros é que eram os *invasores*, o grileiro Boanerges Veiga, juntamente com o juiz José Veiga Jardim, contando com o apoio militar da polícia e de jagunços, deu início a uma intensa tentativa de expulsar os posseiros das terras do Formoso, que na época tinha cerca de duas mil famílias com posse, algumas famílias ao que consta há mais de 25 anos na região.⁷⁶

Ao mesmo tempo em que os posseiros se organizavam em comissões destinadas a solicitar garantias do Governo de que não sofreriam nenhum tipo de violência, outra solução era buscada por José Porfírio, segundo consta em depoimento seu dado à revista *O Cruzeiro*, em 1957. Porfírio contou ter ido a Porangatu e se reunido com os grileiros beneficiados pela decisão do juiz de Uruaçu. Na ocasião, o posseiro teria feito proposta de comprar mil alqueires dos quinze(ou quatorze) mil disputados. Os grileiros se recusaram, no que Porfírio fez outra proposta: comprar para si 50 alqueires. Diante de nova negativa, o posseiro teria chegado ao desespero de, mostrando seu requerimento de 20 alqueires concedido pelo governo, pedir que os grileiros lhe vendessem apenas 5 alqueires de terras para trabalhar! Na avaliação de Porfírio, a situação que se apresentava não deixava dúvidas: “Não havia mais a quem apelar, não havia solução para o caso dentro da lei, dentro da paz.”⁷⁷

A constatação de José Porfírio de que “não havia solução para o caso dentro da lei”, confirmada em outros momentos pelo próprio posseiro, não implicou num abandono definitivo de tal possibilidade. O que a leitura das fontes aponta é que em nenhum momento a perspectiva de atuação *dentro da lei* foi deixada de lado pelos posseiros. A estratégia de resistir de armas na mão às ações de expulsão apresentou-se como necessidade imperiosa para os posseiros, mas ela não esteve nunca divorciada de outras formas de resistência.

Momento revelador dessa conjugação de estratégias de resistência foi a criação de uma associação de lavradores para que passasse a representar juridicamente os posseiros do Formoso. A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Formoso foi fundada em 30 de janeiro de 1955, durante reunião que contou com a presença de dezenas de posseiros. A presidência coube a José Porfírio de Souza, eleito pela esmagadora maioria dos posseiros. Na ocasião, além da elaboração de um estatuto, foi aprovado um primeiro programa de trabalho que apontava como principais questões a serem efetivadas: a defesa

⁷⁶ *O Estado de Goyas*, 18 de junho de 1954.

⁷⁷ Entrevista concedida por José Porfírio, em *O Cruzeiro*, 30 de março de 1957.

das terras do Formoso contra as investidas dos grileiros e seus jagunços, o incentivo ao cooperativismo entre os produtores e a luta pela construção de escolas e de um hospital para a região.

A Associação dos Lavradores do Formoso veio aglutinar diferentes formas de luta até então empreendidas pelos posseiros. Dentre elas, a prática do mutirão, realizada pelas famílias de posseiros⁷⁸ desde que chegaram à região, e que, entre outras finalidades, criava uma rede de auxílio mútuo tanto para o plantio, colheita e venda dos gêneros nos mercados locais, quanto para a construção coletiva da resistência contra as ameaças de expulsão e roubo das colheitas. As práticas de mutirão deram origem a uma nova forma de organização muito eficiente no dia-a-dia dos posseiros, seja para resolver questões relativas ao plantio, seja para mobilizar o maior número possível de famílias para a resistência: os “Conselhos de Córrego”. Esses “conselhos” eram organizados segundo o local de moradia, visto que muitas das posses se concentravam à beira de um mesmo córrego, abundante na região. Sobre a permanência dos “grupos de mutirão” mesmo após o surgimento dos “Conselhos de Córrego”, Manoel Porfírio, filho do líder camponês, assim recupera a importância daquela forma organizativa:

“(…)Mas os grupos de mutirão, organizados espontaneamente desde o início mais efetivo da luta, continuavam existindo e desempenhando um papel muito importante, talvez mais importante mesmo que o dos conselhos de córrego, porque era a partir do mutirão que se organizavam as tropas móveis de camponeses, que circulavam por toda área para enfrentar a polícia e os pistoleiros.”⁷⁹

A Associação surgiu exatamente no momento de maior tensão vivido pelos posseiros. A pressão dos grileiros para que as famílias abandonassem as terras onde mantinham posse aumentava e ganhava cada vez mais o apoio de tropas policiais. Do lado dos posseiros, a Associação, por meio de panfletos distribuídos às famílias da região e à imprensa, tentava reunir forças e conscientizar a todos a não abandonarem as posses. Num desses “chamamentos”, dirigido às famílias de posseiros de “Coqueiro-de-Galho, Piteira, Lages, Pipoca, Laginha, Sapato, Trombas, Bonito, etc.”, datado de julho de 1955, a Associação de Lavradores do Formoso assim se dirigia:

⁷⁸ Entre 1954 e 1956, cerca de 4 mil famílias estavam na região. Esse número dobraria no início da década seguinte, chegando a 10 mil famílias em 1961.

⁷⁹ Depoimento de Manoel Porfírio em *O Movimento*, 21 de agosto de 1978.

“Companheiros: Estas terras são nossas. Temos de lutar até a vitória, pois estamos com o direito e a razão, enquanto os grileiros só contam com a polícia do Sr. Juca Ludovico(...).

Posseiros do Formoso: nesta nossa luta não estamos sozinhos. A nosso favor está a maioria do povo goiano. De várias cidades chegaram notícias de apoio que temos recebido. Enviam Companheiros: ninguém deve entregar arrendo, nem sair de sua posse. Esta terra é nossa. Os grileiros são ladrões. Unidos garantiremos nossos direitos.”⁸⁰

Apontada por Paulo Cunha como “núcleo local do PCB” em Formoso e Trombas, a organização da Associação marca o momento mais expressivo da presença dos comunistas na região, além do envio de armas para auxiliar os posseiros nos iminentes confrontos contra os soldados da polícia. Nesses confrontos, os frágeis e maltrapilhos posseiros de Formoso e Trombas passariam a ser vistos como temíveis bandoleiros, prontos a disseminar o caos por todo o estado de Goiás. Antes porém de nos determos sobre o período mais agudo dos conflitos, faz-se necessário tratarmos da questão do PCB e sua atuação no campo no período.

2- O PCB em Goiás e em Formoso e Trombas.

A bibliografia especializada afirma que o PCB atuava no campo nesse período adotando a linha “radical” definida pelo *Manifesto de Agosto de 1950*, documento que confirmaria posição defendida dois anos antes, no *Manifesto de Janeiro de 1948*, e que seria em grande parte ratificado no *IV Congresso* do partido em 1954. Em linhas gerais, tal postura traçava para o campo uma estratégia de ação que, ao defender o confisco de terras em mão de latifundiários, sua distribuição gratuita “aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nela quiserem trabalhar”⁸¹, colocava a questão fundiária em primeiro plano, incorporando-a à luta nacional e antiimperialista.

Muito embora o debate acerca do Programa do partido a ser aprovado no *IV Congresso* trouxesse críticas à postura “sectária” do *Manifesto de Agosto*, quando nos voltamos para a experiência dos militantes comunistas nos cenários onde haviam sido deflagrados conflitos pela terra, percebemos que a possibilidade de *auxílio* aos camponeses em luta legitimou o enfrentamento armado, iluminando o horizonte daqueles que desejavam que uma revolução

⁸⁰ Publicado em *O Estado de Goiás*, 10 de julho de 1955.

⁸¹ Trecho do Item 37 do Programa de Preparação para o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, em *O Estado de Goiás*, 03 de janeiro de 1954.

brasileira fosse desencadeada a partir do campo. Formoso e Trombas significariam, naquele momento, uma concreta oportunidade de pôr em prática as teses radicais defendidas por setores do partido. Essa é, por exemplo, a opinião defendida por Paulo Cunha, para quem a ida de militantes do PCB para Formoso e Trombas, objetivava “preparar a resistência dos posseiros e da região, e transformar no ponto de onde eclodiria a revolução no país.”⁸²

Pelo que se pode obter da leitura que Cunha faz da atuação do PCB, o partido via em Formoso e Trombas um potencial foco detonador dos planos revolucionários traçados pelas teses debatidas e aprovadas no período. Essa visão, se por um lado ajuda-nos a compreender a concepção e atuação dos comunistas nos conflitos de terra do período, por outro, ao limitar tais conflitos à dinâmica revolucionária do PCB, considerando-os apenas como parte do projeto revolucionário do partido, deixa escapar a organização e luta camponesas como o resultado de um processo no qual os próprios trabalhadores constroem, por meio da experiência, suas expectativas de atuação e intervenção na realidade.

Nesse sentido, a atuação dos comunistas nas lutas em Formoso e Trombas deve ser compreendida *a partir do que ela significou para os posseiros*, no que ela contribuiu para a ampliação das estratégias de luta pela terra e ofereceu alternativas de inserção das demandas camponesas num leque maior de reivindicações.

A adoção dessa postura se torna possível na medida em que sejam consideradas como válidas as distintas experiências de luta acumuladas pelos posseiros ao longo dos anos. O que nos permite afirmar que a presença dos militantes comunistas na região dos conflitos significou para os posseiros uma *outra* possibilidade de luta, a aceitação de uma *nova* estratégia, que conjugando-se a outras em curso, contribuiu, ainda que permeada por conflitos quanto a sua execução, para a *ampliação da resistência*.

Fica afastado, portanto, o argumento de que as idéias trazidas “de fora” por agentes “externos” sejam superiores aos saberes formulados pelos próprios posseiros como resultante de suas experiências diretas. O que se pode afirmar, olhando de perto os eventos em Formoso e Trombas, é que o contato com militantes comunistas trouxe novas questões que foram sendo incorporadas e transformadas durante o processo de luta. Essa experiência contribuiu para a ampliação do repertório de respostas elaboradas pelos posseiros frente às contradições vivenciadas, como um amálgama de idéias que, por força das circunstâncias históricas do momento, complementaram-se.⁸³

⁸² CUNHA, Op.Cit.p.140.

⁸³ Cf. RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.p.25, passim.

Mas isso não seria possível se os militantes do PCB não tivessem se deparado com um terreno propício e, em grande medida, já preparado pela prática obstinada de uma resistência construída a partir da percepção de que, o que se apresentava como ameaça real era a desintegração das condições de reprodução de um modo de vida baseado em concepções costumeiras de uso e direito à terra. Experimentado pelas famílias de posseiros como uma *conquista*, a certeza de que agiam em nome de um *direito* reconhecido conferia legitimidade, revestindo de teimosia e coragem as ações em defesa da posse da terra.

Em Goiás, as principais questões debatidas pelos comunistas no campo partiam da verificação das demandas trazidas pelos camponeses. Dentre as queixas mais recorrentes estavam a grilagem de terras, as cobranças abusivas de *arrendo*, a escassez de ferramentas, e a falta de assistência médica e governamental. Essas questões colocavam o partido frente a uma realidade muitas vezes contraditória quanto às determinações elaboradas nos documentos oficiais.

Dessa forma, na avaliação do partido em Goiás ganhava importância a luta pela baixa do *arrendo*. Essa foi a principal questão debatida junto aos camponeses por ocasião do I Congresso Camponês de Goiás, realizado em março de 1951. Reunidos no Congresso, que contou com a presença de 146 delegados representando 18 municípios, os camponeses denunciaram o abuso contido nas taxas de arrendamento, que em muitos lugares chegava a 50% e até 70% das colheitas. Na ocasião chegou-se a elaborar um Moção ao presidente Getúlio Vargas.⁸⁴

Os principais desafios reconhecidos pelo PCB em Goiás, e que eram considerados tarefas a serem implementadas pelo Congresso Camponês consistia na “organização de Ligas nas fazendas e Uniões municipais, pelo desencadeamento de lutas pela baixa do arrendo, contra a expulsão da terra, por assistência médica, financeira”, questões identificadas como sendo “as principais reivindicações das massas camponesas”, no que o partido chegava à conclusão de que “Só organizados em Ligas e Comitês Democráticos, os camponeses poderão defender seu direitos contra os tatuíras.”⁸⁵ Ao priorizar a luta pela baixa do *arrendo*, acrescida de outras reivindicações, concentrando seus esforços na tentativa de reduzir a porcentagem cobrada pelos “tatuíras” à *justa* taxa de 20%, o partido deslocava o ponto central preconizado pelo *Manifesto de Agosto*, que consistia na *tomada*

⁸⁴ *O Estado de Goiaz*, 20 de março de 1951.

⁸⁵ *O Estado de Goiaz*, 04 de abril de 1951.

da terra. A própria porcentagem defendida correspondia à mesma que se fazia constar na Constituição Estadual.⁸⁶

Estou querendo chamar a atenção para o fato de que apesar de o PCB elaborar uma linha radical de atuação no *Manifesto de Agosto*, o contato com as *aspirações das massas camponesas*, efetivado concretamente no momento em que quadros do partido eram enviados para as lutas no campo, colocava novas questões a serem absorvidas pelo partido e que muitas vezes provocavam um *desencontro* com as elaborações oficiais preconizadas nos documentos. Maurício Fried, apontando o ano de 1954 (ano do IV Congresso do PCB) como momento revelador dessas dificuldades, dirá que, “podemos verificar se não o abandono, pelo menos os sinais das dificuldades dos militantes em sustentarem, no cotidiano do trabalho político junto à população, as posições oficiais mais radicalizadas, vanguardistas e isolacionistas do partido.”⁸⁷

Como estou tentando demonstrar, esses “sinais de dificuldade” colocados pelo contato com as demandas camponesas em curso e a necessidade de os militantes do partido em traçar estratégias de intervenção que não abandonassem as lutas reivindicatórias estão postas desde o início da década de 1950. Ainda em 1952, por ocasião do II Congresso Camponês de Goiás, a questão da baixa do *arrendo* era novamente reafirmada, agora dividindo espaço nos debates com a luta pelo direito à sindicalização dos trabalhadores rurais. A propósito, já no ano anterior, o PCB em Goiás chamava a atenção para a necessidade de se aprofundar as lutas pela sindicalização e pela baixa do arrendo, questões que deveriam caminhar ao lado do *Manifesto de agosto*.⁸⁸

Essas observações têm o intuito de corroborar com o argumento aqui defendido de que a atuação do PCB em Goiás, especialmente em Formoso e Trombas, deve ser compreendida como resultado de relações tencionadas no próprio partido que, em contato com a realidade das lutas camponesas se vê na necessidade de incorporar suas demandas e formas de atuação para *continuar exercendo alguma influência* junto aos camponeses. A postura adotada aqui afasta as hipóteses que vêem a questão como um *dilema* a ser superado entre *atuar dentro da lei* ou pela *via armada*. O dilema *arma x lei* lida como oposições inconciliáveis, dificulta a compreensão da realidade ao excluir ações que podem ser

⁸⁶ “A Constituição Estadual de Goiás, promulgada em 1946, no seu art. 20, proibia a cobrança no arrendamento de terras além de 20% - vitória resultante das lutas democráticas.” Cf. GARCIA, Op.Cit.p.117(nota).

⁸⁷ FRIED DA SILVA, Carlos Maurício. *Conflitos no Campo e Revolução no Brasil: imprensa e intelectuais comunistas (1954-1964)*. Dissertação de Mestrado, Niterói: PPGH/UFF, 2005.p.28-29.

⁸⁸ *O Estado de Goiaz*, 14 de outubro de 1951.

interpretadas como estratégias conjugadas de contestação à ordem, ainda que ocorram como resultado de disputas internas.

O *Manifesto de Agosto de 1950* deve ser entendido como o resultado do afastamento, ou impossibilidade do PCB de se inserir na institucionalidade vigente. É possível afirmar que a adoção pelo PCB de uma linha radical, o que para Paulo Ribeiro Cunha teve como consequência o “distanciamento do PCB junto às massas”⁸⁹, ocorre sempre no momento em que o partido está *alijado* da legalidade. E mesmo estando de fora do processo político-eleitoral e adotando um discurso de rompimento e revolução, é possível afirmar que tal discurso não deve ser entendido como um reflexo direto das ações do partido. Ao contrário, a ilegalidade e a crescente radicalização das propostas do PCB não eliminam a perspectiva de uma atuação *legal*, marcada por uma ambigüidade que, a meu ver, coloca em questão a perspectiva do reconhecimento institucional. É nesse sentido que pode ser compreendida a atuação do partido junto aos sindicatos por meio do “Ativo Sindical Nacional”, a partir de 1952. Mesmo sob orientação oficial do *Manifesto de Agosto*, que propunha a ruptura com o movimento sindical existente, visto como órgão do Estado burguês, o PCB por meio do “Ativo Sindical” se aproxima dos sindicatos oficiais e se engaja na luta sindical.⁹⁰

O IV Congresso do PCB em 1954 ratificaria a linha radical proposta no Manifesto de Agosto de 1950. No entanto, o descompasso entre o que propunha oficialmente as teses do partido e ação da militância revela o quanto o partido vivencia a contradição entre um projeto concebido como revolucionário e a perspectiva presente de se inserir na institucionalidade.

A análise da atuação do PCB no campo no período aqui estudado corrobora com o que tenho dito sobre seu afastamento das proposições radicais defendidas oficialmente, justamente nos momentos em que atua junto aos camponeses. Isso não significa afirmar que o discurso *radical* não encontrasse *eco* nas regiões em conflito. Ao contrário, a complexa relação entre os militantes do PCB e os camponeses é menos a prática de um *dirigismo* do partido que de uma *troca* de experiências feita pela aceitação ou não das propostas em jogo. Em Formoso e Trombas, por exemplo, essas questões estarão presentes a todo momento.

⁸⁹ Segundo Paulo Ribeiro, esse “distanciamento” se deveu fundamentalmente pela “recusa de alianças e ruptura com o movimento sindical existente.” CUNHA, Op.Cit.p. 42

⁹⁰ Dinarco Reis aponta para uma modificação da orientação do partido em 1952, “quando então decidiu voltar a atuar no movimento sindical legal, não forçar movimentos grevistas sem apoio das massas e centrar a luta pelas

3- *Posseiros invencíveis: a resistência armada.*

A violência da ação dos jagunços a mando de grileiros, agora com o auxílio de soldados de polícia, se intensificou a partir de 1954. Ao longo do ano de 1955 foram vários os episódios de violência contra posseiros em Formoso e Trombas. Os jornais de Goiás, incluindo a imprensa comunista, passaram a destacar com maior frequência e intensidade as “barbaridades” cometidas pela polícia na região. Denúncias de espancamentos de idosos, mulheres, prisões arbitrárias, incêndio de casas e roças, torturas, humilhações em praça pública de qualquer posseiro que se recusasse a cumprir ordem de despejo em favor dos grileiros, ameaças que se repetiam nos últimos anos.

Os conflitos tinham início sempre no período de colheita do arroz, entre os meses de fevereiro e abril de cada ano. Os grileiros, fazendeiros de regiões próximas, pretendiam *cobrar* às famílias de posseiros por um ano de trabalho em terras que julgavam suas, “roubando” toda a colheita de arroz e obrigando-os a abandonar as posses.

Mas diante da violência das ações dos jagunços e dos soldados de polícia a resistência dos posseiros crescia, e se fortalecia a opção pela defesa armada das posses à medida que se tornava mais evidente que naquele momento não restava outra alternativa. Nas palavras de José Porfírio, “Sofremos perseguições durante três anos, até que chegou a hora de dizer chega!”.⁹¹

É difícil precisar o momento exato do início da resistência armada. Mas podemos afirmar que entre 1954 e 1956 ela foi se tornando cada vez mais freqüente. Em depoimento a Murilo Carvalho, um morador de Trombas assim se recorda do início da opção pelas armas:

“Juntaram-se 120 posseiros, lotaram um caminhão e foram em comitiva falar com o Governador[em 1953]. Fomos falar com Pedro Ludovico. Chegamos no Palácio e mandaram entrar. Passamos tudinho, assim como quem conta gado. Enchemos um quarto e conversamos com o doutor Erasmo, um gaúcho, na mão de quem passava todo esse negócio de terras. Então, ele perguntou pra nós se tinha grotas. Aí nós entendemos o que ele queria dizer: pra nós apanhar nossas armas e nos meter dentro das grotas, defender nossas terras, a queimação das roças, a cortação das cercas. Aí nós voltamos e resolvemos enfrentar pra valer. Porque, como disse um grande do Governo pra nós, existirá crime pra um homem, pra dois ou três tem crime, tem processo, tem prisão; mas pra 200, 300, 500 homens não tem crime, não tem cadeia.”⁹²

reivindicações mais imediatas.” REIS, Dinarco. *A luta de Classes no Brasil e o PCB*, Vol I e II, São Paulo, Novos Rumos, 1987. p. 50

⁹¹ *O Cruzeiro*, 14 de abril de 1956.

⁹² Entrevista com um morador de Trombas, em *Movimento*, n. 164, 21 de agosto de 1978.

Com a intensificação dos conflitos e de repetidas solicitações de tropas policiais pelo Juiz de Uruaçu, o governo enviou em 1954, sob o comando do Capitão Silveira, 55 soldados que seguiram para a vizinha Porangatu, e lá permaneceram aguardando ordens para agir. No início de 1954 ocorreu o primeiro grande confronto entre os posseiros e os soldados da polícia. Esse episódio, que ficou conhecido como a “Batalha de Tataíra” é sempre lembrado pelos posseiros como uma das mais espetaculares “refregas” ocorrida na região. A polícia teria partido de Porangatu com o objetivo de invadir o povoado de Trombas. Foi a batalha dos “seis contra cinqüenta” numa referência ao fato de apenas seis posseiros mal armados terem sustentado um confronto de “45 minutos” contra cerca de cinqüenta soldados da polícia fortemente armados, e por fim terem conseguido uma significativa vitória ao baleiar um tenente e fazer a tropa recuar de volta a Porangatu. Um “velho camponês” presente no episódio contou em *Movimento* que,

“Quando a turma reconheceu o tenente Souza na cabine do caminhão não agüentou. Deu uma rajada de tiro em cima dele. Nós tínhamos armado três piquetes, três esconderijos, e o primeiro era esse na Tataíra; então, quando o caminhão chegou perto, um jipe na frente, aí se ouve uma ordem para dar tiros, apesar das mulheres. A ordem foi de atirar só de pontaria: quem pudesse pegar um soldado que pegasse. Só os bons deveriam atirar(...)eram cinco e pouca da manhã, chuvosa, no lusco-fusco(...) Teve uma grande deserção de soldados. Largaram tudo, e correram, entraram no verde. Até há pouco tempo se achava fuzil perdido por lá.”⁹³

A “Batalha de Tataíra” criou um mito que se espalhou por todo estado de Goiás e atingiu proporções nacionais: o da *invencibilidade dos posseiros*. Segundo Paulo Cunha, esse episódio “teve um forte impacto psicológico, já que se espalhou pela região que os posseiros tinham ‘uma força incalculável’.”⁹⁴ Sebastião Abreu fala de deserções em massa de soldados, seja por medo ou por “solidariedade aos posseiros”.⁹⁵ Reorganizada, as tropas policiais fizeram outras incursões à região dos posseiros, sempre recebida “a bala” pelos atiradores destacados para montarem guarda nos *piquetes*. Em momentos como esse, onde os confrontos podiam ocorrer a qualquer instante, a atenção dos posseiros era redobrada. Muitas famílias abandonavam as roças e se escondiam na mata. Os melhores atiradores eram escolhidos para ficarem noite e dia nos *piquetes* espalhados pela mata, próximos a estrada

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ CUNHA, Op.Cit.p.155.

⁹⁵ O autor relata que “uma estranha epidemia grassou então no quartel-general da polícia goiana, afetando curiosamente todos os oficiais designados para Formoso, que escusavam, apresentando um atestado médico adredemente conseguido.” ABREU, Op.Cit.p.87.

que levava a Trombas. Mulheres também iam para o *front*. Sobre a participação das mulheres nas lutas em Formoso e Trombas, Janaína Amado traz um relato interessante:

A duração da luta não permitiu às mulheres continuarem escondidas nos matos. Sozinhas, tiveram que assumir integralmente o trabalho na roça e dar cobertura aos homens na guerra. Sob as piores condições possíveis elas plantaram, colheram, venderam, compraram, voltaram a plantar, cuidaram dos animais domésticos, consertaram as cercas, armaram-se, defenderam-se, tomaram decisões.(...)Na fase final, muitas mulheres não apenas participaram diretamente da luta armada, como – o que seria impossível alguns anos antes – comandaram piquetes.⁹⁶

Em abril de 1955 ocorreria outro fato que desencadearia uma série de tentativas de invasão da polícia na região: a morte do sargento Nelson, após troca de tiros com o posseiro Nego Carreiro. Segundo relato de Janaína Amado, com base em entrevista realizada anos mais tarde com Nego Carreiro, na ocasião da morte do sargento grileiros com o apoio de soldados da polícia tentaram forçar os posseiros a abandonar suas posses sob ameaças de que se não procedessem dessa maneira seriam expulsos à força. Diante de tal ameaça, Nego Carreiro teria sacado o revólver e matado o sargento Nelson diante de várias testemunhas, entre posseiros, jagunços e soldados que formavam a tropa policial. Nas palavras de Janaína Amado, esse fato teria assinalado “o começo da fase armada da revolta, que durou anos.”⁹⁷ Em edição de 15 de maio de 1955, o jornal *O Estado de Goyas* dava a seguinte versão para o fato:

Intimidados, 17 posseiros compareceram no local onde eles[os grileiros e a polícia] estavam. O Sargento Nelson começou a ameaçar de morte os posseiros, levando a mão ao revólver a todo momento. Uma hora, levou a mão ao revólver e caminhou na direção de Nego Carreiro, ameaçando-o de morte. Vendo sua vida em perigo, o camponês agiu em legítima defesa matando o Sargento Nelson, que era um frio e cruel inimigo dos camponeses. Os camponeses, como estavam quase todos desarmados, foram obrigados a se esconder no mato, já que o grileiro Boanerges Veiga, o jagunço Peroça e outros e a polícia começaram a atirar nos mesmos.⁹⁸

Segundo o jornal, o grileiro Boanerges Veiga teria armado alguns homens chefiados pelo jagunço Peroça e “subornado” soldados da polícia. O grupo teria marchado para a zona do

⁹⁶ AMADO, Op.Cit.p.62.

⁹⁷ AMADO, op.cit.p.48.

⁹⁸ “ACONTECIMENTOS de Formoso, um Exemplo para Goiás”, Goiás: *O Estado de Goyas*, 15 de maio de 1955.

Formoso para intimidar os posseiros com ameaças de todo tipo, caso não abandonassem aquelas terras. Era o período da colheita do arroz, época do ano preferida pelos grileiros para invadir a região e ameaçar os posseiros. A reportagem afirma que os grileiros já tinham uma lista com os nomes de posseiros que deveriam morrer, entre eles estaria o nome de Nego Carreiro. Ainda naquele mesmo dia, segundo reportagem de *O Estado de Goyas*, a polícia retornaria à região, agora motivada por vingar a morte do sargento Nelson e decidida a “massacrar” todos os posseiros. Novo choque entre os soldados, os jagunços e os posseiros, deixaram feridos o jagunço Peroca e um cabo da polícia. Os posseiros haviam imposto nova derrota aos jagunços e às tropas policiais. Não há no jornal informações sobre feridos do lado dos posseiros.

No dia 17 de abril, dias após a morte do sargento Nelson, nova tropa composta de 12 soldados armados de fuzis e revólveres, rumaram para o Formoso e espalharam o terror sobre a região. Nesse episódio os soldados teriam invadido a casa da esposa de Nego Carreiro, D.^a Esther, e espancado-a quase até a morte.⁹⁹ Na mesma ocasião, espancaram velhos, crianças, e posseiros foram aprisionados como reféns e levados até a estrada onde estavam os caminhões da polícia. Após sofrerem espancamentos e humilhações foram soltos.

Vários outros choques se sucederam ainda naquele ano de 1955. E mesmo quando não tentavam invadir a região, os grileiros espalhavam o terror entre os posseiros com ameaças de que partiriam para lá com o reforço armado de um número incalculável de soldados e armamentos pesados que aniquilaria os resistentes. Mas ao contrário de sentirem-se amedrontados com a campanha de terror feita pelos grileiros, os posseiros seguiam determinados a resistir até o último momento.

Mas seria no ano seguinte que os confrontos armados atingiriam seu ponto máximo e fariam com que a luta dos posseiros de Formoso e Trombas ganhasse projeção em todo o país. Os confrontos armados ocorridos no mês de março de 1956 atraíram a atenção de amplos segmentos da sociedade goiana, despertando a atenção da imprensa e agudizando a questão da luta pela terra em Goiás.

Diante das frustradas incursões da polícia e do fortalecimento da imagem de invencibilidade dos posseiros, os grileiros passaram a exigir do governador José Ludovico a

⁹⁹ Janaína Amado chama a esposa de Nego carreiro de Ita. Ainda segundo a historiadora, depois da morte do sargento, o posseiro teve que deixar a região para proteger-se da caçada desencadeada pela polícia. “Após a morte do sargento, Nego, Ita e os filhos, caçados pela Polícia e pelo Exército, esconderam-se durante meses nas matas da região, assistidos por outros posseiros. Mas em fins de agosto de 1955, quando ficou claro que

presença do exército na zona deflagrada. Os confrontos armados na região de Formoso e Trombas repercutiram intensamente por todo o estado de Goiás, figurando como objeto de disputa na imprensa (tema que será abordado no próximo capítulo), na Assembléia Legislativa, e nos diversos círculos políticos estaduais, envolvendo não apenas partidos políticos mas também setores da sociedade civil.

O Governo goiano manteve sempre uma posição ambígua em relação aos acontecimentos de Formoso e Trombas. Desde os primeiros conflitos, onde os posseiros reclamavam o direito de permanecerem nas terras devolutas, autoridades do governo sempre sinalizaram com o reconhecimento de que de fato as terras em questão eram públicas, posicionando-se contra as grilagens. E apesar de garantir aos posseiros, durante o mandato de Pedro Ludovico (1950-1954), que eles permanecessem nas terras, pois tudo seria resolvido, nada fez na prática para reverter o crescimento da violência e das ações de grilagem de terras na região. Ao contrário, as forças policiais goianas sempre estiveram presentes, prontas para expulsar os posseiros de suas posses.

No momento de maior intensidade dos confrontos armados, já no governo de José Ludovico (1955-1959), a situação se manteve. Mas agora as pressões, tanto para que agisse com vigor e restabelecesse a ordem – o que significava debelar os posseiros “revoltosos” – ou para evitar um derramamento de sangue inocente e retirar as tropas acantonadas em Porangatu, haviam aumentado e já ultrapassavam as fronteiras do estado goiano.

Não demorou para que os grileiros explorassem habilmente a resistência dos posseiros como uma “revolta comunista” prestes a eclodir e se disseminar por todo o estado. A pressão para que a polícia invadisse de uma vez o palco dos conflitos e restituísse a “ordem” ganhava força nas páginas de jornais como *Folha de Goiás* e *O Popular*. Esses jornais tratavam os posseiros como “bandoleiros”, “invasores”, “ladroes de terras”, ou ainda como “inocentes úteis”, que assim procediam devido a influência dos “vermelhos”.

Essa campanha anticomunista recebeu forte reação contrária de parte da imprensa goiana favorável à causa dos posseiros. O *Jornal de Notícias*, periódico ligado aos partidos de oposição ao governo pessedista de José Ludovico, sob a direção de Alfredo Nasser, líder do Partido Social Progressista (PSP), destacou-se como um importante veículo em defesa dos posseiros e contra as ações de grilagem de terras no Norte do Estado. Nas páginas desse jornal foi feita uma ampla campanha de esclarecimento quanto a questão da disputa de

seria impossível continuar garantindo-lhes a segurança, eles foram retirados do local e nunca mais regressaram.” Op.cit.p.48.

terras no Formoso, campanha que contou com reportagens, editoriais, e a constante publicação de cartas e entrevistas de posseiros envolvidos na luta pela terra na região, em especial o posseiro José Porfírio de Souza, apontado pelos grileiros como o “chefe” dos “bandoleiros comunistas”.

Nesse momento, Formoso e Trombas ganharam as páginas dos principais jornais cariocas e paulistas, além de revistas de alcance nacional, passando a figurar como preocupação que transcendia aos limites goianos.¹⁰⁰ Uma verdadeira batalha passou a ser travada na imprensa pela legitimidade da luta dos posseiros, desencadeando um amplo debate acerca da questão das terras devolutas em Goiás, debate que envolveu políticos de diferentes partidos e matrizes teóricas em sessões acaloradas na Assembléia Legislativa goiana.

A violência dos confrontos armados entre posseiros e a polícia goiana repercutiu amplamente na imprensa, desencadeando uma intensa batalha travada no terreno da informação – questão que será debatida detalhadamente no terceiro capítulo dessa dissertação. De um lado, setores conservadores alardeavam que os lavradores goianos, orquestrados por um movimento comunista previamente articulado, representavam uma verdadeira ameaça à ordem pública ao responderem violentamente às incursões policiais. De outro, uma ampla campanha de esclarecimento, que incluía desde publicações de entrevistas feitas com posseiros até telegramas de políticos goianos ao Governo Federal, procurava denunciar a violência da polícia e a passividade do governo diante das graves notícias que vinham do cenário dos conflitos.

Em telegrama enviado ao Ministro da Justiça, Nereu Ramos, Alfredo Nasser alertava para o perigo de ocorrer no estado um “massacre de pobres posseiros” se a situação não fosse devidamente esclarecida,

“Na qualidade de Diretor do Jornal de Notícias, órgão das oposições coligadas de Goiás, venho opor perante V.Excia, um veemente desmentido às informações daqui transmitidas para todo o país sobre um suposto movimento comunista que teria irrompido no norte deste Estado. Esse noticiário tendencioso visa encobrir a operação de massacre de pobres posseiros de terras, que estão resistindo à polícia no momento em que esta se encontra a serviço de grileiros, mancomunados com políticos da situação(...) Os fatos

¹⁰⁰ Jornais cariocas como *O Globo*, *Tribuna da Imprensa*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Diário Carioca*, além do paulista *O Estado de São Paulo*, deram cobertura aos principais acontecimentos na região, entre 1956 e 57. Esses jornais faziam coro com a imprensa goiana contrária à causa dos posseiros, apontando-os invariavelmente como “bandoleiros” insuflados por hábeis “comunistas”. As revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* também fizeram reportagens sobre os conflitos, valendo destacar o fato de que, ao contrário dos jornais citados, ambas as revistas estiveram no local e entrevistaram os posseiros.

poderão ser facilmente esclarecidos por um observador desse Ministério. Contra o assassinato bárbaro e frio de humildes lavradores, cujo único crime é pretenderem defender sua propriedade e sua vida, está se levantando a consciência de todos homens livres de Goiás.”¹⁰¹

O governo, por sua vez, buscava minimizar a gravidade do caso informando que tinha tudo sob controle, atribuindo à “imprensa sensacionalista” o papel de disseminar o caos e a desordem visando obter ganhos políticos com a situação. O próprio governo agia de forma ambígua em sua intervenção: se por um lado dizia que se mantinha firme no propósito de dar apoio e assistência aos posseiros, por outro, enviava novos contingentes da PM, por terra e pelo ar, atendendo solicitação do comandante encarregado da operação, o Capitão Silveira, que permanecia baseado em Porangatu.

Em telegrama enviado ao General Augusto Maggessi, chefe de polícia do DFSP no Rio de Janeiro, Iracy José Gomes, Secretário de Segurança Pública de Goiás, informava sobre as últimas notícias vindas do cenário dos conflitos:

Levo conhecimento Vossencia, que elementos comunistas chefiados pelos indivíduos José Porfírio, José Firmino e Joaquim Limiro, dia 21 corrente, nas proximidades povoado Trombas, município de Amaro Leite, atacaram de emboscada e tocaia, um pelotão comandado pelo 2º Ten. Sobrinho, quando travaram violento combate, resultando morte um soldado. Presume se tenha ocorrido mortes rebeldes comunistas não precisando número, visto local ser difícil acesso. Determinei ontem ida reforços sob comando um capitão a fim guarnecer cidades Porangatu e Amaro Leite, inclusive povoados denominados Formoso e Trombas, cuja população toda região encontrava alarmada, Reina absoluta ordem, tendo determinado abertura inquérito policial para apurar, os homicídios praticados anteriormente pelos referidos comunistas, inclusive determinei diligências com objetivo de apreender armas privativas uso forças armadas e captura criminosos.¹⁰²

O objetivo do telegrama é o de demonstrar às autoridades federais que tudo estava sob controle, afastando assim a possibilidade de uma intervenção do exército, o que naquele momento traria um custo político muito alto para Goiás.

A intensa pressão exercida na imprensa, aliada às sucessivas vitórias dos posseiros nos enfrentamentos armados contra os soldados da polícia e as milícias privadas de jagunços a

¹⁰¹ Publicado em *Jornal de Notícias*, 20 de março de 1956.

¹⁰² Telegrama do Secretário de Segurança Pública de Goiás, 24 de março de 1956. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro-APERJ, Fundo DOPS, Série Estados, Goiás, pasta n. 8, p.98-104.

serviço de grileiros, acabou por fazer com que o governo se decidisse por retirar as tropas de Porangatu e desistisse de invadir o Formoso. Segundo Paulo Cunha, naquele momento, um confronto aberto entre a polícia goiana e os posseiros não era desejado pelas autoridades em face das eleições estaduais que se aproximavam. Portanto, um recuo da ação governamental se fazia oportuno.¹⁰³

Contudo, apesar da decisão tomada pelo governo frente a resistência dos posseiros, a polícia não se retirou por completo da região. No início do ano de 1957, o governador José Ludovico(1955-1958) nomeou um Delegado Especial acompanhado de sessenta praças para atuar no Formoso com o intuito de apaziguar os ânimos na região e garantir que as posses e o trabalho dos posseiros fossem respeitados e a colheita fosse realizada com tranquilidade. Entretanto, em acordo firmado com os posseiros no ano anterior, em troca destes abandonarem as armas, o Governo havia se comprometido em enviar para a região agrimensores e técnicos incumbidos de fazer a medição das terras de Formoso e Trombas e dividir a área entre os posseiros.

De fato estiveram na região de Formoso e Trombas o Dr. José Fernandes Peixoto, Diretor de Divisão de Terras, o Sr. Darwin Rafael, Procurador de Justiça do Estado, e o Sr. Antonio Pinto, agrimensor do Estado. Na ocasião, distribuíram documento aos posseiros assegurando sua permanência nas terras e se comprometendo, em nome do Governo de Goiás, a realizar a titulação das posses. O agrimensor fez o levantamento das terras e cadastrou as famílias de posseiros, prometendo retornar em breve para “cortar” as posses. No entanto, em lugar do agrimensor chegou a polícia.

A presença da polícia no Formoso trouxe pânico às famílias de posseiros. A população temia uma nova onda de violência policial como a que ocorrera antes da reação armada, quando homens eram presos e espancados, mulheres violentadas, representando, portanto, uma constante ameaça.

Uma nova campanha foi realizada pela retirada das tropas policiais. Dessa vez, os posseiros puderam contar com um leque mais amplo de apoio. Foi criada em fevereiro de 1957 a Comissão de Solidariedade aos Posseiros de Formoso e Trombas. A Comissão era composta por políticos, lideranças sindicais, advogados, jornalistas, estudantes, pequenos comerciantes, e grande número de simpatizantes. Dentre as finalidades da Comissão estavam o empenho na promoção de uma “cobertura jornalística” que combatesse no próprio campo da informação as várias reportagens que procuravam “incompatibilizar os

¹⁰³ CUNHA, Op.Cit.,p.92.

posseiros com o governo, com as autoridades e a opinião pública”.¹⁰⁴ A Comissão ainda se comprometia em “facilitar a compra e o escoamento da grande safra da região(...) principalmente agora que uma enorme leva humana se encaminha para Brasília e precisa comer”.¹⁰⁵

A situação também estava sendo amplamente debatida na Assembléia Legislativa., onde os deputados manifestavam enorme preocupação com os rumos que poderiam tomar o “caso do Formoso” se não fosse tomada logo uma medida que viesse findar os conflitos. Em setembro de 1956, o deputado Antonio Rezende Monteiro(PTB), apresentaria um requerimento a ser votado pela Assembléia e que apelava para que providências fossem imediatamente tomadas em relação ao “caso Formoso”, como estava sendo chamado os conflitos pela terra na região. O deputado petebista informava da tribuna parlamentar que o Juiz de Direito de Uruaçu estava concedendo “mandatos de posse(sic) a diversos proprietários de terras daquela região onde tem milhares de posseiros”¹⁰⁶, apesar de o Governador José Ludovico ter se manifestado a favor dos posseiros, ocasião na qual foi homenageado em Formoso após ter ordenado o recuo das tropas policiais de Porangatu.

A situação se tornava ainda mais grave diante de denúncia feita pelo deputado Francisco de Brito(UDN) de que novas tropas policiais estavam a caminho do Formoso. Nas palavras do deputado,

Voltando de Formoso, a comissão se encontrou com uma expedição policial nas imediações de Uruaçu, o que causou certa estranheza. Segundo se dizia, tal expedição se destinava à região do Formoso, lá não tendo chegado em virtude de um acidente em que fraturou o braço o comandante da referida expedição. O Sr. Governador do Estado, falando à comissão de vereadores, declarou que aqueles soldados não se destinavam a Formoso e sim a Uruaçu, em virtude de uma requisição do Juiz de Direito daquela comarca..¹⁰⁷

A discussão no âmbito da Assembléia contava com defensores da causa dos posseiros, e mesmo entre aqueles que não tinham nenhuma relação de maior proximidade, tendia-se a adotar uma postura de exigir do Governo uma solução para o caso, motivados pelo receio de que a região se convertesse num perigoso “teatro de guerra”. Entre as soluções propostas estavam o reconhecimento de que a área em disputa pertencia aos posseiros, ou no caso de o

¹⁰⁴ Publicado em Jornal de Notícias, 03 de fevereiro de 1957.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ *Diário da Assembléia do estado de Goiás*, 3 de setembro de 1956.

¹⁰⁷ Ibidem.

reconhecimento ser dado aqueles que se diziam proprietários, o Governo comprasse as terras, e que em última medida, caso os ditos proprietários não quisessem vender, o Governador desapropriasse a região em benefício dos posseiros.

A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas havia alcançado importância tal que passava a figurar entre as principais questões debatidas também no espectro político-partidário. Inserindo-se no âmbito parlamentar, ocupava o espaço trazendo à tona o problema da grilagem de terras no estado, das práticas de violência no campo, e acima de tudo, da disposição com que estavam dispostos a enfrentar qualquer adversidade que se apresentasse como obstáculo à permanência na terra.

Mas seria no terreno da imprensa que os posseiros de Formoso e Trombas lograriam construir um vigoroso espaço de resistência, travando uma luta árdua contra seus detratores pela legitimidade de suas reivindicações. É dessa luta que passaremos a tratar a seguir.

CAPÍTULO III:

Nas Trincheiras da Imprensa: a resistência nos jornais-uma luta de representação.

“José Rufino(sic), ‘líder’ vermelho já é dono de uma legenda de crimes, pois dirigindo um bando armado não se deixa pegar pela polícia e continuando na sua senda de ilegalidade traz, freqüentemente, em desassossego a população de toda zona circunvizinha de Formoso.”(*Folha de Goiaz*, 18 de março de 1956).¹⁰⁸

“O Jornal de Notícias(...) foi o primeiro órgão da imprensa em Goiás a se colocar sem paixão política, sem interesse menos digno, mas exclusivamente defendendo aqueles que trabalham a terra. Foi o primeiro(...) a se colocar em defesa dos direitos daqueles que estão caçados pela polícia na zona do Formoso.”(*Jornal de Notícias*, 08 de abril de 1956).¹⁰⁹

Nem só de carabinas, piquetes e *refregas* nas matas se deu a experiência histórica dos posseiros de Formoso e Trombas. Este capítulo procura dar conta de uma luta intensa, ocorrida no âmbito das *representações*, e que se desenvolveu nas páginas da imprensa concomitante à resistência armada. Essa disputa está, em todos os sentidos, imbricada nas lutas sociais do período, configurando-se, portanto, como uma dimensão material da reprodução das práticas de resistência e do exercício de dominação de classe. Unificando normas e padrões, delimitando o que é “certo” e o que é “errado”, os jornais empenham-se na vigorosa defesa de uma dada concepção de mundo ao mesmo tempo que empreendem acirrado confronto com visões e manifestações contrárias. Nesse sentido, estamos diante de um fértil terreno das lutas de classes. Um espaço privilegiado de embates entre concepções de mundo distintas que se manifestam por meio de *lutas de representação*.

¹⁰⁸ “IMINENTE violento choque armado em Formoso: comunistas contra policiais - as atividades criminosas de José Rufino.” *Folha de Goiaz*, Goiás, 18 de março de 1956.

¹⁰⁹ “PAULO Malheiros em defesa de Nasser.” *Jornal de Notícias*, Goiás, 8 de abril de 1956,p.4.

Considerar as lutas travadas no campo das *representações* implica logo de saída enfatizar que a construção *simbólica* do mundo social relaciona-se organicamente aos interesses dos grupos ou classes sociais que a produzem e/ou a ela estão ligadas. Nesse sentido, é de suma importância delimitar o repertório de práticas sociais do qual os produtores de discursos são parte ativa, bem como a inserção social de cada um e seu papel desempenhado na reprodução de uma dada *representação*. Tal como afirma Chartier,

“As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representação têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de *classificações* ou de *delimitações* não é, portanto, afastar-se do social(...).”¹¹⁰(grifos meus)

Mas se por um lado tal afirmação demanda atentarmos para o exercício de dominação, por outro, ela enseja a necessidade de buscarmos as práticas de *resistência* materializadas no *conflito*. A dominação não opera no vazio. Ela impõe-se como condição estruturante da sociedade de classes, o que não significa dizer que esteja livre de questionamentos e por vezes seja duramente golpeada em alguns de seus mais valiosos pilares. Ainda que na maior parte do tempo tal questionamento não adquira dimensão suficiente para expor a insatisfação dos dominados quanto a sua condição, há momentos em que as contradições alcançam visibilidade e se tornam elas mesmas objetos de disputa.

A imprensa, por suas características inerentes, é um espaço social privilegiado na tentativa de reconstruírmos os embates travados entre diferentes visões de mundo pela conquista de legitimidade e imposição de valores. Por estar aqui sendo compreendida como prática social, a imprensa deve ser pensada enquanto espaço de conflitos, onde as disputas em torno de determinados valores revelam não apenas que as páginas dos jornais têm a capacidade de *expressar* os confrontos entre interesses divergentes, mas por ser produzida na realidade e dela fazer parte, possui também a possibilidade de nela intervir. O que está

¹¹⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Lisboa: Difel, 1988, p.17

em jogo é a construção social de *si* e do *outro*, enquanto *representações* antagônicas resultantes das experiências concretas de vida e trabalho.

Em linhas gerais, as disputas em torno da *cobertura* dos conflitos em Formoso e Trombas opunham os interesses dos grandes proprietários de terras, latifundiários do norte do estado e grileiros que atuavam na região, aos interesses de pequenos posseiros e lavradores pobres, enfim, as camadas subalternizadas do campo. Dois jornais destacam-se nesse cenário de embates: a *Folha de Goiás* e o *Jornal de Notícias*. Ambos comprometiam-se com os interesses das classes dominantes goianas, tanto das frações agrárias quanto das frações da burguesia e da pequena burguesia das cidades. No entanto, o processo de acirramento das lutas em torno da posse da terra e das práticas de grilagem no estado de Goiás imprimiu uma clivagem de posicionamentos que em grande medida colocou em lados opostos estes dois veículos, demarcando assim a posição que cada um assumiria diante dos conflitos em Formoso e Trombas, e no papel que cada um jogaria nas *lutas de representação*. Dessa forma, o *Jornal de Notícias*, por uma série de determinantes que trataremos adiante, constituiu-se num *defensor* da causa dos posseiros de Formoso e Trombas, ainda que deva ficar claro que ao se posicionar favoravelmente ao lado desse “posseiro” devemos ter em mente que trata-se de uma *representação social da vítima* construída pelo jornal. O interessante é perceber como os posseiros que tiveram espaço nas páginas desse veículo não só *autorizaram* tal construção, como também souberam habilmente se aproveitar do espaço conquistado, inserindo suas demandas e *visão de mundo* nas brechas desse veículo, convertendo assim as páginas do jornal num espaço de *resistência*. Outro veículo de suma importância para a resistência dos posseiros foi a revista *O Cruzeiro*, que em duas reportagens realizadas nos anos de 1956 e 1957, tornou conhecida nacionalmente, a figura do posseiro José Porfírio de Souza.

Vejamos inicialmente o jornal *Folha de Goiás*.

1. *Folha de Goiás*: “lavradores da discórdia”.

O periódico *Folha de Goiás*, fundado em julho de 1939,¹¹¹ foi durante muito tempo, ao lado de *O Popular*, um dos maiores jornais de Goiás, sendo no período aqui tratado um dos veículos de maior circulação em todo o estado. A *Folha de Goiás* era também o principal

responsável pelas *informações* que saíam de Goiás, na medida em que era fonte de notícias da maioria dos jornais de outras capitais e que se valiam da colaboração do jornal goiano na medida em que não dispunham de repórteres no local. Apresentando-se sempre como o porta-voz dos interesses do estado de Goiás, o jornal sintetizava em suas páginas as principais preocupações e anseios das classes produtoras goianas, notadamente das frações dominantes dos grandes proprietários de terras. O jornal mantinha regularmente (aos domingos) uma página elaborada diretamente para esse segmento, denominada de “Página Agrícola”. Neste espaço dava “conselhos”, “ensinava” novas técnicas de produção agrícola, publicava informações do interesse dos grandes fazendeiros, além de trazer opiniões de fazendeiros quase sempre ligados à Sociedade Goiana de Pecuária, uma das mais representativas entidades das classes dominantes rurais no estado.

Dirigindo-se a um público leitor variado dentro da esfera dominante, a *Folha de Goiaz* buscava ser um espaço de manifestação também dos interesses de setores urbanos “ilustrados”, embora seja inegável reconhecer que era na cobertura e disseminação das idéias de uma fração dominante rural que se queria *moderna* e inovadora que residiam os principais esforços do jornal em enunciar seus projetos. Dessa forma, invariavelmente, os pequenos lavradores, posseiros, arrendatários e meeiros, entre outros segmentos de trabalhadores rurais, apareciam nas páginas da *Folha* quase sempre como *obstáculos*, sinônimos do *atraso* de uma estrutura agrária que, embora não se desejasse mudá-la em sua essência, ainda não havia aprendido a resolver os problemas que a impediam de *modernizar-se*. Assim é que o espaço do jornal dedicado aos segmentos subalternos do campo era a *página policial*. Transmitidas como “agitações” e “subversões comunistas”, os atos de insubordinação e contestação dos vários segmentos dominados do campo figuravam ao lado de noticiários sobre a prisão de criminosos comuns, assassinatos, adultérios seguidos de morte, roubos, em suma, todo tipo de ação considerada como atentatória à ordem e à moralidade. Homogeneizadas por um tratamento que pressupunha a criminalização como critério classificatório, todos esses eventos estavam confinados num espaço que traduzia uma visão de um Goiás que deveria ser estirpado.

Para a *Folha de Goiaz* os responsáveis pela dimensão que assumira os confrontos armados em Formoso e Trombas eram os comunistas e seu representante maior, José

¹¹¹ O jornal *Folha de Goiaz* foi fundado pelo jornalista Gerson de Castro Costa. Em 1943 passaria para o comando dos “Diários Associados”. O jornal deixaria de circular em 1984. TELES, José Mendonça. *A Imprensa Matutina*. Goiânia: Cerne, 1989.

Rufino. Atribuindo o surgimento de José Rufino,¹¹² o “agitador vermelho”, a “questões de terras há muito surgidas no norte do Estado”¹¹³, sem no entanto esclarecer de quais questões se tratam, o jornal inicia a sua saga na tentativa de traçar um perfil criminoso para o “líder vermelho”, este, sempre acompanhado de um bando fortemente armado e com um sangrento rastro de crimes que aterrorizava as desprotegidas populações circunvizinhas. José Rufino era o principal causador de “desassossego” para a população, vista pelo jornal como inteiramente alheia e refém das investidas criminosas dos comunistas liderados por ele. Por “comunistas”, o jornal se refere de maneira muito imprecisa, a quaisquer daqueles que estão se armando e enfrentando à bala os soldados da polícia estadual. A distância e a falta de penetração na região contribuem para a já resoluta predisposição em atribuir qualquer ação de contestação advinda dos grupos subalternos a uma ordem deliberada dos comunistas. Daí que para o jornal o confronto se reduz a um “choque armado” entre os comunistas e os policiais. Colocando a questão nesses termos, *Folha de Goiaz* deixava bem clara a posição que o jornal assumia diante dos acontecimentos: de um lado, “agitadores vermelhos” que sob a liderança de José Rufino aterrorizava a vizinhança de Formoso e atentava contra o sagrado direito da propriedade; de outro, os policiais, valentes homens, os “batalhadores da ordem”, que arriscavam a vida para debelar os “rebeldes”.

O repertório de adjetivações utilizado pelo jornal para se referir aos posseiros é vasto e esclarecedor: “desordeiros”, “bandoleiros”, “turba comunista”, “vermelhos”, “facínoras”, “asseclas”, “saqueadores”, “lavradores da discórdia”, “rebeldes”, “revoltosos”, criadores de um “ambiente hostil” e vivendo numa “senda de ilegalidade”. Esse conjunto de referências associa-se num plano geral a uma deliberada campanha anticomunista desencadeada nas páginas de *Folha de Goiaz* e que procurava, criminalizando a luta pela terra em Formoso e Trombas, criar um ambiente propício à intervenção bélica na região. A defesa da propriedade privada da terra e o direito dos “legítimos donos”(os fazendeiros) às terras “invadidas”, ameaçado em sua essência pela ação criminosa de invasores insuflados por “agitadores vermelhos”, eram reivindicados como mote de pressão à intervenção enérgica das autoridades estaduais e federais, de modo que o “bando armado” do “perigoso elemento” José Rufino fosse debelado.

¹¹² José Rufino, na verdade, nunca existiu. *Folha de Goiaz*, confunde seu nome provavelmente com o de José Firmino que, segundo Sebastião Abreu, havia se destacado e liderado uma resistência nos primeiros anos de luta pela terra na região. No entanto, estamos certos de que se tratava de José Porfírio, nesse momento já amplamente conhecido entre os posseiros na região, o que o próprio jornal reconhece em edição posterior, cuidando em desfazer o equívoco. Estaremos aqui, entretanto, preservando o equívoco do jornal e mantendo o nome de José Rufino sempre que *Folha de Goiaz* assim o fizer, por entendermos que tal confusão não deve ser divorciada da visão que o jornal constrói dos eventos.

Como já dissemos acima, as *lutas de representações* não operam no vazio. Por mais que haja todo um esforço no sentido de um grupo tentar *impor* uma determinada conduta ao conjunto da sociedade, construindo para tanto, *representações* do *outro*, cuja classificação intenta legitimar, por oposição, os valores e concepções do mundo social que se pretende hegemônicos, tal operação estará delimitada pelos referenciais concretos que perpassam as relações sociais e que compõem o repertório inteligível das lutas de classes. O que queremos enfatizar é que a *língua*, tanto em sua expressão falada quanto escrita, “não é um campo separado e indiferente da existência humana, e sim uma dimensão expressiva dessa existência. Como tal, é permeada pelos conflitos, tensões e contradições da vida real.”¹¹⁴ Dessa forma, o anticomunismo encampado pelos articulistas da *Folha de Goiaz* está alicerçado num aparato cognitivo que apreende o real não por uma simples oposição de idéias antagônicas, no caso estudado, entre liberais e comunistas, mas sobretudo pelo que o apelo a tal oposição implica para os “homens de bem” de Goiás naquele momento: a ousadia de um “bando” de sediciosos lavradores, “contaminados” pelas ilusões vindas de Moscou e que atentavam contra a propriedade privada da terra e o poder local dos grandes fazendeiros.

Essa observação traz em seu bojo uma série de implicações a ela articuladas que punham em xeque o próprio *sistema* tradicional de dominação no campo. Um *sistema* em que vigoravam a violência, a coação, o arbítrio, calcados sob uma lógica dominante que legitimava a repressão privada dos grandes fazendeiros sobre pequenos lavradores, colonos, meeiros, posseiros, cujo braço armado expressava-se na ação violenta de jagunços. Esse *sistema*, que poderíamos considerar em termos rosianos como um “sistema jagunço”,¹¹⁵ pressupunha a preponderância da lógica privada e local de dominação sobre o público, e o domínio da subjugação direta dos grupos dominados ao poder latifundiário sem qualquer mediação institucional. Esta, quando reivindicada pelos setores dominantes, via de regra somava-se coniventemente ao braço armado privado, oficializando a violência e legitimando a criminalização como forma de tratamento das contestações oriundas de segmentos populares.

No discurso da *Folha de Goiaz* a violência desloca-se do âmbito privado da jagunçagem e da intervenção policial, vistos como uma defesa necessária da ordem, para converter-se em

¹¹³ “IMINENTE...” op.cit.

¹¹⁴ McNALLY, David. “Língua, História e Luta de Classes.” In: WOOD, Ellen M. & FOSTER, John Bellamy. *Em Defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zarhar, 1999. p.46.[33-49].

¹¹⁵ Refiro-me a Guimarães Rosa. ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Para uma crítica ao conceito rosiano de “sistema jagunço” e sua aplicação à realidade sócio-histórica brasileira, ver LEONEL, Célia Maria & SEGATTO, José Antonio. “Política e violência no grande sertão de Guimarães Rosa.” In: *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Cpda, vol. 13, n.1, abril de 2005.

principal atributo dos lavradores “revoltosos”, que não apenas tiravam a vida de homens “corajosos”, mas que feriam os princípios da ordem ao atentar contra o poder secular dos latifundiários. Uma vez que o Estado, através de seu aparelho coercitivo policial, é conclamado pelas classes dominantes representadas nas páginas da *Folha* a entrar em cena e reprimir exemplarmente os “lavradores da discórdia”, a “sedição” ganha uma dimensão que irrompe as fronteiras meramente locais: o atentado não é mais apenas contra a propriedade e seus legítimos donos; tratava-se agora de uma ofensiva contra as instituições, contra o Estado de Goiás.

Portanto, das *representações* construídas em *Folha de Goiaz* emergia uma figura do *homem do campo* goiano não muito diferente daquela construída em outras regiões do país, e que consubstanciava “inocência” e “ingenuidade” com uma potencial sensibilidade ao aliciamento por “agitadores comunistas”. O jornal explora a visão que considera a incapacidade natural do *rurícola* ao entendimento de questões *políticas*, o que em grande medida justifica a responsabilidade atribuída aos comunistas. Vejamos, por exemplo, noticiário policial publicado pelo jornal em 14 de março de 1956,

BANDO ARMADO DE COMUNISTAS COMETE ASSASSINATO

Momentos difíceis estão passando os habitantes da região do Formoso, onde o agitador vermelho José Rufino instalou o seu quartel-general, trazendo desassossego no seio daquela população.

No dia 11 último, José Rufino, à frente de 15 a 20 homens, todos armados, estando alguns deles empunhando fuzil, arma privativa das Forças Armadas, promoveu um ataque ao local denominado Trombas, na região de Formoso, assassinando o farmacêutico da localidade, ministro protestante Joaquim Pereira de Alencar, que foi morto a tiros de fuzil.

Disse-nos o Sr.º Juvenal de Campos Amaral, Delegado de Ordem Política e Social, que o ataque do dia 11, efetuado pelos comunistas, visava eliminar-lhes, pois que, até as vésperas estivera em diligência naquela localidade, aonde fora com a finalidade de apreender armas privativas do Exército Nacional.

Encontra-se nesta capital o delegado de polícia do município de Amaro Leite, que aqui veio pedir reforço policial com o qual possa enfrentar José Rufino e os seus homens num possível ataque já planejado a Formoso, onde a turba comunista pretende assassinar um chefe político daquele município, o Sr.º João Soares.¹¹⁶

Seguindo uma curva ascendente de gravidade, o jornal noticiava a cada dia um fato novo que pudesse alarmar a população quanto ao perigo que representavam o “bando de

¹¹⁶ “BANDO Armado de Comunistas Comete Assassinato.” Goiás: *Folha de Goiaz*, 14 de março de 1956.

comunistas” que espalhava o terror no norte do estado. Mantendo um repertório de palavras que impunham às ações dos posseiros uma qualificação criminosa, o jornal *Folha de Goiaz* passava a *crystalizar* e expandir junto à opinião pública goiana sua *representação* dos envolvidos, levando a crer que se uma solução enérgica não fosse definitivamente tomada havia o perigo da sedição espalhar-se por outras regiões do estado. Tal postura manifestava os temores das classes dominantes rurais goianas de que pudesse ocorrer em Goiás uma generalização de insubordinação no campo, o que indubitavelmente traria sérias conseqüências para as relações de dominação sob as quais estavam organizados os mecanismos de exploração e subordinação tradicionais na agricultura do estado.

Em edição do dia 24 de março de 1956, *Folha de Goiaz* assim se manifestava sobre as últimas notícias vindas da zona de confrontos:

CORRE SANGUE NA REGIÃO DO FORMOSO

Vai ficando mais séria, cada dia, a situação em Formoso, com a arregimentação pelos bandoleiros da região de mais de uma centena de homens armados, dispostos a tudo para não se entregar à polícia. O caso já esteve mais favorável para uma solução sem sangue, mas não se sabe porque não se persistiu na campanha para se desalojar, de uma vez por todas, o grupo de facínoras.

E como noticiamos, devido ao maior número de pessoas que acompanham o bando, a força da Polícia Militar que esteve naquela região, achou de bom alvitre solicitar reforços.

(...)

Há coisa de seis meses que o bando de Zé Rufino vem pondo a população de Formoso em sobressalto. As autoridades foram advertidas em tempo, mas parece que não deram muita importância à situação e infelizmente se confirmaram todas as previsões, a ponto de novas vidas serem sacrificadas quando valentes homens da polícia lutam para manter a ordem na famosa fazenda Formoso(sic).¹¹⁷

Nas *lutas de representações* que estavam sendo travadas, o jornal *Folha de Goiaz* reagiria tenazmente às manifestações públicas de defesa da legitimidade da resistência que estavam sendo efetivadas pelos posseiros. Não aceitando os argumentos apresentados pelos posseiros através de comunicados divulgados pela Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, o jornal desacreditava sua organização e acusava os “lavradores da discórdia” de atentar contra as instituições. *Folha de Goiaz* assim se expressava em 27 de março,

¹¹⁷ “CORRE Sangue na Região do Formoso.” Goiás: *Folha de Goiaz*, 24 de março de 1956.

Desde o início dos lamentáveis acontecimentos que os comunistas, principais provocadores, aproveitam o descontentamento dos posseiros para colocar mal o governo.

Ainda Domingo último, através de um boletim com a clássica linguagem demagógica de uma suposta união de lavradores(lavradores da discórdia, isto sim), vieram com ‘apelos’ e ataques a gregos e troianos. A própria Folha de Goiaz não foi poupada – como também não tem sido através dos jornais comunistas, – pelo simples fato de defender as instituições vigentes. Para eles, os soldados mortos são capangas.¹¹⁸

Outros jornais de outros estados se posicionaram da mesma maneira em relação aos posseiros e aos acontecimentos em Formoso e Trombas. A associação entre a resistência armada dos posseiros e o *banditismo* foi comumente adotada pela grande imprensa, numa tentativa de desqualificar a legitimidade reivindicada de direito à terra e de criminalizar as ações dos posseiros. O anticomunismo emerge como uma eixo norteador do posicionamento dos interesses das classes dominantes expressos nas páginas desses jornais, o que em última análise, revelava a tentativa de tais grupos de impor suas concepções do social de modo que seus valores e projetos, uma vez universalizados pelos mecanismos de construção e disseminação *simbólicos*, garantissem a ampla reprodução de sua dominação ao mesmo tempo que combatiam no terreno das *lutas de idéias* as visões opostas.

Seguindo a mesma linha adotada em *Folha de Goiaz*, o jornal paulista *O Estado de São Paulo* deu significativa cobertura aos principais eventos ocorridos no norte goiano, principalmente na segunda quinzena de março de 1956, período de maior tensão entre os posseiros e as forças policiais destacadas para a região. Em 25 de março o jornal assim se pronunciava sobre as notícias que vinham de Goiás,

CHOQUE ENTRE POLICIAIS E BANDOLEIROS EM GOIÁS

A região de Formoso continua sob a ação de bandoleiros arregimentados pelo comunista José Firmino, que, sob o pretexto de estar defendendo os interesses de posseiros, vem cometendo uma série de violências. Ontem, durante um encontro armado com um grupo de facínoras, dois soldados de um destacamento policial perderam a vida. Os milicianos foram cercados no local denominado

¹¹⁸ “OS COMUNISTAS Ameaçam Porangatu.” Goiás: *Folha de Goiaz*, 27 de março de 1956.

Trombas e depois de resistirem algum tempo tiveram que bater em retirada, dada a desigualdade de forças.¹¹⁹

Vejamos outra notícia veiculada em *OESP*, esta do dia 28. Aqui, o jornal procura se ater mais ao histórico dos conflitos, porém, sua disposição em *alarmar* os seus leitores para o perigo de uma ação comunista naquelas proporções fica evidente a partir do tratamento que dá à questão:

BANDOLEIROS, FORTEMENTE ARMADOS, LEVAM O PÂNICO À POPULAÇÃO DE DOIS MUNICÍPIOS GOIANOS

O Gabinete Civil do Governo do Estado informa que nos municípios de Porangatu e Amaro Leite, onde se localizam os povoados de Formosa(sic) e Trombas, como em diversas regiões do Estado e do País, há uma velha questão entre ocupantes de terras da zona rural, pelos mesmos julgados de domínio público, e aqueles que invocam direitos de proprietário sobre as terras ocupadas. Com a crescente valorização destes terrenos e o movimento imigratório para aquela zona, essa luta tem-se acentuado, a ponto de despertar a atenção de elementos do antigo Partido Comunista, que, perdendo terreno junto às massas operárias, procura arregimentar-se junto aos homens do campo(...). Esses elementos ‘insulflam’ os posseiros contra os proprietários das terras e contra todas as medidas de garantia da ordem tomadas pelo governo.(...) A situação é difícil nas proximidades do povoado de Trombas. Segundo consta, os comunistas e elementos exaltados estão senhores da situação, pretendendo levar avante suas ações.(...) Reiteramos a afirmação de que os bandoleiros estão muito bem armados, conduzindo, inclusive, armas de guerra.¹²⁰

O jornal se apóia largamente em fonte divulgada pelo Gabinete Civil da Governadoria do Estado de Goiás e em telegramas enviados ao governador José Ludovico pelo Promotor de Justiça e pelo Prefeito de Porangatu, zona onde estavam acantonados os soldados enviados para intervir em Formoso e Trombas. Destaca-se ainda a ênfase sempre presente de atribuir aos posseiros a posse de “armas de guerra”. Essa informação, amplamente disseminada principalmente na *Folha de Goiaz*, vinha sempre acompanhada do destaque dado à desproporção com que os soldados da polícia goiana enfrentavam os “bandoleiros”. Sempre em menor número e com armamento inferior, o destacamento policial estaria fadado

¹¹⁹ “CHOQUE Entre Policiais e Bandoleiros em Goiás.” São Paulo: *O Estado de São Paulo*, 25 de março de 1956.

¹²⁰ “BANDOLEIROS, Fortemente Armados, Levam o Pânico à População de dois Municípios Goianos.” São Paulo: *O Estado de São Paulo*, 28 de março de 1956.

ao fracasso e ao aniquilamento pelos homens de José Firmino.¹²¹ Daí que o jornal expressaria também a necessidade de uma intervenção do Exército na zona dos conflitos, cobrando inclusive do Ministro da Justiça, Nereu Ramos, e o Ministro da Guerra, Mal. Teixeira Lott, um posicionamento enérgico sobre as “agitações comunistas” que vinham de Goiás.

No Rio de Janeiro, o jornal *O Globo* fazia coro com o anticomunismo na abordagem da luta pela terra em Formoso e Trombas. O jornal preocupa-se, no entanto, em *tranqüilizar* aqueles que acreditam tratar-se de uma “Revolução Rural”. Em 26 de março de 1956, assim se pronunciava o jornal carioca:

COMUNISTAS APROVEITAM-SE DA LUTA DOS POSSEIROS PARA FAZER AGITAÇÃO

Os sucesso de Formoso, Porangatu e Amaro Leite não seriam, ainda, o ponto de partida para a “Revolução Rural” que os vermelhos planejam – A Polícia Política acompanha os acontecimentos.

A ocorrência de choques armados nas cidades goianas de Formoso, Porangatu e Amaro Leite, provocada pelo agitador José Rufino, que, à frente de bandoleiros tem batido as forças policiais e militares da região, resulta(...) da falta de providências tomadas pelo Governo.(...) A área de sucessos é rica em minérios e tem imensas possibilidades agrícolas. Por isso é disputada com violência pelos bandoleiros insuflados e dirigidos por agitadores comunistas.

(...)José Rufino, o insuflador e dirigente das lutas, é elemento desconhecido no rol dos líderes do PC. Os comunistas de Goiás se estariam aproveitando, ocasionalmente, do caso dos posseiros, apenas com o propósito da confusão. Em suma: o caso de Goiás não seria o ponto de partida para a “Revolução Rural” que os vermelhos planejam.

Por enquanto, a Divisão de Polícia Política e Social acompanha, à distância, o desenvolvimento dos sucessos; só enviará observadores(...) se os fatos assumirem maior gravidade.¹²²

Em edição do dia 28, *O Globo* publicaria longa entrevista realizada por telefone com o então Secretário de Segurança do Estado de Goiás, e ex-Comissário de Polícia do Rio de Janeiro, o Sr.º Iraci José Gomes. Nesta entrevista, o Secretário de Segurança procura acalmar a todos dizendo que as “agitações” na região estão controladas e que não há razão para preocupações. Segundo Iraci Gomes, o desejo do Estado goiano não é o de “massacrar” nenhum inocente, apenas pretende agir com “firmeza” para debelar a “agitação comunista” e

¹²¹ *OESP*, da mesma forma que a *Folha de Goiaz* ignorava que naquele momento a liderança das ações na região era de José Porfírio, e não José Firmino ou José Rufino.

restabelecer a ordem na localidade. Uma das razões apontadas para a demora na resolução do caso é a dificuldade dos soldados da polícia goiana em ter acesso à região devido às matas e as “tocaias” na única estrada que levava a Trombas. O representante do governo de Goiás se esforçava aqui, como noutros comunicados, em demonstrar que mantinha toda a situação sob controle e que não havia motivos para que se falasse numa intervenção federal.

O jornal *Folha de Goiaz* construiu sua *representação* a partir da defesa de interesses de setores dominantes rurais, para quem as ações desencadeadas pelos posseiros consistiam num verdadeiro atentado a ordem e às instituições vigentes, noutras palavras, uma ameaça à grande propriedade da terra e às relações de dominação no campo. Para tanto, a cobertura do jornal opôs sistematicamente os “defensores da ordem” ao “bando de facínoras”, os “corajosos soldados” à “turba comunista”, num processo de criminalização das ações de resistência dos posseiros que objetivava alarmar a opinião pública goiana e nacional quanto ao perigo iminente de uma “revolta comunista” que logo se espalharia por outras regiões do estado caso medidas enérgicas não fossem imediatamente tomadas pelo Governo.

Mas um *outro* “posseiro” surgiria na imprensa de Goiás. Inserida nos conflitos de *representação*, tal construção, advinda de interpretações que buscavam *descomunizar* as lutas em Formoso e Trombas, apresentava um posseiro *humilde e trabalhador*, vítima do *progresso* e da violência desmedida da polícia estadual e das forças privadas a serviço de grileiros de terras. Essa *representação* acabaria sendo em larga medida apropriada pelos próprios posseiros que dela fizeram uso nas lutas pela conquista de aliados e pela *ampliação* da resistência. Trataremos a seguir de outro jornal goiano, o *Jornal de Notícias*.

2. *Jornal de Notícias*: “o pobre que reclama”

Se na *Folha de Goiaz* as percepções do social se traduzem pela construção de *representações* que criminalizam as lutas dos grupos dominados rurais em face da legitimação de valores que reproduzem as práticas de dominação no campo – o que caracteriza o jornal como um espaço eminentemente ocupado pelos interesses das classes dominantes rurais goianas –, no *Jornal de Notícias*, ainda que estas mesmas questões estejam presentes, o espaço de disputas será maior, suscetível que está o periódico em *aproximar-se* dos posseiros. Surge aqui uma primeira distinção entre os jornais analisados:

¹²² “COMUNISTAS Aproveitam-se da Luta dos Posseiros para Fazer Agitação.” Rio de Janeiro: *O Globo*, 26

no *Jornal de Notícias* é possível apreendermos em boa medida o que pensam aqueles homens e mulheres que reivindicam o direito à posse da terra. Isso devido ao fato de que são constantes nas páginas desse jornal a publicação de cartas de José Porfírio, bem como entrevistas com alguns posseiros envolvidos nas lutas. Da mesma forma, ao estimular uma campanha contra as grilagens no norte do estado, o jornal se esforça por demonstrar que as terras em disputa devem ficar com os posseiros, “verdadeiros donos”, já que há anos residem naquela região e que foi justamente o seu trabalho que a valorizou e provocou a cobiça dos grileiros.

Mas essa primeira observação não deve iludir-nos. Ainda que tenha se caracterizado por “dar voz” aos posseiros, o *Jornal de Notícias* também forjou sua própria visão do lavrador goiano, e nesse processo estavam presentes e em disputa não apenas o tipo de trabalhador rural que se desejava para Goiás, mas também o papel que deveria ocupar no espaço social em construção. Não devemos perder de vista essa premissa sob o risco de criarmos um falso antagonismo entre os dois jornais.

O *Jornal de Notícias*, fundado em julho de 1952, foi o terceiro jornal capitaneado por Alfredo Nasser em Goiás. Antes dele, Nasser havia criado *A Coligação*(1934) e o *Jornal do Povo*, ambos veículos ligados a UDN, partido do qual pertencera antes de migrar para a dissidência udenista em Goiás, o Partido Social Progressista(PSP). Nas palavras de Alfredo Nasser, o “*Jornal de Notícias* surge como parte de minha contribuição pessoal, para servir aos ideais e às aspirações do povo goiano, nesta hora tão nobre e corajosamente interpretados pelo PSP e a UDN”.¹²³ O jornal nascia, portanto, como veículo de oposição ao PSD em Goiás, o que dava continuidade na década de 1950 a uma longa tradição oposicionista de Alfredo Nasser a Pedro Ludovico.¹²⁴ Essa questão não deve ser posta de lado, posto que compreendemos que uma das razões para a *aproximação* do *Jornal de Notícias* com os posseiros se deve às disputas políticas no estado e a constestação à hegemonia política exercida pelo PSD. Clever Luiz Fernandes observa que Alfredo Nasser(que fora senador pela UDN-GO), mesmo transferindo-se da UDN para o PSP, em 1950, após uma frustrada tentativa de ser indicado pelo partido como candidato à sucessão do então governador

de março de 1956.

¹²³ *Jornal de Notícias*, 27 de julho de 1952.

¹²⁴ Alfredo Nasser havia se destacado na década de 1930 por se opor energicamente ao governo do interventor Pedro Ludovico, principalmente quanto a mudança da capital do estado para Goiânia. Segundo Cristiano Arrais, nas páginas do jornal *A Coligação*, de Nasser, “os ataques ao governo Ludovico começavam no editorial e terminavam nos acontecimentos sociais, ocupando até mesmo as páginas policiais.” Em fins da década de 1930, Nasser atuaria como diretor em outro jornal, *A Razão*, fundado por Joaquim Câmara e que também se opunha à mudança para Goiânia. ARRAES, Cristiano Alencar. “As Imagens da Cidade e a

Jerônimo Coimbra Bueno(UDN,1947-1950), jamais deixara de ser udenista.¹²⁵ Dessa forma, poderíamos dizer que o PSP atuaria em Goiás como uma espécie de *satélite* da UDN, formando com o partido da *Eterna Vigilância* uma dura e permanente oposição aos sucessivos governos pessedistas no estado.

O jornal trazia freqüentemente em suas páginas o Programa do Partido Social Progressista(PSP), partido ao qual pertencia Nasser, em Goiás, e tinha como liderança maior Adhemar de Barros, em São Paulo. O PSP era um partido majoritariamente urbano, apesar de agregar importantes entidades patronais rurais, como fica explicitado nas constantes matérias publicadas no *Jornal de Notícias* sobre grandes produtores e pecuaristas.

A figura do posseiro de Formoso e Trombas que encontramos delineada nas páginas do *Jornal de Notícias* é diametralmente oposta àquela construída na *Folha de Goiaz*. No periódico de Alfredo Nasser surge a figura do “pobre que reclama”, o “trabalhador pacífico”, vítima da ação criminosa dos grileiros e da violência policial. Em edição do dia 29 de março de 1956 o jornal trazia a seguinte manchete em primeira página: “NEM COMUNISTAS, NEM BANDOLEIROS”, numa crítica dirigida diretamente ao tratamento da questão tal qual vinha sendo dado pela *Folha de Goiaz*. Em seguida, o jornal sintetizava sua interpretação do caso:

O caso de Formoso é muito eloqüente. Grileiros com dinheiro suficiente para comprar notícia em rádio e em jornais, chegaram a convencer o país de que ali existe um núcleo comunista de grande periculosidade, armado até os dentes, pronto a subverter o regime e as instituições.(...)autorização[fac-símile impresso no jornal] dada pelo Sr. Pedro Ludovico, quando governador do Estado, para que os posseiros não saíssem de suas terras até que a justiça desse a última palavra sobre a disputa. Com essa prova, que ora oferecemos aos nossos leitores, num extraordinário esforço de reportagem, fica inteiramente desfeita a balela de que a resistência dos lavradores é de inspiração comunista e de são eles bandidos e perturbadores da ordem.¹²⁶

Note-se o esforço do jornal em desvincular da imagem do posseiro, qualquer possibilidade de presença e intenção comunistas na questão da luta pela terra na região. Segundo o *Jornal de Notícias*, essa era uma campanha disseminada por grileiros e

Memória do Conflito.” In: SANDES, Noé Freire. *Memória e Região. Col. Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas*. Brasília: Ministério da Integração Nacional/Universidade Federal de Goiás, 2002. pp. 37-62.

¹²⁵ Segundo Clever Fernandes, há outras versões para a saída de Nasser da UDN. Ver, FERNANDES, Clever Luiz & AQUINO, Reginaldo Lima de. *A UDN e o PSD goianos: Ensaio de História Política(1945-1966)*. Goiânia: Editora Kelps, 2005. pp. 113-116.

¹²⁶ “NEM Comunistas, Nem Bandoleiros.” *Jornal de Notícias*, Goiás, 29 de março de 1956.

latifundiários nas páginas de jornais como *Folha de Goiaz* e *O Popular*, com a deliberada intenção de justificar uma intervenção violenta do aparato policial estadual e federal na região.

Na contraface da tentativa de *silenciar* sobre a presença de militantes comunistas em Formoso e Trombas, estava a *representação* forjada pelo jornal acerca da figura social do posseiro do norte goiano. No momento em que os conflitos em Formoso e Trombas atingiam seu ápice de maior gravidade (fevereiro-abril de 1956), o *Jornal de Notícias* realizava uma série de reportagens denunciando o avanço das grilagens de terras na região de Gurupi, vasta área de terras devolutas no extremo norte goiano. Segundo o jornal, os posseiros de Gurupi eram “pacíficos, trabalhadores e que detestavam questões em juízo(...)por sentimento, timidez, desavença e mágoa, preferiram, como preferem, retirarem-se silenciosamente.”¹²⁷

No caso do posseiro de Formoso e Trombas o elemento *resistência armada* diferia-o do posseiro de Gurupi. Ainda assim a imagem forjada nas páginas do jornal apelava para a *índole* pacífica do lavrador goiano. A postura do posseiro de Formoso e Trombas ao se decidir pelo enfrentamento direto convertia-o, segundo a *representação* construída pelo *Jornal de Notícias*, de “pacífico” e avesso a disputas, no “pobre que reclama”, mas que só o faz porque fora levado às últimas conseqüências de sua sobrevivência: a *resistência* do posseiro é um direito de legítima defesa. Dessa forma, o posseiro que decide pegar em armas para se defender continua sendo o pacato rurícola de sempre, apenas *forçado* pelas circunstâncias momentâneas a negar-se a si mesmo enquanto detentor de uma *natureza pacífica*, na medida em que se vê ameaçado em sua passividade indigna de miséria e exclusão. No intento de chamar a atenção para a necessidade da sociedade goiana em adotar um *posicionamento* frente aos conflitos que se anunciam, o jornal constrói uma *representação* do lavrador do norte do estado que reforça a imagem de um “trabalhador pobre” e “indefeso” diante do poder dos latifundiários e do Estado, mas deixando sempre presumir nas *entrelinhas* que se não fosse atendido em suas mínimas necessidades, seria facilmente convertido a ações violentas e incontroláveis.

Essa concepção do *homem pobre do campo* não era estranha ao *imaginário* cidadão. Se recorrermos à literatura brasileira, principalmente às produções a partir da década de 1930, em cujas obras regionalistas preponderam o universo rural como temática, encontraremos variados exemplos de abordagens que concebem o *sertanejo* notadamente como vítima, seja

¹²⁷ O caso de Gurupi ocorrera devido a uma requisição feita por proprietários da fazenda Sto. Antonio de cem léguas de terras nas quais residiam dezenas de famílias de posseiros. Os grileiros teriam forjado documentação falsa a partir de uma carta de sesmaria datada de 1754, onde concedia a Caetano Cortes três léguas de terras na região. “HISTÓRIA de Gurupi.” *Jornal de Notícias*, Goiás, 12 de fevereiro de 1956.

das condições naturais adversas, seja do mandonismo oligárquico local, seja ainda da *modernidade* que se avizinha e que parece não desejar que o *sertanejo pobre* dela faça parte.

Não é somente ao *Jornal de Notícias* que devemos atribuir o esforço em forjar uma *representação* sobre o lavrador goiano delineada por um apelo ao seu suposto caráter “pacífico”. Os próprios posseiros, em larga medida, legitimaram a *imagem* construída nas páginas do jornal ao elaborarem um discurso cuja *representação* dela se aproximava. Não são poucos os exemplos onde a defesa à legitimidade de suas reivindicações fora construída se utilizando de elementos que reforçavam valores delimitados por relações *simbólicas* de violência e dominação. Mas seria limitada nossa argumentação se ficássemos apenas nesta observação. Precisamos enfatizar que estamos compreendendo a imprensa, e o *Jornal de Notícias* em particular, como uma espaço de conflitos e também de *resistência*, espaço este no qual os posseiros de Formoso e Trombas estiveram *presentes* de variadas formas. Dessa maneira, ao mesmo tempo que as páginas do jornal revelam embates pela construção da *figura social* do posseiro, nelas também estarão inseridas, e em *movimento*, estratégias e práticas de *resistência* habilmente operadas pelos próprios posseiros. É por esse caminho que devemos analisar, por exemplo, as *falas* de José Porfírio no jornal. Senão vejamos.

Em carta enviada ao Dep. Misach Ferreira(PSD) e publicada no *Jornal de Notícias* em 29 de março de 1956, Porfírio recorre a *construções* que reforçam a *imagem* de “simplicidade”, “pacifismo” e “honestidade” do posseiro de Formoso e Trombas, cuja ênfase no “trabalho” e no desejo de “paz”, busca confrontar, por oposição, a campanha disseminada em parte da “grande imprensa” goiana que intentava associar aos posseiros a pecha de “sanguinários jagunços”. Segundo Porfírio,

Os grileiros mandam dizer nos jornais que aqui existe um “bando de comunistas” armados com armas de guerra querendo invadir as cidades. Outros jornais apresentam os posseiros como terríveis e sanguinários jagunços. E o pior Srº. deputado, é que o governo em vez de estudar minuciosamente a questão como fez agora no Gurupi, toma logo a defesa dos interesses dos grileiros e manda soldados para nos expulsar de nossas posses(...) *Somos homens simples, honestos, trabalhadores e reivindicamos o direito de viver e trabalhar em paz.*(grifos meus).¹²⁸

Algumas observações devem ser feitas a respeito dessa missiva. Primeiramente, não fora por acaso a escolha do deputado. Misach Ferreira era um político muito próximo a Pedro Ludovico Teixeira e um dos principais nomes do PSD em Goiás. Exercera, entre

janeiro de 1953 a julho de 1954, o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, e era nome cotado dentro do partido para a sucessão do governador José(Juca) Ludovico de Almeida(1955-1958).¹²⁹ Segundo o próprio José Porfírio, a escolha do deputado era motivada pela atuação do político possedista no inquérito sobre as terras do Gurupi.¹³⁰ Logo no início da carta, após solicitar “seu valioso auxílio à nossa causa”, Porfírio afirma que “os posseiros são unânimes quanto à honestidade do deputado”, e mais adiante, enfatiza que em nome da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Formoso resolvera fazer-lhe um “apelo” com a certeza de que seriam atendidos.

O conteúdo da carta constituía-se numa tentativa de desmentir a *imagem* que era disseminada em todo o estado de que os posseiros de Formoso e Trombas eram bandidos e comunistas, ao mesmo tempo que apontava o *grileiro* como verdadeiro malfeitor e construía para si a *representação* de trabalhadores que só reivindicavam “o direito de viver e trabalhar em paz”. A tentativa de estabelecer um *diálogo* com políticos goianos, através de cartas e de solicitações à Assembléia Legislativa, fora prática comum adotada pelos posseiros de Formoso e Trombas mesmo durante o período de maior acirramento dos confrontos armados. Essa questão é de suma importância pois vai de encontro a uma visão muito disseminada pela historiografia produzida sobre o tema que atribui esse tipo de iniciativa a uma “fase” anterior à luta armada pela posse da terra, caracterizada de “inocente” e pouco eficaz. Procurando contestar tal interpretação, nossa análise tem procurado demonstrar que não apenas é equivocada a afirmação de que os primeiros anos de luta são caracterizados por ações desarticuladas e ineficientes, quanto também o é aquela que atribui à posterior adoção da luta armada como caminho exclusivo de atuação dos posseiros. A carta de José Porfírio a Misach Ferreira, em nome da Associação de Lavradores, constitui-se em documento importante para sustentarmos nossa hipótese.

Em edição do dia 8 de abril de 1956, o *Jornal de Notícias* dirigindo-se aos *grileiros* que atuavam na região, publicava discurso proferido na Assembléia Legislativa do Estado pelo deputado Mendonça Neto(PSP), logo após ter visitado José Porfírio em Trombas:

Formoso ficará na história como o marco de uma nova era em que posseiros espezinhados em seus direitos(...) resolveram de armas na mão defender o fruto de seu suor(...) Formoso marcará sem dúvidas o fim do grilo em Goiás(...) Cuidado Senhores de Gurupi e

¹²⁸ “CARTA de José Porfírio ao Dep. Misach Ferreira”, in: *Jornal de Notícias*. op.cit.

¹²⁹ CAMPOS, Francisco Itami & DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás*. Vol. 3, Perfil Parlamentar II. Goiânia: Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 2002.p.335.

¹³⁰ “CARTA...” op.cit.

Cananã! A luta nas matas é bem mais difícil que a luta nos cartórios(...).

A Força Policial em Porangatu e Formoso ansiosa por agir(pelo menos é o que anuncia insistentemente a ‘Folha de Goiaz’) [foi] detida porém, pelo Sr.º Governador numa atitude que deve ser por todos nós aplaudida e os posseiros na expectativa, desejosos por voltar a seus lares e colher pacificamente suas roças.¹³¹

Em fevereiro de 1957, em carta enviada a Alfredo Nasser e publicada no *Jornal de Notícias* em 15 de março, o posseiro José Porfírio fazia um “apelo” à “boa vontade” do diretor do jornal, solicitando que este publicasse o “histórico” das lutas na região, “a fim de esclarecer à opinião pública e às autoridades da verdade sobre Formoso e Trombas.”¹³² Quase um ano já havia se passado desde que o caso de Formoso e Trombas se tornara conhecido nacionalmente. Apesar de naquele momento(início de 1957), os confrontos armados terem arrefecido, permanecia o receio de que a qualquer momento a região poderia ser invadida pela polícia. Ademais, as investidas dos jagunços não haviam cessado, ao contrário, inúmeras foram as tentativas de assassinar Porfírio e outras lideranças. A carta do posseiro narra os principais momentos de sua luta e de seus companheiros, reafirma a confiança dos posseiros de que tudo pode ser resolvido sem derramamento de sangue, acusa os grileiros pelos conflitos e reforça com obstinação que os posseiros não deixarão em hipótese alguma as suas posses.

Dizendo confiar no Governador e em “todos os homens de bem de Goiás”, Porfírio pretendia esclarecer definitivamente que o desejo dos posseiros era somente o de “trabalhar e viver em paz”. Dizendo-se disposto a cooperar com o Governo no que fosse necessário para encontrar uma solução pacífica para o caso, Porfírio assim terminava a carta,

Pedimos ao governador que mande para aqui uma comissão de homens criteriosos, para olhar, andar e sondar se tais denúncias[de que eram todos comunistas] têm fundo de verdade. Todas essas denúncias são mentiras deslavadas de grileiros sem critérios. Depois de apurada a verdade que a justiça de Goiás dê a esses causadores da intranquilidade pública, o castigo merecido. O que queremos é nada mais que justiça.¹³³

Em seu discurso, Porfírio procurava alertar a opinião pública de que não eram “eles”, os posseiros, os causadores de desassossego, como era amplamente anunciado na *Folha de*

¹³¹ *Jornal de Notícias*, 8 de abril de 1956.

¹³² “CARTA de José Porfírio a Alfredo Nasser”, *Jornal de Notícias*, 15 de março de 1957.

Goiáz. Os “causadores da intranqüilidade” eram os grileiros, os grandes fazendeiros da região, seus jagunços, e até a polícia. Porfírio confronta a *imagem* construída pela “grande imprensa” de que os posseiros eram “invasores” de terras e que suas ações atentavam contra as instituições. Nas palavras do posseiro,

Nós não invadimos terras de ninguém, haja visto o caso da sesmaria do Sr. Eusébio Martins, lá não existe um só posseiro sequer, porque não aceitamos que invadem e se lá existe algum é porque ele mesmo colocou.

Não queremos terras de graça. Queremos comprá-las do Estado. Achamos que o Governo deve vendê-las para nós que nelas trabalhamos e produzimos e não para parasitas que não trabalham.

Para provar o nosso interesse em comprar as terras estamos dispostos a entrar com parte do pagamento nesta safra. Nas nossas casas e nas nossas propriedades temos parte das nossas vidas, não podemos perdê-las.

(...)

Confiamos no Sr. Governador e em todos os homens de bem de Goiás. Apenas queremos trabalhar e viver em paz.¹³⁴

Traço comum a todas as cartas e comunicados divulgados por José Porfírio e pela Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, é a utilização de um vocabulário que expressa conformidade com as leis e instituições vigentes. Os “apelos” são sempre dirigidos às autoridades e políticos “solidários”, numa tentativa de demonstrar que os posseiros estão sempre prontos para o diálogo. A *representação* de trabalhadores pacíficos e obedientes da ordem contrasta inteiramente com a de “bandoleiros” e “agitadores vermelhos”. O constante esforço em combater a *imagem* de “sediciosos” acaba por revelar uma apropriação de valores e referências simbólicas dominantes, o que a nosso ver, ocorre como estratégia de luta.

Ainda que estejamos considerando a imprensa como campo de disputas, é inegável que seu espaço esteja dominado pelos interesses hegemônicos. Em se tratando da questão agrária em Goiás em meados da década de 1950, os embates ainda não atingiram a proporção que terão no início de década seguinte. Poderíamos mesmo dizer, que ela existe como um *problema* apenas para o campesinato pobre que reivindica o direito à terra. Para os grandes latifundiários, acostumados a resolver a insubordinação no campo por meio do uso de violência privada, não passava de um caso de polícia que deveria ser debelado energeticamente.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Ibidem.

No entanto, a resistência dos posseiros de Formoso e Trombas, sua obstinação na defesa das posses, suas formas de luta, havia evidenciado a questão da terra em Goiás como jamais fora até então. Se a defesa armada da terra possibilitara a *vitória* momentânea sobre os jagunços e os soldados da polícia, garantida pela permanência na terra, o que sem dúvidas criou uma *imagem* de invencibilidade dos posseiros, é na ampliação dos espaços de resistência, materializada nas lutas travadas na imprensa, que podemos atribuir a capacidade que adquiriu o *movimento* de Formoso e Trombas em conquistar apoio a sua causa e estabelecer uma ampla rede de solidariedade que seria decisiva nos anos posteriores de luta.

3. *O Cruzeiro*: José Porfírio, nasce uma lenda.

Temos falado que a luta pela posse da terra em Formoso e Trombas foi uma luta de *resistência ampliada*. É por isso que compreendemos a imprensa como um espaço de *resistência*, onde os posseiros de Formoso e Trombas puderam inscrever suas reivindicações, além de utilizarem habilmente esse espaço para *transmitir* suas *representações* acerca da luta pela terra, do seu papel social e demarcar os seus oponentes. Esse périplo, iniciado anos antes em *O Estado de Goiaz*, jornal do PCB impresso em Goiás (do qual trataremos adiante), ganha relevo quando os posseiros conseguem se fazer *presentes* em segmentos da imprensa caracterizados sobretudo por representarem os interesses dos grandes fazendeiros goianos, como é o caso do *Jornal de Notícias*. Mas se no periódico de Alfredo Nasser podemos afirmar que os posseiros de Formoso e Trombas conseguiram, por meio de cartas publicadas e entrevistas, *entrar na luta de representações* ao mesmo tempo que combatiam nas trincheiras das matas, seria nas páginas da revista *O Cruzeiro* que essa estratégia atingiria seu ponto máximo.

A reportagem de *O Cruzeiro* esteve entre fins de março e início de abril de 1956 na região dos conflitos. Segundo a própria revista, os repórteres de *O Cruzeiro* foram os primeiros a conseguir se aproximar da “zona de guerra” e entrevistar pessoalmente a liderança maior dos posseiros: José Porfírio de Souza. Através de reportagem assinada pelo jornalista Jorge Ferreira, *O Cruzeiro* tenta recuperar a trajetória do posseiro de Formoso e Trombas, desde a fuga das secas que afligiam o nordeste até sua chegada às terras férteis do norte de Goiás. Reconstruindo esse percurso, a revista faz emergir homens e mulheres cuja *representação* remete ao *destino* reservado a milhares de famílias que todos os anos migravam dos estados do Nordeste brasileiro rumo a melhores condições de vida noutras

regiões do país. Nesse sentido, o posseiro de Formoso e Trombas passa a ser identificado com a já amplamente conhecida figura do *permanente retirante* das agruras da seca e da exploração dos grandes proprietários de terras do Nordeste. Assim, o posseiro de Formoso e Trombas é visto para além das especificidades que o caracterizavam como lavrador goiano, passando a ser identificado com todo aquele *pobre do campo* que não tem morada, que vivendo em condições desumanas, está sempre *em movimento* à procura de trabalho. Ao operar tal construção, *O Cruzeiro universaliza* o sofrimento do posseiro de Formoso e Trombas, convertendo seu infortúnio no de milhares de famílias de lavradores expulsas de suas terras e ora espalhadas pelo Brasil.

A *representação* do migrante sertanejo que fugia da seca, do retirante nordestino que sonhava com dias melhores noutras terras, era a *imagem* mais difundida entre a opinião pública portadora do imaginário social que conhecia o nordeste pela sua miséria. Associá-la ao posseiro goiano naquele momento, significava imprimir uma forte marca de *dramaticidade* à “saga” das famílias que desbravaram as matas do norte de Goiás. Como complemento dessa *imagem*, estava a ela ligada a noção de *desbravadores* de terras inóspitas, de *pioneiros* em terras até então inabitadas. A revista assim iniciava a sua reportagem,

Lá nos cafundós de Goiás, nas encostas da Serra Dourada, ao longo do Rio das Almas, ou do Ribeirão das Trombas, além dos arraiais do Uruaçu ou do Formoso, o Sertão era bruto e selvagem há cerca de quinze anos. Mas um dia chegou o primeiro homem. Tinha batido as estradas mais duras do seu país, fugindo à seca da caatinga nordestina, buscando um sítio que lhe desse paz e pão. Chegou e gostou. Derrubou a mata, ergueu o rancho, construiu o monjolo, fez a casa de farinha, semeou a terra. E trabalhou de sol a sol, viu suas mãos sangrando, ao machado e à enxada, tiritou de frio em sua rede humilde, prostrado pela sezão. Faltava-lhe o conforto mais elementar, a segurança e todos os recursos. Mas assim mesmo ele foi aprendendo a amar aquele chão, porque o chão lhe dava boas colheitas, e boas colheitas enchiam a barriga dos filhos, que cresciam dentro do trabalho. E depois vieram outros homens com ele, e mais outros, e o panorama foi se transformando: surgiram caminhos, havia vizinhança(...). Mas o suor do caboclo fez também surgir a valorização da terra. Aquilo já não era um ermo, a estrada do governo rompia nas cercanias e a valorização do futuro Distrito Federal deu-se ali por perto.¹³⁵

A narrativa em tom romanceado, procura descrever a difícil chegada do nordestino pobre ao norte de Goiás, às terras férteis do município de Uruaçu, o árduo trabalho de

adaptação às terras que lhe dariam “paz e pão”. A valorização das terras da região, sobretudo como resultado do trabalho do posseiro, desperta a cobiça de fazendeiros e grileiro, instaurando uma permanente intranqüilidade aos dias de paz das famílias que haviam desbravado as matas e semeado as terras. A interpretação feita pela revista, pela primeira vez tentava *humanizar* aquelas famílias que naquele momento estavam aterrorizadas em meio a seguidas ameaças de expulsão de suas posses, da ação violenta de jagunços e soldados da polícia, que haviam trocado a lida nas roças pela vigília nas trincheira e pelos *piquetes*, suas enxadas por carabinas. A “reação” armada dos posseiros é apresentada como uma resposta legítima que se justifica pela violência que estavam sofrendo e pelo descaso com que estavam sendo tratados pelas autoridades estaduais. Para *O Cruzeiro*, no entanto, o iminente e temido massacre de posseiros que se anunciava, bem como as seguidas tentativas das tropas policiais de invadir a região e prender os resistentes, ocorria longe dos olhos do governador José Ludovico de Almeida. Este, segundo a revista era “venerado pelos posseiros”, pois tratava-se, na avaliação dos lavradores, de “um homem leal e honrado”, ao contrário da polícia que “desgraçadamente, ia cometendo tropelias, matanças e espancamentos, forçando a expulsão dos posseiros.”

A reportagem de *O Cruzeiro* procurava demonstrar, ainda, que não havia uma associação direta entre a “reação” armada dos posseiros e a atuação de militantes comunistas. Para a revista, os “sangrentos choques” que estavam ocorrendo na região faziam parte de uma “época histórica já superada”. Segundo essa visão, o *desenvolvimentismo*, ao priorizar a industrialização, sobretudo ao concentrar seus esforços no setor urbano, havia mais uma vez postergado a atenção às populações rurais historicamente desassistidas pelo poder público. Ao evidenciar o recurso à “reação” armada pelos posseiros como única opção possível diante dos fatos que se sucediam, a revista trazia a figura do sertanejo pobre para o cenário *visível* das percepções do social, convertendo as agruras *invisíveis* das populações excluídas em *problema* que deveria ser equacionado sob risco de se transformar num grande flagelo humano de proporções e reações imprevisíveis. A questão que estava colocada era a da necessidade de *incluir* as populações pobre do campo no rol de benesses trazidas pelo *progresso*, uma maneira preventiva de se evitar convulsões sociais.

Dessa forma, o comunismo, ainda que ali encontrasse terreno fértil para sua propagação, uma opção outrora exercida sobretudo pela conversão ao cangaço, não devia ser associado à luta pela terra em Formoso e Trombas. Ao contrário, *O Cruzeiro* esforçou-se para desvincular totalmente a luta dos posseiros da ação de militantes comunistas. E é através do

¹³⁵ “TRIBUTO de Sangue. Está Correndo Sangue no Futuro D.F.” *O Cruzeiro*, 14 de abril de 1956.

próprio depoimento de José Porfírio ao repórter da revista que essa questão aparece de maneira mais clara. Em entrevista publicada quase um ano após ter estado pela primeira vez na região, *O Cruzeiro* abordava a questão de forma direta, perguntando ao líder dos posseiros se ele era mesmo comunista como diziam os jornais. É digno de nota a sagacidade contida nas respostas de Porfírio. A sua negativa e a maneira como é elaborada, revelam uma maneira muito hábil de abordar a questão, o que, entretanto, deixa escapar um certo grau de ambigüidade na fala. Vejamos trecho da dita entrevista na qual o tema do comunismo é tratado:

- É comunista, José Porfírio?
- Não sou, nunca fui, e penso que aqui não há comunistas.
- E essa denúncia de que diariamente é hasteada em Trombas a bandeira comunista?
- Sabe, seu moço? Pra falar a verdade, eu nem mesmo conheço a bandeira comunista. Conheço bem a dos Estados Unidos, que é listrada, a brasileira, que é verde, e a portuguesa, que tem uma coroa(não sei se já mudou). E é só. Dizem que a bandeira comunista é vermelha mas eu nunca vi. Existe uma bandeira vermelha por aqui, mas essa é do time de futebol e tem umas iniciais pregadas nela. (...) sei que existem dois times por aqui – dos solteiros e dos casados. Um tem bandeira vermelha. O time que ganha hasteia sua bandeira.¹³⁶

Essa postura de José Porfírio era reforçada em carta enviada à revista e que revelaria ainda a estratégia de utilização pelos posseiros do espaço da imprensa como espaço possível de lutas. Nessa carta, emerge como em nenhum outro momento até aqui qual a *imagem* que José Porfírio constrói de si e dos demais posseiros. Tratava-se, em resposta à campanha de criminalização dos posseiros levada adiante principalmente nas páginas da *Folha de Goiaz*, de apresentar à opinião pública goiana e nacional, devido ao alcance da revista, *quem eram* aqueles posseiros, o que desejavam, porque lutavam, visando, acima de tudo, conquistar apoio e solidariedade de amplos setores da sociedade para sua *causa*. Reproduziremos na íntegra o conteúdo da carta, conservando, como fez a revista, a grafia original.

“Por intermédio do *Cruzeiro* o povo di Vila Dourada[Trombas] i di Formozo apela para o Sr. Governador e as mais autoridade para nos deixar nas nossa terra, trabalhando para a prosperidade, do Brazil. Goiás é tão grande, porque nos querem expulçar di um piqueno pedasso di terra? Os posseiros aqui, na luta pelo o pão i pela a terra jamais agridirá ninguém. Respeitam a lei e toudas as

¹³⁶ “A REBELIÃO do posseiro.” *O Cruzeiro*, 30 de março de 1957.

autoridade. Querem so vever em paz. Queremos só isto, não queremos nem mesmo vingar a queima das nossas cazas, o estrago di nossas roças, i a falta di socego destes ultimo 5 anos. Em causo de ser expulço da terra por qualquer meio estamos cididido a perder a vida defendendo o quinhão de terra que dar o sustento di nossas familias. É mentira, é provocação dizer que nois somos comunista, isto é bandeira dos grileiros, dos homens maus, para nos colocar mal. Nois somos brasileiros honestos, temos o direito di viver. Quem duvidar, venha nos ver. A arma que encontrarão nas nossas mãos será a enxada. Não transformem em carnificina uma causa tão justa. Si não for possível vever como gente decente, então vamos morrer em defesa das nossas terras. Di graça não tomarão as nossas terras. Não é defeito i nen vergonha o homem morrer pela a terra que elle quer trabalhar.¹³⁷

O apelo ao direito de permanecer nas terras, bem como a disposição de morrer por ela caso seja necessário, são defendidos como causas justas por homens e mulheres que se assumem como “brasileiros honestos” que desejam trabalhar para a “prosperidade do Brazil”. Recorrendo ao “trabalho”, à “prosperidade”, ao “respeito a lei” e às “autoridades”, as palavras de José Porfírio encontrariam eco na opinião pública goiana e nacional e reforçariam a tentativa de desvincular a luta dos posseiros de qualquer alusão à subversão e à influência do comunismo.

Para Paulo Cunha¹³⁸ esse tipo de abordagem contribuiu decisivamente para que os trabalhos produzidos sobre Formoso e Trombas cometessem o equívoco de secundarizar a atuação do PCB nas lutas dos posseiros ao obscurecer a presença dos militantes comunistas na região, o que vinha contraposto, via de regra, por uma ênfase excessiva na liderança de José Porfírio, o que, para Cunha, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, consistia numa estratégia do partido em tornar pública a figura do posseiro com o intuito de ocultar a presença do PCB na região. Se por um lado concordamos com Cunha quanto a crítica que ele dirige a tais trabalhos, por outro, ao cometer a nosso ver o equívoco oposto, qual seja, o de secundarizar a atuação dos posseiros em apoio a sua disposição de dar protagonismo ao partido, o autor perde de vista a possibilidade de compreender que esta era *uma estratégia não do PCB mas dos próprios posseiros*.

O repertório *simbólico* utilizado por José Porfírio na entrevista e carta enviada à revista *O Cruzeiro* deixa entrever uma linguagem cujo campo de significados remetia a um conjunto de *representações* que faziam parte dos referenciais imediatos dos posseiros. Dessa forma, pretendia-se, numa linguagem *simples* e com forte apelo dramático, conquistar a

¹³⁷ Carta de José Porfírio publicada em *O Cruzeiro*, 30 de março de 1957.

¹³⁸ CUNHA, op.cit. passim.

adesão de amplos setores da sociedade à *causa* dos posseiros. De um modo geral, essa era a principal característica comum a todas as cartas enviadas por Porfírio a seus vários destinatários. Não devemos por isso supor que haja uma correlação imediata entre o que o posseiro escreve e o que *realmente* pretende. Essas cartas e mensagens de “apelo”, cujo conteúdo remetia a um forte sentimento de “justiça” e “compreensão” para os infortúnios passados pelos posseiros, eram elaboradas, em grande medida, em tom de deferência. Nesse sentido cabe aqui a observação feita por Thompson, para quem, “um homem que se acha, por força, na posição de solicitar favores não revelará o que pensa.”¹³⁹ Assim, poderíamos afirmar que os “apelos” de Porfírio, seja assinando em seu nome ou em nome da Associação de Lavradores, continham uma boa dose de deferência que *substituía*, ao não revelar, o que *realmente* pensava o posseiro, devido a sua posição de solicitante.

Outro aspecto digno de nota esta no fato de que é nas páginas de *O Cruzeiro* que teremos pela primeira vez a divulgação de fotografias do posseiros. Até aquele momento muito já se falara daqueles homens e mulheres que lutavam de armas na mão, mas não se conhecia seus rostos. Esse fato é de extrema importância não apenas por dar maior visibilidade aos posseiros mas, principalmente, pela maneira como é operada tal visibilidade. Analisando as fotografias publicadas na revista podemos inferir que elas não estão ali como meras ilustrações do texto, julgamento que as colocaria numa função apenas passiva no conjunto da matéria publicada. *Visualizando as representações* contidas na reportagem ao fotografar os posseiros em momentos de intimidade, deixando entrever a simplicidade com que viviam, seus hábitos de homens e mulheres humildes e trabalhadores, as imagens são parte do próprio texto e, portanto, dão continuidade ao propósito de construção de uma dada *representação* dos posseiros. Nesse sentido elas atuam na construção de determinadas formas de *enxergar* a realidade que apresentam. Constituem-se, portanto, em eficazes veículos de divulgação de uma dada *representação*.

Os posseiros aparecem nas fotografias de modo a enfatizar alguns elementos que os caracterizam enquanto portadores de uma *passividade rústica* que em nada remete à ferocidade sanguinária a eles atribuída. Uma das fotografias traz José Porfírio sentado num canto de sua choça coberta com palhas, tendo a sua frente no interior da morada sua mulher, figura terna, segurando no colo o filho recém-nascido do casal. Noutro registro, está o líder dos posseiros sentado em uma rede, flagrado num momento de descanso. Porfírio aparece ainda com outros posseiros, em frente a uma cabana, com os pés descalços, fazendo pose para o fotógrafo. O que todas têm em comum é o fato de construírem uma *imagem* dos

¹³⁹ THOMPSON, E.P. “Patrícios e Plebeus” In: *Costumes em Comum*. São Paulo, Cia. das Letras, 2002. P.38.

posseiros, principalmente do temido José Porfírio, que denunciava as precárias condições em que viviam aquelas pessoas. Tal construção, ao mesmo tempo que associava simplicidade àquela gente, agia no sentido de *afastá-los* de quaisquer *representações* que conotassem alguma ameaça (os posseiros não aparecem em nenhuma fotografia portando qualquer tipo de arma).

Contrariamente à *representação* dos posseiros efetuada pela revista será aquela construída sobre os soldados da polícia destacados para intervir na região. Estes, aparecem de armas na mão, fotografados em movimento, prontos para agir. Noutra foto, a revista traz o sorriso macabro do Capitão Silveira, responsável pela operação no Formoso, descrito como violento e impiedoso.

A deduzir o alcance nacional que tinha *O Cruzeiro*, a publicação em suas páginas de fotografias de homens pacíficos, que reivindicavam apenas o direito de permanecerem em suas roças, contrastadas por uma polícia cruel e disposta a promover um sangrento desfecho, é possível supor que o impacto causado por tal divulgação foi extremamente favorável aos posseiros. Não por acaso, o Governador ordenaria o recuo das tropas policiais acantonadas em Porangatu, ainda que, como vimos, tal ato não tenha findado a iminência de uma intervenção e nem mesmo tenha implicado na ausência da polícia.

4. A Imprensa Comunista: a “união dos posseiros”

Na cobertura noticiosa e na tentativa de compreender as lutas dos posseiros de Formoso e Trombas, dois jornais que pertenciam ao PCB se destacaram pela maneira como construíram suas *representações* dos posseiros do norte goiano: o jornais *O Estado de Goyas* e o jornal *Terra Livre*. O primeiro, editado pelo PCB no estado e destinado aos vários segmentos da classe trabalhadora goiana, tanto urbana quanto rural, era um veículo do partido em Goiás, dando cobertura aos eventos considerados de maior relevância política no país e em Goiás. Já o segundo, era editado em São Paulo e destinava-se exclusivamente aos trabalhadores rurais de todo o país.

O periódico *O Estado de Goyas* foi fundado em 1932 pelo jornalista Jonas Ayube e tinha como diretor na década de 1950 Alberto Xavier de Almeida. Apesar de procurar atingir amplos setores das classes trabalhadoras goianas, a ênfase dos noticiários e análises, como não poderia deixar de ser, recaía sobre os *camponeses* do estado. O jornal possuía uma

seção própria para esse segmento, denominada inicialmente de “Voz dos Camponeses” e que posteriormente passaria a se chamar “Página Camponesa”. Colaboravam com o jornal importantes quadros do PCB de Goiás e nacional, como José Godoy Garcia, Sebastião Abreu, Declieux Crispim, Jacob Gorender, além do escritor goiano Bernardo Élis.

Grande parte do jornal *O Estado de Goyas* era dedicado ao tratamento de questões relativas ao campesinato. Essa era uma postura defendida pelo próprio periódico, onde, indubitavelmente, o campo era identificado como o “centro da luta de classes em Goiás”. Nesse sentido, o partido reconhecia que era para a “grande camada de arrendistas”, expressão mais clara para o que o PCB entendia naquele momento como uma produção agrícola baseada em “relações feudais”, que todos os esforços deveriam ser direcionados.¹⁴⁰ Dessa forma, as lutas eram direcionadas inicialmente para a “baixa do arrendo”, entendida como parte de uma primeira etapa que logo seria sucedida por “choques violentos contra os exploradores e contra o aparelho estatal que o representa.”¹⁴¹ Ainda que vislumbrasse etapas posteriores de luta que exigiriam novos procedimentos, era na questão do “arrendo” que residia o principal problema a ser encampado pelo partido em Goiás entre meados da década de 1940 e início da década de 1950.

Dessa compreensão era construída uma *representação* dos homens e mulheres do campo que se abrigavam sob a identificação geral de *camponeses*. Ainda que lidasse com diferentes categorias de trabalhadores, o termo *camponês* passava a ser utilizado para designar toda gama de diferenciações existentes entre elas, numa tentativa do partido de fomentar uma identificação que pudesse unificar suas lutas e criar um repertório lingüístico capaz de dotá-los de uma *representação* comum. Nesse momento a *imagem* do camponês presente nas páginas de *O Estado de Goyas* reflete a visão do partido, para quem os trabalhadores do campo demonstravam uma *resignação natural* que os impediam de reagir e de se organizar e lutar pelos seus direitos. Daí a necessidade do *auxílio* do partido, de sua orientação, de sua condução do processo junto aos camponeses.

A postura adotada nas páginas do jornal *O Estado de Goyas* acerca do que estava ocorrendo no campo era o de evidenciar sistematicamente a série de violências e exploração da qual inúmeras famílias de lavradores em várias regiões do estado estavam sendo vitimadas pela ganância e crueldade de grandes fazendeiros, o que sempre contava, segundo o jornal, com apoio da polícia de Pedro Ludovico e capangas armados a mando de grileiros. Dessa forma, uma das mais evidentes características do jornal era a de constituir-se como

¹⁴⁰ EDITORIAL: “Marchar no Leito Certo”, Goiás: *O Estado de Goyas*, 27 de maio de 1951.

¹⁴¹ *Ibidem*.

um *espaço de denúncias*. Outra postura muito recorrente em *O Estado de Goyas* e que complementava a prática sistemática de denúncias era a de fazer constantes “apelos” aos camponeses para que estes se organizassem a partir de “associações” e “irmandades locais”, única forma de reagir às investidas criminosas dos fazendeiros. Eram muito freqüentes notícias e editoriais publicados no jornal terminar com “apelos” do tipo: “Só organizados em Ligas e Comitês Democráticos, os camponeses poderão defender seus direitos contra os *tatuíras*”,¹⁴² ou “O que os camponeses devem fazer é lutar, unidos todos dentro de uma só organização.”¹⁴³ Esses “apelos” se dirigiam a camponeses de diferentes localidades e eram invariáveis quanto à questão em disputa, fosse contra as cobranças abusivas do *arrendo*, fosse contra os despejos de posseiros. A “união”, como condição necessária para a vitória sobre os *tatuíras*, adquiria assim, por meio de um reforço no discurso direcionado para os trabalhadores no campo, uma vigorosa carga simbólica que aliada ao trabalho de quadros do partido nos locais de conflitos, buscava a *adesão* de setores significativos do campesinato em formação ao programa e projetos do PCB.

Tendo a “baixa do *arrendo*” como bandeira prioritária de luta naquele momento, PCB organizaria no estado, em 1951 e 1952, o 1.º e o 2.º Congresso Camponês de Goiás. Curioso observar, que contrariando as determinações observadas no *Manifesto de Agosto de 1950*, em nenhum dos dois Congressos o tema da luta pela posse da terra foi mencionado. A experiência de organização e luta do PCB no campo até aquele momento tinha se dado a partir de uma ampla campanha de criação de “ligas” em várias regiões do estado, orientando os camponeses a se mobilizar pelo cumprimento do artigo 172 da Constituição Estadual, incluída na Lei pela atuação dos dois deputados comunistas, Abrão Isaac Neto e Afrânio de Azevedo, eleitos para a Assembléia Estadual em 1947. A Lei previa que a taxa de arrendamento não deveria exceder nunca aos 20% do montante da produção, o que raramente era cumprido pelos proprietários de terras que chegavam a cobrar 50% e até 70% de taxa sobre o que era produzido.

Ao lado da reivindicação pela cobrança de 20% do arrendo, entre os temas debatidos no 1.º e no 2.º Congressos, estavam queixas sobre a falta de assistência médica, a ausência governamental, a grilagens de terras, além de resoluções sobre a garantia de preço mínimo de Cr\$ 120,00 por saca de arroz (o arroz era vendido por Cr\$ 20,00 a saca), sobre o descanso semanal remunerado, a garantia sindical aos trabalhadores agrícolas e a proposta de fundação da União dos Camponeses de Goiás.

¹⁴² EDITORIAL: “As Tarefas do Congresso”, Goiás: *O Estado de Goyas*, 4 de abril de 1951.

¹⁴³ *O Estado de Goyas*, 21 de março de 1953.

Walderês Loureiro¹⁴⁴ observa que o tratamento do tema da luta pela posse da terra pelo PCB em Goiás naquele momento revelava que o partido “oscilava” entre as orientações propostas no período de sua legalidade e a linha radical estabelecida pelo *Manifesto de Agosto*. Concordamos com essa visão, sem entretanto entender como *oscilação* o resultado de uma postura de *indefinição* do partido quanto ao rumo a ser tomado na luta dos camponeses. O que tal observação deve procurar evidenciar é o fato de que, se o PCB buscava atuar próximo às reivindicações mais imediatas dos camponeses goianos, daí ter identificado a “grande camada de arrendistas” como *locus* prioritário de mobilização, contrariando portanto a linha defendida no *Manifesto de Agosto*, essa postura deve ser compreendida como o resultado de um conflito no interior do partido entre setores que entendiam que a luta deveria se dar no terreno da legalidade e aqueles que desejavam promover uma ação revolucionária no campo.

Outro aspecto que deve ser mencionado é a reivindicação, presente nos dois Congressos Camponeses realizados em Goiás, pelo direito à sindicalização do trabalhador rural. Esse tema está colocado pelo partido em Goiás pelo menos desde fevereiro de 1951, mês da realização do I Congresso Camponês de Goiás. Essa observação é importante pois nos permite *antecipar* em alguns anos interpretações que atribuem uma mudança no partido rumo à sindicalização rural somente após a *Declaração de Março* de 1958, como resultado das crises vividas pelo partido entre 1956 e 1957. Ainda que possamos questionar quanto a relevância da postura adotada pelo PCB-GO para o partido em âmbito nacional, o que exigiria uma pesquisa mais aprofundada que desse conta da atuação dos comunistas noutras regiões do país, é de se destacar o fato de que ao defender a sindicalização do trabalhador rural, reivindicação que vinha acompanhada de “apelos” à união dos camponeses em *associações* e *irmandades*, num período em que ficou consagrado como o período de *radicalidade*, o partido em Goiás assumia outro rumo, ao menos publicamente, e ao que parece junto aos camponeses, afastando-se assim das diretrizes apontadas pelo *Manifesto de Agosto* de 1950.

Mas essa constatação não implica num abandono completo da linha radical. Ao contrário, ela indica que o partido não havia desprezado outras formas de luta, ainda que estivesse sob a égide de um programa que pregava a intervenção armada no campo. Longe de constituir-se num *dilema* entre agir ou não nos marcos da legalidade, a aparente

¹⁴⁴ LOUREIRO, Walderês Nunes. *O Aspecto Educativo na Prática Política. A Luta do Arrendo em Orizóna-GO*. Rio de Janeiro(Dissertação de Mestrado), Fundação Getúlio Vargas, 1982.

contradição era fruto de disputas no interior do partido, que veria ao longo da década de 1950 a hegemonia da posição que defendia o *caminho legal*.

O jornal *O Estado de Goyas* trazia esse conflito em suas páginas. Ao mesmo tempo que dava ampla cobertura às resoluções dos dois Congressos, apelando para a necessidade de união dos camponeses goianos para que estivessem organizados para pressionar pela “baixa do arrendo”, o que vinha por vezes acompanhado de *autocríticas* quanto ao radicalismo adotado pelo *Manifesto de Agosto*, o jornal enaltecia as ações camponesas de resistência e luta pela posse da terra, mesmo que este tenha ocupado espaço secundário em suas páginas enquanto durou a ênfase na “luta do arrendo”. Numa passagem que sintetiza de forma clara esse conflito, o jornal dizia que “Os camponeses devem lutar para pagar o menos possível desse roubo do arrendo e onde estiverem bem fortes, não devem pagar é nada.”¹⁴⁵

Percebemos a partir de nossa leitura de *O Estado de Goiaz*, que o tema da luta pela posse da terra cresce em importância a ponto de assumir o espaço outrora ocupado pela “luta do arrendo”, na medida em que os próprios camponeses se voltam para a resistência e para a defesa da terra em várias regiões do estado. E será a partir da entrada em cena dos posseiros de Formoso e Trombas que a luta pela posse da terra assumirá definitivamente o posto de principal bandeira de luta camponesa em Goiás. Portanto, não é como resposta imediata ao *Manifesto de Agosto* que os quadros do PCB que atuavam no campo apreendem uma mudança no eixo das lutas camponesas no estado. Essa mudança, que desloca a prioridade da luta pela cobrança *justa* do arrendo para a luta pela posse da terra, se dá a partir da própria experiência concreta de luta dos camponeses que reconhecem na defesa da terra o único caminho possível para a reprodução do seu trabalho. Nesse sentido, a resistência dos posseiros de Formoso e Trombas *representa* um marco na luta camponesa em Goiás, visto que ao longo do processo de luta, ela própria converte-se de “luta do arrendo” em *luta pela posse da terra*.

Assim é que a *representação* construída acerca do *camponês* sofre uma profunda alteração a partir do protagonismo assumido pelos posseiros de Formoso e Trombas nas lutas camponesas em Goiás. À medida que os posseiros intensificam suas lutas, radicalizando suas ações, passando de meros anônimos a sujeitos com rostos e nomes, sua *imagem* no jornal ganha destaque. Podemos verificar num artigo escrito por Declieux Crispim Sobrinho e publicado em *O Estado de Goyas* em 17 de julho de 1955, como essa mudança no conceito elaborado acerca da visão que se tinha do camponês goiano passa por

¹⁴⁵ “OS CAMPONESES devem lutar pela baixa do arrendo e pela posse da terra”, *O Estado de Goiaz*, 27 de maio de 1951.

um momento de ressignificação devido às transformações ocorridas no próprio processo de luta protagonizado pelos posseiros. Nesse momento, a luta em Formoso e Trombas tomava rumos ainda indefinidos, porém, a obstinação com que os posseiros *teimosamente* se recusavam a pagar qualquer taxa de arrendo e a deixar suas posses, recorrendo ao enfrentamento armado para defender seu *direito* à terra, impunha um elemento novo que forçaria uma reavaliação, por parte do PCB, da importância do posseiro e da luta pela terra. Sobre esse aspecto, o artigo de Crispim analisava que,

A resistência armada dos posseiros de Formoso(...) tem enorme significação. Toda a história de Goiás é a história do camponês humilhado, espezinhado, tratado como bicho pelos coronéis e senhores da terra. É a história de um povo vivendo de cabeça baixa, as costas prontas para receber o chicote do latifundiário.

Os que ali nasceram, acostumaram-se desde crianças, a ouvir tenebrosos casos de fazendeiros que arrastavam camponeses pelas ruas das velhas cidades, amarrados pelo laço à cauda dos cavalos.

A resignação parecia um estigma inapagável do rosto do camponês goiano, estigma cravado na sua própria alma. Aqueles que viram esses camponeses superficialmente, que nunca se identificaram com ele, jamais poderiam supor que fosse capaz de qualquer reação contra o seu opressor secular.(...) De repente, num longínquo município, ele ergue a cabeça e se dispõe a pôr fim à escravidão.¹⁴⁶

Na única vez que fala diretamente ao jornal, José Porfírio reforça a *imagem* que atribui uma mudança na postura outrora *resignada* dos camponeses. Nas palavras do posseiro, “Os camponeses de Formoso deram um grande exemplo a todos seus irmãos do Brasil. Cansados de serem explorados, perseguidos, humilhados e roubados, os posseiros pegaram em armas e defenderam suas famílias e suas posses.”¹⁴⁷ A ênfase na defesa armada das posses, embora noutros trechos Porfírio não descarte outras formas de atuação, dá o tom da disposição com que os posseiros se comportam frente aos eventos que se sucedem. Outro elemento destacado por Porfírio e que corrobora com a posição sempre presente em *O Estado de Goyas*, é o “apelo” à união dos posseiros através do fortalecimento da Associação. Segundo Porfírio, “Foi ela[a Associação] que uniu todos os posseiros desta zona. Os posseiros devem agora se unir em torno dela. Só unidos e organizados podemos garantir nossas posses.”¹⁴⁸

O Estado de Goyas lidaria de forma tangencial quanto as *representações* amplamente divulgadas noutros jornais, principalmente na *Folha de Goiaz* quanto à vinculação dos

¹⁴⁶ “POSSEIROS do Formoso”, Goiás: *O Estado de Goyas*, 17 de julho de 1955.

¹⁴⁷ “PERMANECEREMOS em Nossas Posses”, Goiás: *O Estado de Goyas*, 21 de agosto de 1955.

¹⁴⁸ *Ibidem*.

posseiros de Formoso e Trombas aos comunistas. Embora fosse um periódico do PCB, *O Estado de Goyas* jamais faria qualquer referência à atuação do partido na luta dos posseiros. Fosse para *preservar* a resistência de uma associação com o comunismo, entendida como prejudicial para a adesão da opinião pública à causa dos posseiros, como defende Cunha, ou fosse para se *preservar* das acusações de incentivar a subversão e a revolta no campo, o que prejudicaria, entre outros objetivos, sua pretensão de legalizar a legenda, questão esta que está posta no momento de elaboração do Programa para o IV Congresso de 1954, como preferimos, o que de fato verificamos foi uma total ausência de qualquer referência do envolvimento do partido com a resistência dos posseiros, a não ser aquela, não menos importante, construída a partir da imprensa e que ganharia uma dimensão tal que se ampliaria para outros setores. Numa das vezes que tem de rebater as acusações de comunismo em Formoso e Trombas, o jornal assim argumenta,

Agora são chamados de bandoleiros por defenderem o fruto de seu trabalho, seu pedaço de terra, por defenderem o sossego e a honra de suas famílias contra os verdadeiros bandidos e ladrões. Noticiando os acontecimentos em Amaro Leite, “Folha de Goiaz” diz que os posseiros são influenciados pelos comunistas. Os comunistas naturalmente estão do lado dos posseiros. Mas não são apenas os comunistas: todos os trabalhadores da roça e da cidade, todos os homens honestos de Goiás, todo o povo está ao lado dos lavradores. O povo sabe fazer justiça.¹⁴⁹

Os comunistas estavam *do* lado dos posseiros, assim como estavam todos os trabalhadores e “todos os homens honestos de Goiás”. Ora, estar *do* lado dos posseiros qualquer um poderia estar, desde que identificasse como justa a sua causa, o que não significava que estariam *ao* lado, lutando junto, *in loco*, incentivando a “revolta” e a “subversão”. O partido negava portanto que estivesse atuando junto aos posseiros na luta armada, e se punha na mesma condição de um amplo segmento da sociedade goiana que ia desde os trabalhadores da cidade e do campo aos “homens honestos”, categoria abstrata, segundo sua própria designação, na qual qualquer um poderia se enquadrar independente da classe ou fração de classe a que pertencesse.

A importância do jornal *O Estado de Goyas* para a resistência dos posseiros de Formoso e Trombas, reside, a nosso ver, na sistemática campanha de denúncias da violência e iminente massacre a que estavam expostos os camponeses caso não se organizassem e não

¹⁴⁹ “GRILEIROS e Jagunços Atacam os Posseiros de Amaro Leite”, Goiás: *O Estado de Goyas*, 12 de junho de 1955.

contassem com amplo apoio de setores *progressistas* da sociedade goiana. Ficamos, entretanto, limitados em nossa análise pelo período de disponibilidade do jornal para a pesquisa(1951-1955). Tentaremos, porém, dar prosseguimento a nossa análise do tratamento dado pelo periodismo comunista sobre os eventos em Formoso e Trombas a partir da leitura do jornal *Terra Livre*, num período posterior(1954-1964) atento às especificidades que o particularizavam em relação a *O Estado de Goyas*, embora também fosse um veículo do PCB.

Se em *O Estado de Goyas* apontamos para uma *negação* do PCB quanto a sua presença nas lutas em Formoso e Trombas, nas páginas do *Terra Livre* essa postura chega ao paroxismo. Não se trata mais apenas de *omitir* sua atuação na resistência dos posseiros, mas de dar *pouca atenção* aos acontecimentos em Formoso e Trombas, justamente no momento em que os confrontos atingem seu ponto máximo. O número reduzido de menções e a pouca profundidade com que as aborda contrasta com a relevância assumida pela resistência naquele momento, o que nos induz a conjecturar que o PCB *distanciava-se* cada vez mais da luta armada no campo, buscando consolidar posição dominante dentro do partido que passava cada vez mais a priorizar intervenções junto a associações de lavradores, fomentando um caminho de lutas dentro da legalidade.¹⁵⁰

O jornal *Terra Livre*, fundado em 1949, era o periódico do PCB destinado exclusivamente aos trabalhadores rurais. Atentando para as variadas formas de trabalho no campo, o jornal procurava *falar* para um grupo heterogêneo de trabalhadores, arrendatários, meeiros, colonos, posseiros e assalariados rurais, estimulando o surgimento de organizações, por meio de associações e sindicatos, e apoiando suas reivindicações locais. O jornal era escrito numa linguagem bastante simples que buscava se aproximar de seu “público leitor”, em sua grande maioria analfabeto e que não tinha o hábito de recorrer à imprensa escrita como meio de informação. Segundo Leonilde Servolo de Medeiros, “estimulava-se sua leitura em pequenos grupos onde, quem fosse alfabetizado, deveria ler em voz alta para os demais. Eram constantes as mensagens existentes no jornal nesse sentido.”¹⁵¹ De fato, havia um esforço por parte do *Terra Livre* em utilizar um conjunto de referenciais que fosse prontamente reconhecido pelos trabalhadores rurais, o que não significava que o jornal

¹⁵⁰ Esta é também a perspectiva defendida por Luiz Flávio Costa, que aponta o ano de 1953 como o momento onde se inicia “uma nova fase do sindicalismo rural” que teria levado o PCB a se voltar para o caminho legal. Como vimos anteriormente, em Goiás essa “mudança” já está colocada desde 1951. COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo Rural em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996.p.26.

¹⁵¹ MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. “Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe” In: *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Cpda/UFRRJ, n.º 4, julho de 1995. p.54, pp.50-65.

deixasse de construir e forjar, ele próprio, sua *representação* de como compreendia, ou de como desejava que fosse, o trabalhador do campo.

Medeiros sustenta que estava em curso a partir da década de 1950 o surgimento de uma “nova linguagem e a constituição de uma identidade e imagem de classe”¹⁵², em cujo processo, a imprensa partidária(PCB) desempenhou um papel decisivo na medida em que convertia em *palavras e mensagens* as demandas e realizações dos trabalhadores rurais, produzindo um discurso que ao mesmo tempo funcionava como fator de mobilização e de construção de uma “linguagem própria” direcionada aos diferentes segmentos de trabalhadores rurais, e que fosse capaz de criar uma *imagem representativa* cuja identificação seria operada tanto pela *homogeneização* de suas diferenças quanto pela incisiva demarcação de quem eram os seus *inimigos*. Nesse sentido, todos aqueles que de alguma forma eram vitimados pelas *injustiças* cometidas no campo, expulsões de famílias das terras onde mantinha posse, cobrança abusiva das taxas de arrendamento, condições de extrema subalternização do trabalho, violências e humilhações rotineiras, eram chamados a unir-se em torno de uma demanda comum de luta contra o que era considerado como “resquícios feudais” a serem superados por uma nova configuração de forças que forjava uma aliança entre o camponês explorado e o operariado das cidades. No outro pólo, os *inimigos* a serem combatidos eram os *tatuíras*(termo utilizado pelos comunistas na década de 1950 para designar os grandes proprietários de terras), apontados como exploradores diretos dos trabalhadores rurais.

Segundo Medeiros, a atuação do PCB era marcada nesse período por uma coexistência das lutas no plano das “reivindicações imediatas” e daquelas que pregavam ações “revolucionárias”. Para a autora, “explorar o campo legal ou ignorá-lo na orientação dos conflitos foi uma tensão que permeou a ação dos comunistas no campo”¹⁵³, durante a década de 1950 e início da década seguinte. Não se tratava, segundo aponta Medeiros, de uma simples caracterização de “comportamento institucional” do partido, já que “o uso da lei e o recurso às armas não eram excludentes.”¹⁵⁴

Maurício Fried¹⁵⁵ chama a atenção para essas “tensões” nas páginas do jornal. Segundo o autor, elas se originavam nas próprias elaborações programáticas oriundas da direção partidária que tencionavam a *linha oficial* do partido e a “prática imediata” das lutas sociais

¹⁵² Ibidem, p. 52.

¹⁵³ MEDEIROS, Lonilde Sérvolo de. “Luta por Terra e Organização dos Trabalhadores Rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60.” In: MORAES, João Martin & DEL ROIO, Marcos(orgs.). *História do Marxismo no Brasil. Vol. IV, Visões do Brasil.* p.217, pp.211-248.

¹⁵⁴ Ibidem, p.238.

que se desenvolviam no campo na década de 1950. Fried demonstra como é possível através de uma leitura atenta do *Terra Livre* perceber as “*divergências* existentes no interior do partido.”¹⁵⁶ Uma dessas *divergências* apontadas pelo autor se refere diretamente aos eventos em Formoso e Trombas. Para Fried, a postura adotada pelo *Terra Livre* em relação aos acontecimentos no norte goiano não se converteu numa campanha a favor dos posseiros capaz de transformá-los num “exemplo a ser seguido por todos os grupos das classes trabalhadoras rurais no sentido da superação de suas péssimas condições sociais e econômicas”, ao contrário, como observa o autor, o jornal segue determinado a formular “apelos à organização em associações e/ou sindicatos”, voltados para a luta no terreno restrito às reivindicações *legais*, delimitados, portanto, pelos marcos institucionais vigentes.¹⁵⁷ Esse *distanciamento* do *Terra Livre* em relação à possibilidade de Formoso e Trombas *representar* o exemplo de intervenção armada no campo, demonstra, para Fried, uma luta no interior do partido entre setores que defendiam o alinhamento aos pressupostos *radicais* defendidos no *Manifesto de Agosto de 1950* e aqueles que, a partir da experiência imediata de atuação no campo, se pautavam pela “luta legal”. Mesmo admitindo a “coexistência” das duas práticas, o autor sugere que a adoção tanto de práticas que se pautavam pela luta nos marcos da legalidade quanto aquelas que pregavam as ações armadas, acentuaram as *divergências* no interior do partido, o que ficaria exposto nas páginas do jornal *Terra Livre*.

Para além desse debate, o que nos interessa apontar aqui é de que maneira o posseiro de Formoso e Trombas figura na abordagem realizada pelo jornal. Afirmamos acima que nas páginas do *Terra Livre*, jornal comunista destinado aos camponeses, os eventos em Formoso e Trombas recebem um tratamento muito aquém da relevância alcançada pela luta dos posseiros naquele momento histórico de fortalecimento e consolidação da luta pela terra em Goiás. Compreendemos que tal postura se deve, em linhas gerais, a uma consolidação no interior do PCB no sentido de dar prioridade a formas de luta no campo que não fugisse aos marcos institucionais, lutas, portanto, que fossem levadas a diante a partir de organizações legitimadas e reconhecidas por amplos setores da sociedade. Essa perspectiva, embora jamais tenha sido descartada pelo partido, como procuramos demonstrar, tendo estado presente até mesmo no momento de defesa de ações radicais no campo, sob a égide das determinações contidas no *Manifesto de Agosto*, fazia parte agora, em meados da década de

¹⁵⁵ FRIED DA SILVA, op.cit.p.23.

¹⁵⁶ Ibidem, (grifo do autor).

¹⁵⁷ Ibidem,p.37.

1950, de uma postura amplamente adotada pelo partido, qual seja, a de priorizar a união dos camponeses em “associações” e “entidades representativas”, capazes de conduzir suas lutas através do percurso legal.

Tal ênfase, que se torna cada vez mais clara à medida que acompanhamos as abordagens do jornal *Terra Livre* sobre as lutas camponesas em várias regiões do país, implicaria num *distanciamento* de soluções que enveredassem pela opção armada de luta no campo. Não que setores do partido houvessem abdicado dessa perspectiva. Trata-se, no entanto, de observarmos que essa não era a *recomendação* do partido para o comportamento a ser adotado pelos movimentos camponeses organizados.

Uma rápida leitura dos poucos noticiários sobre os eventos em Formoso e Trombas revelam o que estamos dizendo. Em julho de 1955, o jornal *Terra Livre* assim resumia o que se passava na região:

POSSEIROS ENFRENTAM LADRÕES DE TERRAS DE ARMAS NAS MÃOS

No lugar chamado Formoso (município de Amaro Leite, bem no centro de Goiás), os posseiros estão, neste momento, lutando de armas nas mãos contra grileiros que querem tomar as terras que eles desbravaram e cultivaram há muitos anos. Os posseiros só resolveram pegar em armas como último recurso. Nos choques havidos no começo de julho, perderam a vida três jagunços e o filho do grileiro Capamum. No mês passado, um sargento que estava a serviço dos grileiros, foi também morto.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás está pedindo a todo o povo que ajude à luta dos posseiros. Está pedindo também aos soldados e oficiais da polícia para não servirem de cabo de chicote nas mãos de ladrões de terras.¹⁵⁸

Há uma inequívoca intenção de colocar em segundo plano a ação armada. A despeito de constar no título da reportagem, o que uma leitura atenta do texto pode apreender é uma preocupação do jornal em abrir caminho para uma alternativa *conciliatória* que pusesse fim aos enfrentamentos armados. A *opção* pelas armas é apresentada como recurso último, deflagrado mais pela violência dos jagunços e da polícia do que uma iniciativa defendida pelos posseiros. Em abril de 1956, momento de maior intensidade dos conflitos, o *Terra Livre* trazia em suas páginas a seguinte matéria:

VITÓRIA DOS POSSEIROS DE FORMOSO

No ano passado um grupo de grileiros tentou expulsar os posseiros da região de Formoso, em Goiás, e foi derrotado. Neste

¹⁵⁸ “POSSEIROS Enfrentam Ladrões de Terras de Armas nas Mãos”, In: *Terra Livre*, julho de 1955.

ano, investiram novamente com a ajuda da polícia, mas os posseiros se levantaram e resistiram. Os grileiros manobram tentando envolver o Exército e a opinião pública por meio de mentiras como “levante comunista” e outros. Nada conseguiram porque houve uma grande solidariedade do povo de Goiás, da ULTAB, da ULTAC, de vários deputados e jornais. O Conselho da ULTAB, reunido em São Paulo, resolveu enviar ao Rio de Janeiro uma comissão para entrevistar-se com autoridades e colocá-las a par da verdade. Essas medidas muito ajudaram os posseiros e acabaram influenciando sobre o Governador José Ludovico(...). Estas são as primeiras vitórias. A vitória final virá por meio do reforço da organização e da união dos posseiros na luta por suas terras e pela defesa da vida de suas famílias.¹⁵⁹

Esse pequeno trecho nos dá em larga medida indícios para colocarmos algumas questões e reforçarmos algumas perspectivas que temos desenvolvido até aqui. Vejamos, por exemplo, o *caminho* traçado no *Terra Livre* para a “vitória” dos posseiros. Enquanto os posseiros *resistem* no terreno dos confrontos, o partido, através da ULTAB, percorre um caminho dentro da legalidade, recorrendo a autoridades e ressaltando sua importância junto à opinião pública e ao Governador de Goiás. Embora não deixe de mencionar a resistência armada, ainda que não a cite literalmente, a ênfase recai predominantemente sobre atuação nos marcos institucionais. O *chamamento* para a “união” dos posseiros em suas organizações reforça a mesma postura que já vinha sendo delineada desde o início de década, como vimos em *O Estado de Goiás*. Devemos ressaltar ainda o caráter *noticioso* da matéria.

Em outra ocasião o jornal voltaria a dar destaque a Formoso e Trombas. Foi em dezembro de 1956, quando daria cobertura a “Grande Festa da Vitória”, noticiando que uma grandiosa festa fora organizada em Trombas para que os posseiros pudessem homenagear algumas personalidades que haviam contribuído para sua “vitória”. Entre os homenageados estavam o Governador José Ludovico, o jornalista Alfredo Nasser e dirigentes da ULTAB. Segundo o jornal, “Mais de 2 mil pessoas estavam presentes no dia do comício que foi aberto por José Porfírio, presidente da Associação dos Lavradores do Formoso.”¹⁶⁰ O jornal voltaria a noticiar outras vezes os eventos em Formoso e Trombas, entretanto, o fim das escaramuças e a relativa tranquilidade alcançada pelos posseiros na região tornariam a abordagem do *Terra Livre* cada vez mais centrada em aspectos que remetiam à necessidade de ressaltar a “união” dos posseiros o fortalecimento de sua organização enquanto entidade representativa legal. Na mais extensa cobertura dada aos posseiros de Formoso e Trombas,

¹⁵⁹ “VITÓRIA dos Posseiros do Formoso”, In: *Terra Livre*, abril de 1956.

¹⁶⁰ “GRANDE Festa da Vitória em Formoso”, In: *Terra Livre*, dezembro de 1956.

discutida em matéria sobre as organizações camponesas em Goiás, publicada na edição de outubro de 1961, o *Terra Livre* enfatizava que as lutas e conquistas dos camponeses goianos resultavam do fortalecimento de suas associações e ligas ao atuarem dentro de um “programa pacífico”, ainda que, segundo o jornal, estas não excluíssem “a luta armada para garantir a própria vida...”.¹⁶¹

A leitura do jornal *Terra Livre* nos permite, ao mapear sua cobertura dos eventos em Formoso e Trombas, demonstrar que a linha política adotada pelo PCB para o campo consolidava-se cada vez mais no sentido de priorizar opções de luta realizadas nos marcos da legalidade vigente. Essa observação é importante na medida em que entendemos que a “linha oficial” do partido distanciava-se progressivamente ao longo da década de 1950 da luta armada no campo, razão pela qual ao tratar de Formoso e Trombas a ênfase tenha sempre recaído sobre aspectos *pacíficos*, mesmo nos momentos de maior intensidade dos conflitos na região.

A perspectiva de analisarmos a resistência em Formoso e Trombas construída nas *trincheiras da imprensa* trouxe-nos uma série de elementos que ampliou nossa visão sobre a experiência histórica de luta dos posseiros. Pudemos enveredar por um caminho que, ao não reduzir a luta apenas aos enfrentamentos armados, ao contrário, compreendendo-os enquanto ações conjugadas a outras estratégias de luta, onde a resistência na imprensa desempenhou um papel decisivo, pudemos compreender melhor a dimensão que assumiu a luta pela terra em Goiás no período aqui tratado a partir da resistência dos posseiros de Formoso e Trombas.

A resistência nas *trincheiras da imprensa* possibilitou aos posseiros de Formoso e Trombas inscrever suas demandas e reivindicações num espaço que até então restringia a *presença* dos grupos subalternos do campo quando muito ao noticiário policial. A inserção dos posseiros de Formoso e Trombas nas páginas da imprensa como consequência de um longo processo de fortalecimento e consolidação de sua resistência forçou a ampliação das discussões sobre a questão da *terra* em Goiás, suscitando uma crítica cada vez maior à estrutura fundiária tradicional e aos abusos cometidos largamente por quem detinha o poder dominante no campo, outrora amparados pela certeza de legitimidade da violência privada como um apêndice necessário e irrevogável da *defesa da propriedade*.

Ao ocupar significativo espaço na imprensa, estabelecendo variados canais de “solidariedade” e apoio junto à sociedade goiana, os posseiros colocaram a questão da luta

¹⁶¹ “LUTAM Organizados os Posseiros de Goiás.” In: *Terra Livre*, outubro de 1961.

pela terra na “ordem do dia”, inserindo num conjunto maior de embates as grilagens de terras, praticadas em todo o estado, e a questão das terras devolutas, o que exigiria do poder público em Goiás uma postura mais incisiva em relação ao tratamento do tema. Esse percurso, calcado por uma série de denúncias das brutalidades e violências cometidas contra famílias de lavradores, forjou, por outro lado, uma *representação positiva* do posseiro, na medida em que vinha acompanhado quase sempre de uma explicitação do *direito* à terra por “trabalhadores honestos” e que só desejavam paz e o progresso do país. Construída em grande parte por oposição às iniciativas que buscavam associar os posseiros a *imagem* de subversivos e ameaçadores da ordem, a *representação* que reivindicava a *paz*, o *trabalho* e a *honestidade* como valores indissociáveis daqueles lavradores, atuou no sentido de dar legitimidade às ações de defesa armada da terra, compreendidas como última opção justificada por tratar-se de uma luta pela própria sobrevivência.

Esse processo trouxe para o primeiro plano das lutas políticas em Goiás a figura do posseiro, do lavrador desprovido de terras, dos diversos segmentos de trabalhadores rurais que passavam a fazer parte de um amplo leque de forças populares que marcaria profundamente os rumos da política no estado. Não por acaso a questão agrária tornar-se-ia, nos anos posteriores, o principal *locus* de atuação e de embates entre e intra-classes dominantes e dominadas em torno da elaboração de políticas públicas para o campo, forçando as frações dominantes rurais a desenvolver novas modalidades de dominação e exploração.

A consequência mais imediata da resistência nas *trincheiras da imprensa* foi, para além da emergência política da figura social do camponês goiano, a retirada das tropas policiais acantonadas em Porangatu e prontas para atacar os posseiros, o que somente seria possível se, aliada à força da defesa armada das posses, uma ampla e consistente pressão fosse exercida por setores organizados da sociedade goiana. Pressões que seriam materializadas através de denúncias na imprensa, no discurso de parlamentares de vários partidos, na organização de grupos de apoio aos posseiros.

A luta dos posseiros de Formoso e Trombas estava apenas começando, mas já era sob muitos aspectos, *vitória*, e para o desespero de muitos, um exemplo para todos os lavradores de Goiás. Após as *lutas de representações* ocorridas nas *trincheiras da imprensa*, os posseiros de Formoso e Trombas imporiam um novo papel político para as lutas camponesas em Goiás. Já não era mais possível negar sua existência e sua força, e uma das armas utilizadas contra sua ascensão foi justamente o *silêncio*. Ignorá-los converteu-se numa

estratégia de *isolamento* praticada nos anos seguintes. Novas estratégias de luta foram necessárias. A *ampliação* da resistência avançaria para outros espaços.

CAPÍTULO IV:
A “República das Trombas”: conquista da terra e *ampliação da*
resistência(1957-1964).

O período entre fins da década de 1950 e início da década de 1960 marcaria definitivamente a luta dos posseiros de Formoso e Trombas. Dois acontecimentos seriam fundamentais nessa nova configuração, derivando de uma década inteira de acumulação de forças: a conquista dos títulos de posse das terras de Formoso e Trombas, em 1962, durante o Governo Mauro Borges(1961-1964); e a eleição do camponês José Porfírio de Souza para a Assembléia Legislativa de Goiás, em 1963. E ainda, resultando desses dois eventos, a emancipação de Formoso, deixando de pertencer a Amaro Leite e convertendo-se em município após projeto defendido pelo deputado José Porfírio. Tais acontecimentos seriam usados ainda como elementos que reforçariam a *representação* forjada por setores dominantes de que em Formoso e Trombas havia sido criado um “território liberado” como parte de um “Estado Comunista” fortemente protegido por posseiros armados e liderados por José Porfírio.

Esses acontecimentos resultaram de um longo processo de luta onde os posseiros haviam conseguido consolidar uma ampla resistência cujas formas organizativas e estratégias de ação, como vimos, transcenderam às fronteiras locais. A luta pela terra em Formoso e Trombas, devido a pertinente resistência organizada pelos posseiros, convertera-se ao longo da década de 1950 num dos principais temas de embates políticos em Goiás. Atingindo o ápice de um movimento que lançara suas bases no início da década, a resistência organizada pelos posseiros constitui-se no grande exemplo a ser seguido por outros grupos de camponeses em outras regiões do estado. O crescimento das organizações camponesas em Goiás forçaria no início da década seguinte uma nova postura do Governo Estadual diferente das que vinham sendo adotadas até então. Não era mais possível ignorar as reivindicações que emergiam do campo. Ocupando novos espaços de luta, elaborando formas autônomas de organização, os camponeses goianos, num momento em que o

movimento camponês em todo país atingia proporções jamais vistas, ousaram tornar visíveis seus problemas, desejos e projetos.

Pretendemos nesse capítulo problematizar a existência da “República das Trombas”, suas atribuições e o conjunto de fatores que contribuíram para sua *mitificação*. Analisaremos ainda as relações entre os posseiros de Formoso e Trombas e o Governo Mauro Borges Teixeira, preocupados em apontar a postura adotada pelos camponeses em relação à política de sindicalização rural perpetrada pelo Estado no período, bem como as condições que permitiram a obtenção pelos posseiros de Formoso e Trombas dos títulos de posse das terras. E enfim, quais os significados que a eleição e atuação parlamentar de José Porfírio traria para a experiência histórica de luta pela terra em Formoso e Trombas.

1. A “República das Trombas”.

A imprensa goiana, que havia dado ampla cobertura aos acontecimentos em Formoso e Trombas nos anos de intensos conflitos (1956 principalmente), praticamente *silencia* sobre os posseiros no período que vai de 1958 a 1961. São raras as referências, o que contribuiria muito para reforçar o *mito* de que a região havia se transformado em “território liberado” e governado por comunistas, onde ninguém entrava ou saía sem as ordens diretas de José Porfírio. Essa falta de cobertura da imprensa não deve ser atribuída a um término dos conflitos, ainda que seja forçoso admitir que sua fase mais aguda havia passado. As ameaças continuavam, como atestam denúncias feitas pela Associação de que por várias vezes jagunços agindo a mando de grileiros tentaram assassinar José Porfírio.

O *Jornal de Notícias*, um dos poucos a dar cobertura ao fato, noticiava em julho de 1958 uma dessas tentativas,

JAGUNÇOS TENTARAM ASSASSINAR JOSÉ PORFÍRIO

A calma reinante em toda região do Formoso volta agora a ser perturbada pelas contínuas incursões de jagunços armados pelos grileiros. Convencidos de não poderão conseguir as terras dessa região por meios legais, já que os brilhantes advogados do Estado desmascararam completamente seus planos de apossar-se das referidas glebas por meio de documentos forjados, os grileiros resolveram outra vez apelar para a violência.

(...)

Há poucos dias quando um posseiro entrava no rancho de José Porfírio, sofreu uma tentativa de homicídio. De uma mata próxima ao rancho, que fica no interior da roça de José Porfírio, o bandido

disparou sua arma contra o referido posseiro, supondo tratar-se de Porfírio. Este atentado covarde serviu para alertar os posseiros sobre o perigo que representam os bandidos armados pelos grileiros.¹⁶²

Ainda que possa ter sido um fato isolado, tal acontecimento nos ajuda a questionar as concepções surgidas posteriormente de que Formoso e Trombas haviam se tornado uma zona impenetrável, vigiada dia e noite por posseiros fortemente armados com a deliberada intenção de criar um “território livre” e “fechado” à entrada de *forasteiros*.

De fato, nos anos que se seguiram aos confrontos armados de 1956 e as *incertezas* de 1957, o Governo não tomou nenhuma medida em relação às disputas de terras em Formoso e Trombas. A *vitória* dos posseiros contra as investidas maciças dos jagunços, a retirada das tropas policiais de Porangatu após ampla pressão realizada por vários setores da sociedade contra a intervenção policial, trouxeram uma relativa tranquilidade apoiada pela garantia de que não haveria mais violência contra as famílias da região. Segundo Rui Facó,¹⁶³ os anos pós-lutas(1958 a 1961), haviam proporcionado um significativo aumento e diversificação da produção de gêneros nas terras sob a organização da Associação. Essa produção, para além do tradicional cultivo do arroz, incluía o plantio do milho, do feijão, de algodão e até a criação de porcos em “chácaras” que começavam a se ampliar e, segundo Facó, causar relativa diferenciação entre os próprios posseiros.¹⁶⁴

Na região dos conflitos a vida prosseguia a despeito do *silêncio* das autoridades goianas. Mas a ausência do governo não foi lamentada pelos posseiros. Fator de extremo significado e que reforçaria naquele momento a idéia de que em Trombas e Formoso haviam se constituído em um governo próprio, foi o papel desempenhado pela Associação dos Lavradores após a retirada da polícia da região e o *distanciamento* ao qual ficou relegado o centro norte do estado frente à ausência de um projeto de integração econômica durante o governo pessedista de José Feliciano(1959-1960).¹⁶⁵ O que se verifica a partir de então é a

¹⁶² “JAGUNÇOS Tentaram Assassinar José Porfírio.” *Jornal de Notícias*, 5 de julho de 1958.

¹⁶³ FACÓ, Rui. “EM TROMBAS e Formoso são os Camponeses que Fazem a Reforma”. *Novos Rumos*, 21 a 27 de julho de 1961.

¹⁶⁴ FACÓ, Rui. “A PENETRAÇÃO Capitalista no Campo Cria Problemas para a Associação.” *Novos Rumos*, 18 a 24 de agosto de 1961.

¹⁶⁵ Em 1957 ficou estipulado que o próximo Governador de Goiás teria um mandato de apenas dois anos(1959 a 1961). Essa decisão foi tomada após terem sido frustradas as tentativas de prorrogar o mandato de José Ludovico pelo mesmo período. Conhecida como “Projeto Prorrogacionista”, a mudança constitucional, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e em duas instâncias na Assembléia Legislativa, recebendo, inclusive, amplo apoio dos partidos de oposição. Segundo Reginaldo Aquino, tratava-se de um projeto “anti-ludoviquista”, na medida em que a oposição via em José Ludovico, visto como um renovador, uma forma de frear o poder e a influência do velho cacique pessedista Pedro Ludovico. O projeto, no entanto, seria declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, daí a solução de um mandato “tampão” de dois anos como foi o do Governador José Feliciano. FERNANDES & AQUINO. op.cit. p.258.

consolidação da Associação dos Lavradores do Formoso como máxima instância representativa, e mais do que isso: a Associação passa a exercer funções administrativas, legitimando-se aos olhos dos posseiros como verdadeiro *governo* na região. Por meio da Associação dos Lavradores do Formoso, os posseiros forjam uma estrutura organizativa mínima que busca acima de tudo consolidar a posse da terra e garantir a permanência das famílias em suas roças.

Os posseiros escolhem entre a diretoria da Associação e designam um dos diretores para atuar como uma espécie de *prefeito* da região. Casos de disputas entre posseiros referentes ao tamanho das glebas, a distribuição de novas posses a famílias que chegavam, bem como a criação de escolas, de pontes, além da manutenção e controle de um aparato militar destinado a permanecer em guarda diante de qualquer ameaça de retorno da polícia ou de ataques de jagunços, foram confiados aos membros da Associação e teve o envolvimento e participação direta dos posseiros na sua execução. A Associação ainda arbitrava questões domésticas, como desentendimentos entre casais, brigas entre posseiros, e na ausência de padres ou qualquer representante da Igreja ainda organizava festas em datas religiosas.

A Associação possuía, em fins da década de 1950 e início de 1960, 21 “Conselhos de Córrego” organizados em toda a região de Formoso e Trombas. Subordinado diretamente ao Conselho Geral da Associação, mas com autonomia para resolver questões mais imediatas que surgiam no dia a dia de suas atividades, os “Conselhos de Córrego” haviam se constituído em importante organização dos posseiros em nível local, na medida em que estavam organizados de modo a congregar o maior número possível de posses numa dada localidade. Cada “conselho” possuía sua própria diretoria, composta de um presidente, um vice-presidente, secretários e tesoureiros. O Conselho Geral da Associação convocava uma reunião a cada dois meses com os “Conselhos de Córrego”, onde eram discutidos os relatórios dos últimos dois meses e delineados os planos do próximo bimestre.

Creio ser possível afirmar que o *isolamento* da região de Trombas e Formoso é menos o resultado de um objetivo traçado pelos posseiros, como o desejo de fundar um território autônomo e impenetrável, do que a consequência mais imediata do *afastamento* das instituições oficiais e de funcionários do governo estadual. Esse *isolamento*, conjugado à importância e visibilidade adquiridas pela Associação dos Lavradores foi utilizado como base material sobre a qual operou a construção do “mito” do “território liberado”, uma referência exacerbada pelo anticomunismo propagandeado por setores dominantes agrários que pretendiam que o governo invadisse a região e prendesse os “comunistas”. Os posseiros

eram acusados de agir sob a influência direta de Moscou e de ignorar as leis do Estado de Goiás e do Brasil.

Mas até mesmo esse *isolamento* não deve ser exagerado. Os posseiros continuaram mantendo freqüentes contatos com outros setores da sociedade goiana, como sindicatos de operários, políticos atuantes na Assembléia Legislativa, além de lideranças ligadas à imprensa favorável, embora o espaço dedicado ao acontecimentos em Trombas e Formoso diminuísse significativamente entre 1958 e 1961. Em carta enviada a Pedro Ribeiro, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Goiás, José Porfírio, dirigindo-se a todos os operários de Goiânia, afirmava em dezembro de 1957 que sua “luta pela terra ainda não terminou” e que esta só terminaria quando os posseiros conseguissem os títulos definitivos das posses que ocupavam.¹⁶⁶

Como prova de que o *isolamento* a que foram relegados os posseiros não era resultado de nenhuma estratégia pretendida pela Associação podemos apontar para a resolução tomada pelo seu Conselho Geral, reunido em 15 de dezembro de 1957, que sinalizava com a possibilidade de uma nova abertura de diálogos com o governo estadual. Nessa época a Associação dos Lavradores do Formoso possuía 19 “Conselhos de Córrego”. Ficou decidido que uma comissão de mulheres pertencentes ao Conselho Feminino da Associação iria a Goiânia reivindicar entre outras coisas, escolas e um posto de saúde para Formoso.

No *relatório*¹⁶⁷ dessa reunião constam ainda informações sobre relações estabelecidas entre os posseiros e a prefeitura de Amaro Leite, município ao qual pertencia a vila de Formoso. Os posseiros teriam conseguido junto ao prefeito verba para construção de cinco pontes, a nomeação de uma professora para a região e a construção de uma escola em Trombas, além de uma verba de cinco mil cruzeiros destinada para o término da construção da sede da Associação dos Lavradores e que teria sido aprovada pela Câmara Municipal de Amaro Leite. Outro aspecto revelador desse documento é a informação de que na dita reunião os posseiros teriam debatido amplamente a participação dos lavradores nas próximas eleições. Segundo consta no *relatório*, o Conselho Geral da Associação decidira “prestar toda colaboração ao poder público na qualificação de eleitores.”¹⁶⁸

Entendemos que o “mito” criado em torno da “República de Trombas” situa-se a partir de um entrelaçamento conjugado por três fatores: 1) o *isolamento* ao qual a região foi

¹⁶⁶ “NOSSA Luta Pela Terra Ainda Não Terminou – José Porfírio dirige-se aos operários de Goiânia” *Jornal de Notícias*, 9 de janeiro de 1958.

¹⁶⁷ Nosso conhecimento desse documento é apenas parcial, pois tivemos acesso apenas ao que foi publicado em *Jornal de Notícias*, 29 de dezembro de 1957.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

submetida tendo em vista que as instituições estatais no período que sucedeu aos confrontos armados não cumpriram as “promessas” feitas aos posseiros de medição e distribuição de lotes de terra para as famílias, além das reivindicações pela construção de uma escola e de um hospital na região; ainda que a postura adotada pelo governo José Feliciano de *esquecer* Formoso e Trombas não deva ser compreendida de maneira exagerada, ela acabaria por contribuir para o segundo fator que ora destacamos, 2) o fortalecimento da Associação dos Lavradores do Formoso. O papel assumido pela Associação em face da ausência de políticas públicas efetivas para a região abriu espaço para uma ampliação de suas atribuições, o que elevou a liderança e visibilidade de José Porfírio perante os posseiros e todos aqueles que ouviam falar da região. Porfírio havia se transformado à época num personagem quase *mítico*; e, 3) articulando-se aos dois fatores mencionados, diz respeito à atuação de quadros do PCB nas lutas e sua contribuição para a organização da resistência. Nesse caso, não exatamente a dimensão e as características de tal participação, mas os usos que dela fizeram setores aguerridamente anticomunistas e que se posicionavam contra os posseiros. Dado os rumos que as lutas assumiram, com o insucesso das investidas policiais e a conseqüente permanência dos posseiros nas terras disputadas, cuja ênfase da resistência recaiu no *poder* armado com que os homens de Porfírio se mantiveram invencíveis, a construção da *imagem* de “território liberado” tornou-se uma bandeira anticomunista empunhada por setores dominantes rurais que dela se utilizavam no exercício de pressão pela deslegitimação da luta pela terra. Esse processo procurava desviar o foco dos conflitos da crítica cada vez maior à estrutura fundiária e às relações de poder que dela emergiam e obscurecê-la com alardes acerca do perigo que as ações dos posseiros representavam para Goiás e para a “segurança nacional”.

Apesar de a *imagem* de “território liberado”, controlado por comunistas sob a liderança de José Porfírio, ter sido paulatinamente construída ao longo da segunda metade da década de 1950 para designar principalmente a inacessibilidade à região e seu *controle militar* por posseiros fortemente armados e *invencíveis*, acrescidos posteriormente pelo *distanciamento* do governo e pelo *silêncio* da imprensa, será somente na década de 1960, notadamente nos anos que precederam o golpe de 1964 que a questão adquirirá contornos dramáticos, marcando profundamente as leituras posteriores acerca do episódio de Formoso e Trombas. Contribuiu muito para essa visão as investidas do deputado federal Emival Caiado(UDN-GO) contra o movimento camponês goiano e, especialmente, os posseiros de Formoso e Trombas. Caiado, um ferrenho opositor do governo Mauro Borges e do Executivo janguista, afirmaria em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* que os comunistas, a partir de uma

base fortemente armada em Formoso e Trombas, pretendiam tomar de assalto todo o estado de Goiás, e de lá, avançar por todo o país. Nas palavras do udenista,

(...) O deputado Estadual José Porfírio (líder incontestado dos comunistas goianos), distribuiu boa quantidade de armamento às ligas locais. O mesmo fez no município de Porangatu, assim como facilitou a infiltração de grupos armados nas matas da região de Araguaçu. Em Trombas e Formoso, localiza-se o maior reduto do dep. José Porfírio, que lá possui pelo menos meio milhão de metralhadoras. Porfírio se gaba de possuir 1.000 metralhadoras e contar com 5.000 homens na região, com os quais ele se propõe a repetir o episódio de “canudos”, nome pelo qual já é chamada a região de Trombas. José Porfírio teria feito em Cuba um curso de guerrilhas, e que em Trombas há um entrenchamento permanente e ostensivo, sendo que naquela região não se admite e nem se aceita a presença da polícia.¹⁶⁹

Emival Caiado falava ainda da “existência de uma organização solidamente adestrada para desempenhar, num futuro bem próximo, ação de ampla envergadura (...) com a conivência do presidente da República.”¹⁷⁰ As “denúncias” do udenista vinham reforçar a *representação* forjada por setores dominantes goianos do “perigo camponês” no estado num momento em que as organizações camponesas cresciam e se tornavam visíveis em várias regiões do país, num processo de articulação que pela primeira vez buscava converter em projeto nacional as demandas locais.

A tentativa de associar a luta dos posseiros de Formoso e Trombas a uma intenção deliberada de constituir um “Estado Comunista” enclavado em território goiano, atingiria seu ponto máximo com a divulgação de documento intitulado de “Constituição do Estado das ‘Trombas’”. Documento supostamente assinado por José Porfírio (“Ditador”), e que seria resultado de Lei criada em 1957 por posseiros e políticos aliados, a “Constituição” trazia 17 artigos e foi apresentado como prova incontestada da gênese do “Estado Comunista” no norte de Goiás. A bibliografia até aqui produzida ainda não abordou a questão. O motivo, ao que parece, se deve ao fato de tal documento ter vindo a público apenas recentemente após a abertura dos arquivos do Dops em Goiás. Ainda assim, quando comentam a possibilidade de ter existido na região um território controlado por comunistas armados, alguns autores chegam mesmo a mencionar que as acusações feitas aos posseiros de Formoso e Trombas continham denúncias de que havia até uma “constituição própria” que regia as leis nas terras

¹⁶⁹ EDITORIAL, *O Estado de São Paulo*, 8 de fevereiro de 1964.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

“liberadas”. Fato é que tal menção não vai além da especulação acerca da existência de tal documento.

Seria enganoso afirmarmos que a descoberta do dito documento “prova” que de fato houve a intenção, e mais do que isso, a real decretação da “República das Trombas”. Isso porque o documento traz uma série de contradições e incompatibilidades que ao nosso ver reforçam nossa perspectiva de que o “mito” do “território liberado” foi forjado por setores contrários e interessados em deslegitimar a luta dos posseiros, e o que era pior, num cenário de perseguições desencadeado pelo golpe, seria usado como justificativa para a repressão aos envolvidos. Nesse sentido, poderíamos dizer que ao contrário de “provar” que os posseiros de Formoso e Trombas elaboraram uma constituição própria e deliberadamente pretendiam criar um “Estado” dentro de Goiás, o documento traz elementos que podem ser compreendidos como parte de uma campanha que pretendia associar a imagem dos posseiros a uma permanente ameaça de subversão e atentado às instituições, o que aliás justificaria e legitimaria a perseguição e a repressão levadas a cabo pelos militares após o golpe. Mesmo assim, a questão não é tão simples quanto pode parecer à primeira vista. Vejamos o documento, aqui reproduzido na íntegra:

O povo das Trombas e Formoso, por seus representantes, em Assembléia Constituinte, para organizar juridicamente o Estado das “Trombas” sob o regime Comunista, decreta e promulga a seguinte:

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DAS “TROMBAS”

Art. 1º - O Estado das Trombas, está situado no Brasil Central, paralelo 14 norte de Goiás, e 250 Quilômetros de Brasília, parte integrante e autônoma sob o regime RUSSO, exerce em seu território todos os poderes que explicita ou explicitamente, lhe não são vedado à Constituição de Moscou

Art. 2º - São poderes do Estado, o executivo e Judiciário, combinado com o executivo regido pelo sr. Ditador JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA.

Art. 3º - É vedado a publicação e a liberdade de pensamento.

Art. 4º - O Estado das Trombas, fica compreendido dentro dos seguintes limites: Ao norte com Porangatu e Peixe; ao leste, com Niquelândia; ao sul, com Pirenópolis; ao oeste, com Itapeci.

Art. 5º - O Estado das Trombas é administrado sob o regime de comissão executiva, com poderes especiais, assim compreendidos: Comissão da Cana Brava, Comissão do Rodovalho, Comissão do Vai e Vem, Comissão do Formoso, Comissão de Estrela do Norte,(vargem do coelho), Comissão do Morro de Campos, Comissão da Chapada, Comissão da Fazenda São Sebastião, Comissão da Fazenda Santa Maria, Comissão de Camponorte e Comissão das Trombas, Capital do Estado.

Art. 6º - São autoridades do Estado das Trombas: JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA, Ditador. E são os seguintes os chefes de Comissão: José Marquez Viana, Joaquim Correia, Tiago Custódio Batista, Burandanga, João Soares, José Ribeiro, Rodolfo Fernandes. São orientadores de Comissão: Deputados Mendonça Neto, Chico de Brito, Dr. Everardo de Souza, Dr. Domingos Velasco, Dr. José Ludovico de Almeida (governador de Goiás), Ubiratam de Lemos e José Medeiros (repórteres de O CRUZEIRO), Dr. José Gomes e Dr. Teles Reis (Secretários de Segurança Pública e Interior do Estado de Goiás).

Art. 7º - É vedado o intercâmbio comercial com qualquer estado do Brasil

Art. 8º - São imunes e impunes os que praticarem o assassinio a bem de nosso regime e livre o direito de matar

Art. 9º - Os chefes de Comissões são invioláveis no exercício de seu mandato.

Art. 10º - É vedado a penetração de policiais de qualquer estado, dentro do perímetro do Estado das Trombas.

Art. 11º - Será impunes e invioláveis cidadãos de qualquer parte do mundo que praticarem crime e auxiliar no Estado das Trombas.

Art. 12º - As terras de propriedade privada serão divididas aos intrusos e invasores, pelas Comissões executivas.

Art. 13º - O Estado das Trombas elegerá reforços de Comissões para manter a ordem do regime.

Art. 14º - O Estado das Trombas *****qualquer povos circunvizinhos de auxiliar o crescimento de nosso regime e criar novos estados sob o regime russo.

Art. 15º - Compete privativamente ao ditador:

I – Ser jurado, promulgar e fazer publicar as Leis **** decretos e regulamentos para fiel execução.

II – Nomear e demitir os chefes de Comissão e reforçar os postos militares de excepcional importância, com trincheiras necessárias, para defesa das *** aqui constituídos e das terras compõem o Estado das Trombas.

Art. 16º - Esta Lei foi constituída em 2 de março de 1957 e agora publicada e distribuída ao Presidente da República do Brasil e a todos os estados do Brasil para que dela tomem conhecimento e faça respeitar em todo esta constituição.

Art. 17º - Revoga-se as disposições em contrário.

Ass. José Porfírio de Souza Ditador

João Soares secretário

Antes porém de analisarmos o referido documento, tratemos primeiramente do aparecimento da “Constituição”. A primeira referência direta à sua existência que pudemos constatar foi através da publicação no jornal *Cinco de Março*, em edição de 7 a 13 de agosto de 1972, de trechos do “depoimento” de José Porfírio quando esteve preso em Brasília, logo após ter sido detido no Maranhão, em 1972. O jornal anunciava que o “chefe supremo da ‘República de Trombas e Formoso’” ao ser indagado pelas autoridades sobre seus “crimes”

não escondeu nada, ao contrário, Porfírio “contou tudo” sobre os anos em que fora líder dos posseiros e esteve a frente do movimento camponês em Goiás. Segundo *Cinco de Março*,

(...)As declarações de José Porfírio às autoridades federais desvendam toda a movimentação subversiva que se desencadeou em nosso Estado nos períodos agitados do Governo João Goulart e anterior(...) Sem coação, de vontade própria, talvez cansado de fugir permanentemente das autoridades que apertavam cada vez mais o cerco, ele falou horas e horas, narrando com minúcias as peripécias de sua vida de lavrador levado ao mundo do crime pelos agentes da subversão, tornando-se, ele próprio, uma das figuras mais perigosas do comunismo em Goiás.¹⁷¹

O jornal passa a destacar diversos trechos da “confissão” do posseiro que teria decidido falar por “vontade própria” sobre tudo que acontecera. Sobre a “Constituição do Estado de Trombas”, Porfírio teria confessado, segundo informação obtido pelo jornal junto ao Batalhão da Polícia do Exército de Brasília, que “realmente este documento existiu e foi, inclusive, distribuído ao povo.” Porfírio teria dito, ainda, que “ignorava, porém, a profundidade política de seus dizeres e o seu conteúdo contrário ao Governo e ao regime do país. Mas tudo o que nela se diz ter sido escrito é verídico e representa, na realidade, o que de fato aconteceu no período em que fui seu presidente.”¹⁷²

Difícil não questionar a veracidade de tais “confissões”. Noutras palavras, duvidamos que não tenha havido “coação” e que o “depoimento” do posseiro tenha sido realizado por “vontade própria” como procura fazer crer *Cinco de Março*. José Porfírio era naquele momento um dos principais nomes procurados pelas autoridades militares em Goiás. Acusado de subversão, de comunista, era tido como elemento perigoso, “figura das mais perigosas do comunismo em Goiás”, e sua captura vinha sendo perseguida há anos, desde que fora obrigado a esconder-se após o golpe de 1964. As informações contidas em seu “depoimento” na prisão, rico em detalhes, não eram, entretanto, constituídos de *novidades* que ainda não tivessem sido investigadas pela polícia política atuante em Goiás. Muito do que dissera Porfírio, já era de conhecimento dos militares, e já fazia parte de relatórios e IPMs sobre atividades comunistas em Goiás. A associação de Formoso e Trombas e de José Porfírio ao comunismo, como vimos, era prática comum de setores dominantes goianos e já tinha sido amplamente veiculado na imprensa goiana e até nacional. A tônica de todo o “depoimento” publicado em *Cinco de Março* consistia em vincular integralmente os

¹⁷¹ “JOSÉ Porfírio na Prisão Contou Tudo.” Goiânia: *Cinco de Março*, 7 a 13 de agosto de 1972.

¹⁷² *Ibidem*.

posseiros, especialmente Porfírio, ao PCB em Goiás, responsabilizando-os por crimes cometidos contra fazendeiros e assassinatos de policiais.

A vinculação ao comunismo chegava ao extremo, a ponto de ser atribuída a Porfírio confissão de que “Trombas era um Estado autônomo, regido pelo regime da URSS e submissa a uma Constituição própria”. O que queremos afirmar é que não compartilhamos da perspectiva de que a *confissão* de Porfírio tenha sido feita de “vontade própria” como cita o jornal, e muito menos que seu conteúdo seja inteiramente verídico, resultando mais naquilo que as autoridades militares queriam apresentar como verdade, o que implicaria numa deliberada confissão de Porfírio da culpa pela subversão, justificando assim sua prisão e a repressão a todos aqueles que estivessem de alguma forma a ele ligados.

Sobre o conteúdo da “Constituição”, salta aos olhos uma série de incongruências verbais que colocam sob suspeita a possibilidade real de ter sido elaborada e redigida por José Porfírio e seus companheiros. A linguagem utilizada para designar o cargo atribuído a Porfírio (Ditador) e a denominação dos posseiros (intrusos e invasores), não condizem em nenhum momento com a perspectiva adota pelos posseiros e setores a eles irmanados. Ao contrário, apoiava-se num referencial classificatório cuja *representação* estava eivada de anticomunismo, denunciando assim uma deliberada intenção de reforçar a visão de que de fato houve na região a tentativa de se construir um Estado comunista. Ao mesmo tempo que intitulava José Porfírio como “Ditador” do “Estado das Trombas”, chefe supremo do Estado comunista, a “Constituição” explicitava epítetos consagrados pelas forças políticas conservadoras ao se referirem ao comunismo.

Dessa forma é que o artigo 3.º da “Constituição” trazia o veto a qualquer “publicação e a liberdade de pensamento” na região. Essa determinação é impensável quando atentamos para a própria estrutura organizativa pela qual funcionava a Associação, construída de “baixo para cima”, com profundo envolvimento dos posseiros através dos “Conselhos de Córrego”, ainda que não possamos deixar de reconhecer que naquele período posterior aos enfrentamentos com a polícia tenha havido um esforço significativo por parte da diretoria da Associação no sentido de conduzir o processo de luta e organização dos posseiros na região, o que exigiu sem sombra de dúvida uma postura rígida diante das dificuldades de organização.

Outra determinação contida no documento e que não se sustenta ao atentarmos para as práticas adotadas pela Associação no período, é aquela contida no artigo 7.º e que prevê o veto ao “intercâmbio comercial” com outras regiões. Como vimos anteriormente, apesar do relativo *isolamento* ao qual a região de Formoso e Trombas foi submetida no período entre

1958 e 1961, é um equívoco considerar que os posseiros estiveram completamente incomunicáveis e sem se relacionar, principalmente através da venda das colheitas, com outras regiões. Também é claro que na falta de uma estrutura capaz de dar condições ao estabelecimento de relações comerciais com municípios distantes (estradas, garantia mínima nos preços, ausência de políticas públicas de apoio ao pequeno produtor) a venda das safras e outros tipos de comércio restringiam-se a regiões próximas, como a vizinha Porangatu, e o próprio município de Amaro Leite, ao qual pertenciam Formoso e Trombas.

Reconhecemos que a *crítica interna* ao documento é tarefa necessária ao trabalho do historiador. Entretanto, ela só faz sentido num trabalho de pesquisa se for devidamente complementada pela análise das relações materiais que produzem o documento e por ele são produzidas. Nesse sentido, ao nos depararmos com um documento como a “Constituição do Estado das Trombas” devemos estar atentos às condições nas quais ele foi forjado, ou noutras palavras, devemos indagar se havia elementos materiais suficientes para sustentar sua veracidade. Um olhar que se atenha apenas ao conteúdo do referido documento, com certeza dirá, como fizemos acima, que se trata de um documento forjado pelos militares com o intuito de justificar a repressão a Porfírio a seus companheiros de luta, o que de fato acreditamos que tenha sido. Não pretendemos negar essa premissa, ainda que estejamos baseando nossa interpretação numa dedução hipotética, visto não dispormos de material suficiente para provar, sem contestações, nossa interpretação.

Ao lançarmos nosso olhar sobre as supostas condições materiais que teriam permitido que um documento como a “Constituição do Estado das Trombas” tenha existido, forçoso não levarmos em consideração o próprio protagonismo político conquistado pelos posseiros de Formoso e Trombas ao longo de mais de uma década de luta pela terra em Goiás. A análise desse processo traz à tona a relevância representativa alcançada pela Associação dos Lavradores do Formoso e o papel político construído na região, capaz de organizar e *administrar* as principais necessidades surgidas no dia a dia dos posseiros, a ponto de converter-se na prática numa espécie de “governo próprio”, já que conjugava entre outras funções, as de *legislar*, *executar*, e até mesmo *julgar* questões que eram apresentadas a sua direção.

2. Os “Anos MB” e a conquista da terra.

A década de 1960 marcaria definitivamente as lutas camponesas em Goiás devido a nova configuração das forças políticas e econômicas atuantes no estado. Os tradicionais setores dominantes rurais que comandavam as máquinas partidárias no estado estavam paulatinamente perdendo espaço para grupos de jovens políticos comprometidos com os interesses de frações da classe dominante rural que pretendiam *modernizar* o agro goiano, proporcionando assim o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no estado. A estrutura fundiária baseada no latifúndio, ainda que não estivesse sendo questionada em sua essência, passava a ser alvo de propostas de transformações que fossem capazes de dotá-la de um novo perfil mais afeito às exigências que um projeto de modernização da agricultura impunha. Nesse sentido, começava a despontar em Goiás uma fração de classe dominante rural, identificada numa moderna burguesia agrária que defendia que a agricultura a ser implantada deveria ser realizada tendo em vista converter a propriedade fundiária numa *empresa agrícola*.

Diante desse quadro, do qual fazia parte ainda o fortalecimento e consolidação do movimento camponês em todo o estado, foi eleito para governador de Goiás, em pleito realizado em 1960, o Major Mauro Borges Teixeira, jovem político do PSD e que em muitos aspectos consubstanciava em sua candidatura as principais contradições que atravessavam a política goiana no período. Representando os interesses dominantes que clamavam pela *modernização* da agricultura no estado, ao mesmo tempo que apresentava-se como um ambíguo *aliado* dos movimentos camponeses organizados, os embates em torno de qual política agrária seria adotada durante o Governo Mauro Borges faria do projeto dos primeiros uma bandeira *desenvolvimentista* para o agro goiano a ser amplamente apoiada pelos segundos, *convocados* a trabalhar pela sua implantação e estratégica sustentação social.

Mauro Borges Teixeira(PSD) foi eleito governador de Goiás pela aliança PSD/PTB para um mandato de cinco anos(1961-1965) dos quais cumpriria quatro anos e onze meses. Herdeiro político e filho de Pedro Ludovico Teixeira, Mauro Borges destacava-se pelo diálogo que mantinha com os movimentos camponeses, a despeito de ser um legítimo representante das classes dominantes agrárias goianas. O bom trânsito com setores do campesinato rendeu-lhe significativo apoio no pleito de 1960 e marcaria profundamente seu governo.

Analisando o período, Francisco Chagas Rabêlo¹⁷³ dividiu o Governo Mauro Borges em três momentos: o 1.º, inicia com sua vitória eleitoral e termina com a ruptura da aliança política entre o PSD e o PTB. Para o autor, um traço marcante dessa fase é uma perceptível “renovação” das lideranças pessedistas no estado, proporcionada pela ascensão política de Mauro Borges, alinhado à “ala moça” do PSD em Goiás. A presença do PTB no governo, segundo Rabêlo, proporcionaria uma maior aproximação com os movimentos populares, principalmente o camponês, o que teria sido *facilitado* pela atuação do partido na Secretaria de Trabalho e Ação Social, encarregada de realizar a sindicalização dos trabalhadores rurais no estado; o 2.º momento descrito pelo autor, vai da ruptura da aliança política PSD/PTB até o golpe de 1964. Para o autor, esse período marca o recrudescimento da oposição udeno-pessepista ao PSD em Goiás, arrefecida no início do Governo Mauro Borges e agora fortalecida pela atuação do PTB; o 3.º e último momento dura do golpe de 31 de março até novembro de 1964, quando ocorre a intervenção federal em Goiás, o que vai culminar com a deposição do Governador Mauro Borges pelos mesmos aliados que apoiara no momento do golpe. Esses meses são marcados por inúmeras conspirações, perseguições e demissões de secretários e agentes do governo. Característica de suma relevância nesse momento é o “retorno” das lideranças tradicionais pessedistas ao centro decisório do partido em Goiás.

Antes mesmo de iniciar o seu mandato, Mauro Borges conseguira sua primeira e decisiva vitória política, fato que marcaria o rumo de seu governo. Em novembro de 1960, a Assembléia Legislativa estadual aprovava com o apoio dos partido de oposição, o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, ou simplesmente “Plano MB”, como ficaria popularmente conhecido.¹⁷⁴ O Plano, minuciosamente elaborado por uma equipe de técnicos da Fundação Getúlio Vargas(FGV) e do Instituto Brasileiro de Economia(IBRE), inspirava-se no Plano de Metas do Governo Jucelino Kubtscheck (1955-1960) e propunha, ao lado de uma profunda reforma administrativa do Estado em Goiás, metas de crescimento e desenvolvimento para os cinco anos de mandato do governador Mauro Borges.

Ainda que estivesse voltado para o desenvolvimento da “infra-estrutura produtiva”, através de projetos para o setor de energia elétrica e transportes, além de prever significativo investimento e reestruturação nas áreas de saúde e educação, era no setor agropecuário que o “Plano MB” dedicava maior atenção. Tal preponderância não era por acaso. Com uma

¹⁷³ RABÊLO, Francisco Chagas Evangelista. *Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás*. Minas Gerais(Dissertação de Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais, 1975.

¹⁷⁴ GOIÁS, *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, 1961-1965*. Vol.1, Análise da Estrutura Econômica do Estado. Goiânia, 1961.

mão-de-obra fortemente concentrada no setor agrícola(94,60%), e com cerca de 80% da população vivendo no campo, o Estado tinha como meta prioritária a modernização capitalista da agricultura goiana, através da mecanização da produção, do uso intensivo do solo, da expansão da utilização de insumos, medidas que fariam parte de um conjunto de transformações que fosse capaz de realizar uma “reforma agrária” que pudesse “levar a prosperidade ao homem do campo.” Para se encarregar dessa tarefa seria criado, em outubro de 1962, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás(IDAGO), autarquia cuja maioria das ações ficaria sob o controle do Estado.

Em síntese, poderíamos apresentar as medidas adotadas pelo Governo Mauro Borges para o setor agrário a partir de três projetos: a) colonização em terras devolutas; b) cooperativismo agrícola; e, c) sindicalização do trabalhador rural. A “política de colonização” elaborado pelo governo direcionava-se para a implantação de novas estruturas agrárias em áreas “despovoadas” e que deveriam ser ocupadas por trabalhadores agrícolas goianos sem-terra. As terras destinadas ao projeto de colonização assistida pelo Estado seriam terras devolutas, o que demonstrava a disposição do governo de não mexer em qualquer propriedade ameaçando-a de “desapropriação”. Aliás, sob este aspecto, o próprio Mauro Borges por inúmeras vezes já havia se manifestado contrário a projetos de “reforma agrária” que defendiam desapropriação de terras e sua distribuição entre os camponeses, considerada pelo governador como uma medida cujas “bases individualistas” agiriam como um verdadeiro obstáculo para o que considerava uma “reforma agrária lógica”.¹⁷⁵ Criticando diretamente a “reforma agrária distributivista”, para Mauro Borges,

É utopia ou mistificação pensar que, por simples providências políticas, por decretos como se fossem toque de varinha de condão, o camponês possa sair da miséria num abrir e fechar de olhos.

A finalidade da reforma agrária – levar a prosperidade ao homem da gleba – só se realizará na medida em que conseguir melhorara os **índices de produtividade agro-pastoris**.

A melhoria desses índices está na razão direta do progresso da tecnização agrícola, que compreende uma série de medidas: revolvimento(mecânico) da terra, adubação, combate à erosão, irrigação se possível, seleção de sementes, defesa sanitária, colheita, armazenagem e ensilagem, comercialização etc., envolvendo somas vultosas em dinheiro. Nesse elenco de fatores ressalta o elevado preço do equipamento de mecanização agrícola.

Uma pequena propriedade jamais teria condições econômicas de justificar as intervenções de capital necessário à sua tecnização. Somente uma propriedade de tamanho relativamente grande poderia

¹⁷⁵ PLANO MB. *Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges*. Goiás, CERNE, 1963.

ter condições de suportar as exigências do crédito.¹⁷⁶(grifos do autor).

Sua postura contrária à distribuição de terras atacava frontalmente o desejo dos camponeses goianos, principalmente os posseiros, de legalizar sua situação através da obtenção de títulos de propriedade. Em lugar da desapropriação, o que significaria enfrentar a estrutura agrária do estado através do combate ao latifúndio, o governo acenava com a proposta da colonização em terras devolutas por famílias de lavradores que não possuíam terras. O projeto de colonização do governo foi materializado na construção dos Combinados Agro-Urbanos, cooperativas agrícolas inspiradas no modelo dos *Moshavs Shitufis* de Israel. O cooperativismo agrícola era defendido pelo Governo como a única solução para a pequena agricultura no estado de Goiás, sendo apresentado como um modelo eficaz e capaz solucionar em grande medida as inquietações vividas no campo. O projeto em curso, materializado principalmente no Combinado Agro-Urbano de Arraias, viabilizaria a manutenção da estrutura fundiária tradicional que estava sendo contestada em todo o estado por organizações camponesas de luta pela terra, ao mesmo tempo que surgia como uma estratégia alternativa para o controle social e a reprodução das relações de dominação, tendo em vista avançar no processo de expansão capitalista do agro goiano. A novidade, entretanto, é que o estímulo a organizações cooperativistas no campo a partir de uma iniciativa que envolvia diretamente o Estado, reorganizaria sob novas bases a subordinação dos setores dominados rurais, na medida em que o controle social e político sobre as camadas dominadas do campo seria agora exercido diretamente por agentes do Estado, dispensando para isso, a mediação dos grandes proprietários de terras.

Aliado ao projeto de colonização em terras devolutas e ao modelo do cooperativismo agrícola, ganhou enorme impulso em Goiás o projeto de sindicalização do trabalhador rural. O Governo Mauro Borges, através de sua Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETAS), encampou logo no início de seu mandato uma ampla campanha de sindicalização dos trabalhadores rurais por todo o estado de Goiás. O objetivo imediato consistia em converter em sindicatos rurais as inúmeras “associações” de lavradores espalhadas em várias regiões, marcando com a chancela do Estado as organizações representativas dos trabalhadores rurais. Essa campanha, iniciada efetivamente em novembro de 1962 após divulgação de uma Portaria referente à sindicalização rural, desencadearia uma procura significativa de camponeses que desejavam sindicalizar-se. Em 9 de janeiro de 1963, a SETAS anunciaria

¹⁷⁶ Ibidem, p.5.

com grande entusiasmo a fundação do primeiro Sindicato Rural de Goiás, que representaria os trabalhadores rurais de Peixe, município situado no norte do estado. Nessa mesma época, as providências para que a Associação dos Lavradores de Formoso passasse a sindicato estavam bastante adiantadas, tendo ocorrido, em 17 de janeiro, uma reunião entre o então presidente da Associação, o camponês Armando Ribeiro e funcionários da secretaria designados a orientar os posseiros quanto aos trâmites necessários.

As ações do governo com vistas a criar um número cada vez maior de sindicatos rurais segue a passos largos ao longo do ano de 1963. Nos primeiros meses são fundados vários sindicatos em várias regiões do estado. Em abril é fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morrinhos. No mês seguinte foi a vez de Inhumas, Nova Veneza, Itauçu e Piracanjuba. Em junho foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazário, e nos meses seguintes seriam criados cerca de 34 sindicatos em todo o estado.

A sindicalização do trabalhador rural constitui-se no período numa das principais arenas da luta de classes no estado. Vários setores da sociedade civil estiveram nele engajados, revelando propostas ora convergentes, ora conflitantes, promovendo acirrada disputa pela condução do processo. A Igreja Católica se engajou amplamente no processo de sindicalização do trabalhador rural em Goiás durante os primeiros anos da década de 1960. Sua atuação orientou-se na tentativa de construir um percurso que se apresentasse como *alternativo* às organizações camponesas tal qual vinham se configurando em várias regiões do estado. Disputando diretamente a *condução* desse processo com setores ligados ao PCB, a Igreja aos poucos passava de uma concepção acerca do universo dos trabalhadores rurais que priorizava sobretudo aspectos *espirituais* para uma intervenção mais efetiva junto aos camponeses, marcada principalmente pelo atendimento a demandas mais imediatas, o que vinha consubstanciar-se em projetos de criação de sindicatos rurais sob sua orientação e influência diretas. Em Goiás, por meio da atuante Arquidiocese de Goiânia, liderada pelo Arcebispo da Capital Dom Fernando Gomes dos Santos, a Igreja engajou-se na criação de sindicatos rurais, o que a levaria a criar, em 1963, o Setor de Sindicalismo Rural, ligado ao Movimento de Educação de Base (MEB) em Goiás.¹⁷⁷

O PCB nesse momento buscava encaminhar a questão da posse da terra e da organização dos trabalhadores de modo que estes dispusessem de reconhecimento legal pelo Estado. Dessa maneira, o partido passou a priorizar a proposta de sindicalização dos

¹⁷⁷ AMADO, Wolmir Therezio. *A Igreja e a Questão Agrária no Centro-Oeste do Brasil, 1950-1968*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1996. CANEZIN, Maria Tereza. "A Questão agrária, o Sindicalismo Rural e a Educação de Base na Perspectiva da Igreja Católica em Goiás no Início dos Anos 60." In: *Inter-Ação* n. 9-10, revista da Faculdade de Educação da universidade Federal de Goiás, jan/dez. de 1985-86. pp.59-75.

trabalhadores rurais seguindo diretrizes nacionalmente traçadas para o encaminhamento das lutas no campo. Essa postura permitiu ao partido aproximar-se da política de criação de sindicatos rurais em curso no Estado de Goiás. Direcionando as lutas pelo caminho da sindicalização, o PCB, em consonância com a própria postura manifesta pelo governo goiano, distanciava-se de iniciativas que pregassem a desapropriação e a distribuição de terras, medidas que, na ótica do partido, seriam adotadas num momento posterior, mas que deveriam ser precedidas pela mudança constitucional via batalha a ser travada no Congresso Nacional.

Os posseiros de Formoso e Trombas tiveram uma participação muito intensa nessas disputas, na medida em que compunham a principal associação de trabalhadores rurais de Goiás, tendo à frente da Federação dos Lavradores de Goiás, José Porfírio de Souza. Fundada em meados de 1962, a Federação dos Lavradores de Goiás, presidida por Porfírio chega a reunir cerca de 18 associações, tendo crescido significativamente após o Congresso Camponês de Belo Horizonte, em 1961. Dentre as principais reivindicações da Federação, estavam a luta pela posse definitiva da terra para os posseiros através da obtenção dos títulos legais junto ao Estado, a luta pelo preço mínimo do arroz, além de reivindicações para financiamento público aos pequenos proprietários e trabalhadores que ainda não possuíam terras.¹⁷⁸

Foi durante o Governo Mauro Borges que os posseiros de Formoso e Trombas conseguiriam sua maior *vitória* política: a conquista dos títulos de posse. Em maio de 1961, a Associação dos Lavradores de Formoso designou a formação de uma comissão de posseiros, tendo à frente seu presidente, José Porfírio, para que fossem a Goiânia participar de uma audiência com o recém empossado governador Mauro Borges Teixeira. O objetivo: estabelecer um acordo definitivo para que fossem entregues pelo governo estadual os títulos de posse a todos os posseiros reconhecidos pela Associação. A comissão de posseiros, em nome da Associação dos Lavradores de Formoso, reivindicava o reconhecimento pelo governo de uma área de cerca de 10 mil Km², ocupada pelos posseiros e que compreendia toda a região onde estavam as terras de Formoso e Trombas. Composta de terras devolutas, o governo deveria dividi-las entre os posseiros conforme critérios de divisão estabelecidos pela própria Associação.¹⁷⁹ O mesmo deveria ocorrer com a porção de terras que ainda estavam sob litígio, que também deveria ser entregue a Associação para que esta procedesse

¹⁷⁸ *Terra Livre*, setembro de 1962.

¹⁷⁹ Pelos critérios de divisão de terras estabelecidos pela Associação, cada família deveria receber 103 alqueires de terras, o que equivalia aproximadamente a 500 hectares.

com sua divisão e distribuição entre as famílias de posseiros. Os títulos de posse deveriam ser entregues logo após a realização das demarcações. A comissão ainda expressaria a necessidade de se construir no local duas escolas, um posto médico e solicitava o auxílio do governo para a criação de uma cooperativa de produção e consumo.

No início da década de 1960, funcionava na região três associações de lavradores, a já consolidada Associação de Formoso, e as recém criadas, Associação dos Lavradores de Serra Grande e Associação dos Lavradores de Rodovalho. Os “Conselhos de Córrego” haviam atingido o número de 25, filiando cerca de 2 mil posseiros das quase 10 mil famílias que residiam na região, o que dava um total de 40 a 50 mil pessoas.¹⁸⁰ Trombas continuava, entretanto, como principal local de organização e referência política e administrativa dos posseiros, visto que era sede da Associação dos Lavradores de Formoso.

Rui Facó chama atenção para o fato de que o acordo entre os posseiros e o Governo Mauro Borges representou um inequívoco reconhecimento pelo Estado da vitória dos posseiros sobre os grileiros.¹⁸¹ De acordo com Facó, o acordo foi realizado com a contrapartida de que os posseiros não se engajariam em nenhuma outra luta semelhante que estivesse ocorrendo noutra região. O que podemos empreender do referido acordo foi que ele significou acima de tudo a consolidação da organização autônoma dos posseiros. Resultado de uma acumulação de forças forjada em quase dez anos de luta, a obtenção dos títulos de posse vinha dotar de pleno significado todo esforço dedicado à construção da resistência, desde as primeiras iniciativas de organização e no início da década de 1950, as reivindicações junto a políticos goianos, passando pela várias comissões de posseiros que viajaram à Goiânia para encontrar-se com os sucessivos governadores, até as vitórias nos enfrentamentos armados. Representou ainda, a consolidação da figura social do posseiro, enquanto categoria de trabalhador rural que inseriu nas disputas políticas os significados da *posse direta da terra*, e do *trabalho*, como condição primordial para a legitimação do apossamento.

Os títulos de posse seriam entregues aos posseiros ao longo dos anos seguintes. Em 1962 foram entregues cerca de 200 títulos, e no ano seguinte, seriam assinadas 154 escrituras, entregues por autoridades estaduais, ocasião na qual uma grande cerimônia teria sido organizada em Formoso.¹⁸² A obtenção dos títulos de posse encerrava para os posseiros

¹⁸⁰ FACÓ, Rui. “A Penetração Capitalista no Campo Cria Problemas para a Associação.” In: *Novos Rumos*, 18 a 24 de agosto de 1961.

¹⁸¹ FACÓ, Rui. “Em Trombas e Formoso são os Próprios Camponeses que Fazem a Reforma Agrária.” In: *Novos Rumos*, 21 a 27 de julho de 1961.

¹⁸² “IDAGO entregou escrituras aos posseiros de Formoso e Trombas.” In: *Diário Oficial*, 30 de maio de 1963.

de Formoso e Trombas uma década de luta pela terra e resistência. Entretanto, já não era mais este o único objetivo de luta. A organização dos posseiros havia se ampliado, atingido outros setores da sociedade goiana, articulando-se a outras entidades da sociedade civil. Contavam agora com amplo reconhecimento e apoio de políticos, estudantes, sindicatos urbanos, e um cada vez maior movimento camponês que, tendo-o ajudado a se constituir, trabalhava agora para o seu fortalecimento. Era inegável a influência que os acontecimentos em Formoso e Trombas exercera em Goiás. Também era inegável a ascensão da liderança em todo o estado do camponês José Porfírio. O líder da resistência em Formoso e Trombas despontaria no início da década de 1960 como o principal nome das forças populares em Goiás. Era o período do Governo do Major Mauro Borges Teixeira. Era também o momento em que o movimento camponês em Goiás, e em todo o país, chegara ao ápice de sua organização construída ao longo da década anterior.

3. José Porfírio: de posseiro a *camponês*, de *camponês* a deputado.

As inaugurações de sindicatos rurais eram realizadas com grandes solenidades, em clima de festividades, e invariavelmente contavam com a presença de autoridades estaduais e municipais, dentre as quais, o secretário Érides Guimarães (SETAS), e políticos locais, deputados e vereadores. A presença mais aguardada por ocasião das solenidades de fundação dos sindicatos rurais era a de José Porfírio de Souza. O principal nome da resistência de Formoso e Trombas havia adotado a causa da sindicalização dos trabalhadores rurais como uma das principais bandeiras de sua atuação parlamentar. Auxiliando os camponeses que o procuravam, encaminhando-os aos órgãos competentes, tomando ele próprio as providências necessárias, além de participar como principal orador nas cerimônias de inauguração dos sindicatos, José Porfírio defendia o direito à sindicalização do trabalhador rural como uma das maiores conquistas dos lavradores e trabalhadores agrícolas brasileiros. Nas palavras de Porfírio,

A campanha de sindicalização rural visa, nada mais, do que organizar a grande maioria do povo brasileiro, que reside nas zonas rurais, levando a tomar conhecimento da realidade brasileira e tornando-a, com isso, capacitada a decidir sobre a melhor posição a ser adotada, em determinado instante do processo histórico nacional.¹⁸³

¹⁸³ “JOSÉ Porfírio Alerta Trabalhadores Contra Inimigos da Sindicalização.” In: *Diário Oficial*, 8 de maio de 1963.

José Porfírio foi eleito deputado estadual, nas eleições legislativas de 1962 pela Coligação PSB/PTB. Eleito para a 5ª Legislatura da Assembléia Estadual(1963-1967) com 4.663 votos, Porfírio foi o deputado mais votado da Coligação naquelas eleições e um dos mais votados de Goiás.¹⁸⁴ Sua candidatura enfrentara resistência de grande parte dos políticos goianos. Acusado por opositores da responsabilidades pelas mortes de policiais na época dos confrontos em Formoso e Trombas, o que lhe teria rendido inúmeros processos criminais na justiça de Uruaçu, José Porfírio teve de lutar até os últimos instantes na justiça eleitoral para regularizar sua candidatura e poder concorrer ao pleito. Não possuímos dados concretos sobre as condições nas quais ocorreu a campanha de Porfírio, nem como esta se deu. A imprensa do período não menciona sua realização, atendo-se nas raras vezes em que a cita apenas ao processo na justiça pelo reconhecimento legal da candidatura e à surpresa diante do fato do posseiro ter sido um dos deputados mais votados nas eleições e o primeiro legítimo representante dos camponeses eleito para a Assembléia estadual.

Mesmo não tendo como reconstituir passo a passo sua campanha, podemos supor que ela tenha sido efetivada a partir do aproveitamento da estrutura organizativa existente, que tinha a Associação dos Lavradores do Formoso como principal entidade representativa, articulada a outras associações camponesas e sindicatos urbanos espalhados por todo o estado. José Porfírio já era nessa época uma liderança camponesa reconhecida até fora do país.¹⁸⁵

A despeito de ter sido eleito como deputado da Coligação, formada por dois partidos políticos em aliança com o PSD, José Porfírio era, acima de tudo, um representante dos trabalhadores rurais. Era assim que o próprio se reconhecia e se definia. E era assim que era reconhecido. Essa auto-identificação fica clara, por exemplo, quando o deputado se manifesta por ocasião do rompimento da aliança PSD/PTB, em 1963. Como fora eleito por uma Coligação que reunia o PSB e o PTB, Porfírio argumenta que, embora com o rompimento da aliança a Coligação tenha ido para a oposição, sua postura como deputado do PSB será assumir uma posição de “independência”, “defendendo, intransigentemente, o trabalhador rural”. Falando da tribuna da Assembléia Legislativa, Porfírio afirmaria que,

¹⁸⁴ CAMPOS, op.cit.,p.275.

¹⁸⁵ Porfírio esteve em Cuba pela primeira vez em 1960 a convite de Olinto Meireles. Na ocasião, consta que Fidel Castro teria solicitado a Olinto Meireles que levasse duas lideranças populares de Goiás. Uma delas foi José Porfírio. Ver, *Jornal de Notícias*, 25 de dezembro de 1960 e 31 de janeiro de 1961.

Vim a esta tribuna do povo trazido por eleitores de quase todos os rincões goianos, quase todos os municípios, um voto aqui, outro ali, dois acolá me trouxeram a esta Casa do Povo, trouxeram-me, realmente na esperança de que eu aqui fosse o defensor dos interesses, dos direitos, da honra e da dignidade do trabalhador das classes progressistas e do povo desse grande Estado que é o Estado de Goiás.(...) sou o único deputado que, pela primeira vez, o campo tem um representante com todas as suas falhas, com toda sua fraqueza intelectual, com toda falta de conhecimento, com toda falta de posição definida, mas sou um representante do trabalhador rural quero, de hora em diante, seguir o caminho que aqueles que depositaram o seu voto em mim com a esperança de que eu aqui viesse defender(...) tenho que falar porque não se resolve o problema, porque não são atendidas as reivindicações do trabalhador, porque os trabalhadores têm sido esquecidos pelos Poderes Públicos, e nunca se conseguiu em nenhuma fase da história da sua vida, principalmente no Brasil que o trabalhador tenha tudo aquilo que ele necessita, tudo que ele precisa. Acho que não estou desertando do PTB, quero apenas ter uma representação independente. Eu quero falar sem que ninguém venha me olhar se estou ligado a este ou aquele partido. Quero defender o trabalhador rural, defender as classes progressistas e defender os estudantes.¹⁸⁶

A tentativa de apresentar-se como um político *independente*, representante legítimo dos interesses dos trabalhadores rurais e das “classes progressistas”, seria uma marca da curta atuação parlamentar de Porfírio. O deputado foi um parlamentar atuante, sempre intervindo nos debates travados sobre medidas tomadas pelo Governo Mauro Borges em relação ao campo, ora se posicionando a favor, ora, em “defesa dos interesses dos trabalhadores rurais”, se posicionando contra. Com um discurso simples, mas objetivo quanto aos seus anseios, Porfírio esteve presente em quase todas as sessões entre janeiro de 1963, quando assumiu o mandato, até abril de 1964, quando foram cassados os seus direitos políticos.

Analisando os discursos proferidos pelo deputado José Porfírio na Assembléia Legislativa goiana durante esse período, pudemos constatar que a temática de suas intervenções tinha sempre o “trabalhador rural” como finalidade. Denunciando as precárias condições de vida e trabalho das camadas pobres do campo, defendendo seu direito à terra, reivindicando a ação do Poder Público em favor daqueles que o haviam eleito, as falas de Porfírio concentravam-se em duas frentes, para ele indissociáveis: a “Reforma Agrária” e a sindicalização do trabalhador rural. Sua concepção de *reforma agrária* baseava-se primordialmente na distribuição da terra aos trabalhadores que já estavam nela. Esse deveria ser o “primeiro passo” a ser dado, logo seguido da distribuição de terras a trabalhadores que,

¹⁸⁶ *Diário da Assembléia do Estado de Goiás*, sessão de 3 de julho de 1963.

não estando ainda no campo, nele quisessem trabalhar. Segundo posição defendida na tribuna, Porfírio afirmaria que,

Continuo com meu ponto de vista de que, para se iniciar uma reforma agrária, primeiro temos que amparar quem trabalha na terra, depois levar para a terra quem nela quiser trabalhar. Esse é o primeiro passo, porque enquanto estiver faltando terra, e o dono da propriedade tirando quem nela está produzindo, não estamos caminhando para a reforma agrária, estamos caminhando para um problema social que os Senhores sempre se referem, o problema da agitação. Enquanto caminharmos por esse caminho, a agitação continua e continuará cada vez mais. Mas, caminhando para o problema sério, que é o de manter o homem na terra, dar solução para esse problema, quer dizer que está pelo caminho certo, caminho reto que vai solucionar este angustiante problema, que é sindicalizar e amparar quem trabalha e produz.¹⁸⁷

Sua defesa intransigente de um projeto de *reforma agrária* que começasse pela distribuição de terras devolutas aos trabalhadores rurais que já estavam no campo, colocou-o na oposição às medidas de colonização através dos Combinados Agro-Urbanos elaboradas pelo IDAGO. Embora fizesse questão de ressaltar que apoiava o Governo Mauro Borges, e que o trabalhador do campo continuava acreditando no Governador, Porfírio criticava o encaminhamento da política agrária do Governo, principalmente no que dizia respeito à distribuição de terras, medida que era repelida pelo próprio Mauro Borges. Indagado na tribuna por um aparte feito pelo dep. Olinto Meireles(UDN), se acreditava nas palavras do Governador quando este afirmava que tinha “adotado uma nova política agrária”, Porfírio se pronunciou dizendo que,

Já falei nisto várias vezes, que uma das melhores reformas agrárias é manter onde está trabalhando o homem que cultiva a terra e garantir a terra para ele trabalhar, contanto que lhe garanta o direito e a manutenção no lugar onde ele está radicado, quer seja ou não fazendeiro, não importa eum seja. Se S. Exa. O Sr. Governador do Estado, através do IDAGO, garantir terra para quem já está morando nela, já é uma reforma agrária.¹⁸⁸

Em seguida, após novo aparte do dep. Olinto Meireles, que advertiu Porfírio de que não era aquele o mesmo pensamento do Governador, o líder camponês afirmaria:

¹⁸⁷ *Diário da Assembléia do Estado de Goiás*, 2 de julho de 1963.

¹⁸⁸ *Ibidem*.

(...) eu, para mim não aconselharia o Sr. Governador Mauro Borges a criar o Combinado Agro-Urbano, mas é uma iniciativa nova no Estado, é uma experiência adquirida em País estrangeiro. Apenas insisto para que ele garanta a terra ao homem que está radicado nela. Se o Sr. Governador quiser dividir para quem está morando, e a terra excedente para quem quiser trabalhar, ele vai fazer muito mais do que o Cobinado Agro-Urbano de Arraias. É minha opinião pessoal(...) esse trabalhador, que vem esperando a quanto tempo a solução do problema da terra no Estado de Goiás, vê, agora, última esperança de receber o seu quinhão de terra diluída pelo próprio Combinado, pelo próprio Governador. São esses absurdos, são estas injustiças, são esses atos que vão, somados às demais injustiças praticadas pelos nossos governantes, são esses atos, essas injustiças que vão provocando a revolta do povo que luta dia e noite para ver os seus problemas solucionados.¹⁸⁹

A defesa enfática e recorrente da necessidade de mudanças que contemplassem primeiramente os trabalhadores rurais que já estavam produzindo na terra, tinha sido durante toda a década de 1950, ainda que inicialmente não estivesse sob o rótulo de *reforma agrária*, a principal reivindicação de José Porfírio e dos posseiros de Formoso e Trombas. Esse era um tema caro ao camponês, que havia forjado sua liderança na linha de frente da luta pela terra no estado. Ao manifestar-se em nome dos trabalhadores do campo a favor de uma *reforma agrária* distributivista, Porfírio utilizava o espaço da Assembléia Estadual como um *novo campo de batalha*. Dessa forma, *ampliava* os espaços de luta, uma luta que agora não era apenas a luta dos posseiros de Formoso e Trombas, mas sim uma luta dos camponeses de Goiás e do Brasil.

Outro tema recorrente nos discursos do camponês-deputado foi a sindicalização rural. Nesse quesito José Porfírio atuava lado a lado com a SETAS e com setores do Governo que se dedicavam à criação de sindicatos no campo. Para Porfírio, a sindicalização do trabalhador rural sinalizava uma “nova etapa” das lutas camponesas em Goiás, que iria “levar a ele[o camponês] o que ele há muitos anos vem esperando”. Segundo o deputado, a criação de sindicatos rurais proporcionaria aos trabalhadores um espaço “onde discutir os seus problemas”, “onde se representar”, e principalmente, dar todas as condições para que estes trabalhadores pudessem *escolher* seu próprio destino. Porfírio compreendia a sindicalização como um projeto de *politização* dos camponeses, que uma vez organizados, poderiam encaminhar suas próprias reivindicações.

¹⁸⁹ Ibid.

O meu ponto de vista é organizar o trabalhador para, depois de organizado, ele saber quem são os seus amigos, qual a autoridade que merece o seu apoio, em qual autoridade devem votar e quem devem conhecer como autoridade. Se esse trabalhador, depois de organizado, depois de educado convenientemente, depois de mostrado qual o dever do trabalhador para com o Governo e com as autoridades, eles saberão perfeitamente conhecer quem defende os seus interesses.¹⁹⁰

Justificando ainda a necessidade imediata de um amplo esforço para a sindicalização dos trabalhadores do campo, Porfírio diria que,

O trabalhador sempre foi um oprimido, o trabalhador sempre teve na justiça, sempre teve no Brasil aquilo que é mais desagradável, que é o direito de viver, falar, locomover e se organizar. Isto já foi conseguido. O operário já conseguiu os seus sindicatos, os industriais já conseguiram as suas associações, os bancários já têm o seu sindicato, todas as outras camadas já se organizaram; agora, é o camponês, que tem sido o esteio da produção, que leva aos mercados das cidades o alimento, muitas vezes para quem lhe oprime, o lavrador, que tem esperado séculos e anos a fio para conseguir uma saída para seus problemas e angústias.¹⁹¹

Não por acaso, e por motivações inteiramente opostas, essa era também uma preocupação das frações dominantes rurais no estado. Posicionando-se contrária à organização dos trabalhadores em sindicatos, a oligarquia latifundiária de Goiás organizou-se em defesa de seus interesses criando “frentes agrárias” e combatendo violentamente as tentativas de fundação de novos sindicatos. Num desses episódios, o próprio José Porfírio seria vítima da ação dos latifundiários. Foi por ocasião da criação de uma associação de trabalhadores rurais no Canal de São Simão, localizado na divisa de Goiás com o estado de Minas Gerais. Naquela localidade os trabalhadores ainda não estavam organizados em nenhuma associação, e não seria possível criar ali um sindicato devido a exigência legal da necessidade de que os sindicatos representassem um categoria específica de trabalhador. No Canal de São Simão havia várias categorias de trabalhadores rurais, o que para esse caso era preferível a criação de uma associação, que congregaria as diversas categorias sob uma mesma organização.

Porfírio iria até a região como representante do Governador, ocasião na qual levava um cartão do próprio recomendando-o ao prefeito local. Não encontrando o prefeito, Porfírio reuniu-se com um Secretário municipal que se negou a convocar as autoridades locais para

¹⁹⁰ *Diário da Assembléia do Estado de Goiás*, 9 de julho de 1963.

dar prosseguimento ao processo de organização da associação de trabalhadores rurais. Uma comissão composta de fazendeiros e latifundiários da região teria exigido que Porfírio se retirasse num prazo de 10 minutos e deixasse o Canal de São Simão. Mesmo afirmando que sua viagem estava sendo realizada em nome do Governador do Estado, Porfírio foi hostilizado pelo grupo que manifestou-se dizendo que sua presença era “indesejável”.

Esse episódio demonstraria às forças políticas goianas favoráveis ao processo de sindicalização rural que a tarefa não seria fácil. Ao contrário, várias foram as dificuldades, ainda que grande contingente de trabalhadores rurais e partidos políticos estivessem comprometidos com a campanha. Para os setores tradicionais da oligarquia latifundiária goiana, o Governo do Estado patrocinava a desordem ao incentivar a sindicalização e ao patrocinar encontros e reuniões de trabalhadores rurais. O descontentamento que a criação de sindicatos rurais causava aos setores latifundiários de Goiás não ficava apenas nas ameaças e intimidações. Houve casos em que por muito pouco não ocorreram levantes armados organizados por grandes fazendeiros. Esse foi, por exemplo, o caso do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Piracanjuba. Determinados a não permitir a entrega da carta sindical aos camponeses de Piracanjuba, os grandes proprietários de terras da região mobilizaram-se em armas e forçaram o adiamento das solenidades, que seriam transferidas para outra localidade em outra data.¹⁹²

O deputado José Porfírio não deixou de se manifestar também sobre questões de repercussão nacional. Acompanhado os debates na Assembléia Legislativa goiana por ocasião do polêmico episódio no qual o presidente João Goulart requisitou junto ao Congresso Nacional a decretação do “estado de sítio”, em outubro de 1963, pudemos verificar que José Porfírio foi em Goiás uma das vozes mais enérgicas contra a iniciativa de Jango. Inspirado pelo dispositivo militar, Jango agia, a princípio, sob o pretexto de buscar a estabilidade política, o que pressupunha refrear a forte oposição do então Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e de setores militares que se opunham aos rumos de seu Governo. Havia também a crescente preocupação com as inquietações no campo, assolado no período por inúmeras agitações camponesas.¹⁹³

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ver *Folha de Goiás*, 22 de julho de 1963.

¹⁹³ Luiz Carlos Prestes dá uma outra interpretação sobre os reais motivos por traz da atitude de João Goulart. Segundo o dirigente comunista, “(...) quando li o projeto, compreendi, imediatamente, que o estado de sítio era contra nós. Interpretei naquele jogo uma tentativa de Jango de romper com o movimento sindical, com as forças populares e com o nosso partido. O que Jango queria? Queria agir independente de nós e da CGT.” MORAES, Dênis de. & VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997. pp.209-210.

Em mais de uma oportunidade José Porfírio subiu à tribuna para discursar em oposição à atitude tomada pelo presidente da República. Em seus discursos, Porfírio considerava que tal medida era extremamente “antidemocrática”, de “exceção” e que não deveria contar com o apoio dos trabalhadores. Essa mesma visão era amplamente compartilhada por organizações de trabalhadores, partidos de esquerda e estudantes, em nível nacional, dentre os quais o Comando Geral dos Trabalhadores(CGT) e a União Nacional dos Estudantes(UNE), ambos sob a influência direta do PCB. Pela sua proximidade com esses setores, principalmente com o PCB, partido ao qual estava vinculado e que na ocasião realizou intenso trabalho de mobilização contra a atitude de Jango, e pela virulência com que se manifestou na tribuna, é bem provável que Porfírio tenha recebido alguma orientação do partido no sentido de denunciar incisivamente o “estado de sítio”. Numa dessas manifestações, o deputado e líder camponês assim se pronunciou:

Mais uma vez o Brasil se defronta com a crise no setor da Presidência da República, a bem dizer na administração nacional. O pedido que S.Exa. o Sr. Presidente da República, em mensagem dirigida ao Congresso Nacional, solicitando o estado de sítio, parece-me que o Presidente da República deixou de ouvir aquelas forças dos trabalhadores que realmente o levaram à Presidência, dada a circunstância que ele assumiu a Presidência da República.(...) nós , os trabalhadores agrícolas do Brasil, não podemos de maneira alguma concordar com medidas de exceção.(...) não é possível que nós os representantes do povo nessa Casa também deixemos de manifestar a nossa discórdia no estado de sítio porque o que representa o estado de sítio não são as reformas de base de que tantas vezes S.Exa. o Sr. Presidente da República falou que estava disposto a realizar como se fosse a reforma agrária, a reforma bancária, a reforma educacional(...).¹⁹⁴

Mais adiante Porfírio faria um interessante alerta a Jango. Segundo o deputado, o Presidente não deveria subestimar o apoio que tinha por parte dos trabalhadores. Em nova crítica ao “estado de sítio”, Porfírio aproveitava para colocar o trabalhador em primeiro plano, chamando a atenção para problemas como o alto preço dos alimentos e a falta de moradia, condicionando a própria permanência de Jango na Presidência graças ao apoio que recebia das classes trabalhadoras. Nas palavras do deputado:

Não é com decretação de estado de sítio que a carne vai abaixar de 500 cruzeiros, não é com decretação de estado de sítio que o arroz vai baixar de 200 cruzeiros, não é com decretação do estado de sítio que quem não tiver casa vai adquirir casa para morar. Isso é

¹⁹⁴ *Diário da Assembléia do Estado de Goiás*, 7 de outubro de 1963.

tapeação, é para mais uma vez frear os trabalhadores nos seus direitos conquistados.(...) Então, eu acredito que o ato do Sr. Presidente da República em querer solucionar reformas de base com o decreto do estado de sítio, ele está querendo se suicidar. Isso é que a certeza(sic), porque ele vai perder o principal apoio. Felizmente, aquele apoio que os trabalhadores já lhe deram, vai mais uma vez conquistar aquela confiança e retirar aquela correspondência, aquele pedido de estado de sítio, porque o Sr. Presidente da República, se lhe faltar o apoio daqueles que lhe levaram à Presidência, ele não fica no poder muitos dias. Os grupos econômicos do Brasil jamais vão manter o Sr. João Goulart no poder. Se ele quebrar a unidade entre ele e os trabalhadores, não pode se manter como Presidente da República.¹⁹⁵

Esse trecho do discurso de Porfírio é extremamente revelador de como o líder camponês compreendia as lutas políticas do período e de qual o papel que estava reservado aos trabalhadores, categoria a qual o deputado se incluía. José Porfírio acreditava que eram os trabalhadores quem compunham a base de sustentação do Governo João Goulart. Essa visão não estava desprovida de fundamento concreto, posto que o próprio Porfírio ao lado de amplos setores do campesinato goiano e de trabalhadores urbanos havia participado ativamente da “campanha da legalidade” em Goiás, durante os momentos conturbados de 1961, episódio que deu visibilidade ao Governador Mauro Borges, um dos principais defensores da legitimidade de Jango, então Vice-Presidente, assumir a Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros.

A atuação parlamentar do líder camponês José Porfírio ocorreu num momento em que as lutas em Formoso e Trombas haviam atingido um novo estágio. A principal reivindicação dos posseiros da região, motivo pelo qual tiveram que organizar a resistência armada durante quase toda a década de 1950, já havia sido conquistada. Ainda que tivessem que garantir na prática essa conquista, o fato é que a obtenção dos títulos de posse da terra forçaria novas estratégias de luta por parte da Associação dos Lavradores do Formoso. Nesse momento, a luta pela terra havia transposto as fronteiras da região e já convertera Formoso e Trombas num exemplo para outras organizações camponesas em todo o estado. O perigo que representava a conquista dos títulos de posse por posseiros que haviam lutado de armas na mão abria um temível precedente que atemorizava as classes dominantes agrárias em Goiás. Não por acaso, o Governo Mauro Borges iria se apropriar desse fato para utilizá-lo como propaganda de seu Governo, convertendo o resultado de uma luta feroz de conquista da terra numa *benesse* concedida por ele ao posseiros. O episódio de Formoso e Trombas passaria então por uma *apropriação oficial*, cuja preocupação residia

¹⁹⁵ Ibidem.

principalmente na tentativa de domesticar a luta pela terra no estado ao propor que somente seria concedida terra a quem dela necessitasse se fossem seguidas as recomendações e direções apontadas pelo Governo. Formoso e Trombas surgiria então como um *exemplo*. Mas não mais um exemplo de agitação no campo. Fora convertido num *exemplo* de “solução pacífica” para a questão da terra em Goiás. Desta feita, perderia seu caráter violento de resistência, passando a figurar como prova de que o Governo estava disposto a olhar pelos trabalhadores rurais.

4. O Golpe de 1964: uma *outra* resistência.

Quando na madrugada de 1.º de abril de 1964 o movimento civil-militar consolidava o golpe com o deslocamento de tropas militares para depor o Presidente João Goulart, as forças políticas dominantes em Goiás já preparavam o terreno para o “desfecho final”. Na noite do dia 31 de março, o Governador Mauro Borges faria um pronunciamento à nação com duras críticas a Jango e dando total apoio ao movimento civil-militar que deporiam o Presidente. Segundo as palavras contidas no “Manifesto”, o Governador começava criticando a indisciplina nas forças armadas e o respeito à hierarquia militar, o que somente seria possível se fosse constituído um “Governo com autoridade forte(...)”, e terminava dirigindo-se ao Presidente, afirmando que “nós, os goianos e os brasileiros aqui residentes, que pegamos em armas para a defesa dos seus direitos em agosto de 61, as empunharemos outra vez para que ele não faça desse grande País, uma ‘Casa Grande’ onde ele quer ser o Patrão.”¹⁹⁶

O apoio de Mauro Borges às forças golpistas revelava uma mudança significativa na percepção que o próprio Executivo goiano tentara imprimir ao longo de sua administração. O fato de maior relevância, que renderia significativo capital político a Mauro Borges, tornando seu nome conhecido em todo o país, ocorrera justamente por ocasião da participação do governador goiano na campanha pela legalidade da posse de João Goulart, onde teve atuação destacada ao lado de Leonel Brizola.¹⁹⁷

Segundo Reginaldo Lima de Aquino, o apoio dado por Mauro Borges a Jango deve ser relativizado.¹⁹⁸ Na interpretação do autor, nunca existira um acordo premeditado entre

¹⁹⁶ *Manifesto à Nação*, 31 de março de 1964. Apud. BORGES, Mauro. *O Golpe em Goiás: história de uma grande traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. pp.192-193.

¹⁹⁷ Ver: *Manifesto de 28 de agosto de 1961*. Apud. Ibidem. pp. 179-182.

¹⁹⁸ FERNANDES & AQUINO, op.cit.pp.302-304.

Mauro Borges e Leonel Brizola para apoiar Jango, nem por ocasião de sua posse nem posteriormente durante seu governo. Para Aquino, ocorrera uma “coincidência”, o que implicaria numa total falta de compromisso de Mauro Borges com o Presidente. Prosseguindo, o autor vê um certo ressentimento do Governador goiano pelo fato de Jango jamais ter demonstrado qualquer gratidão pelo apoio recebido, o que se expressava na falta de colaboração e apoio político do Governo Federal para com o Estado de Goiás. O fato é que o Governador Mauro Borges havia se integrado ao esquema de conspiração que deflagraria o golpe muito antes de março de 1964.

Do lado das classes trabalhadores a repressão não se fez tardar logo que o golpe se consolidara. Houve uma série de intervenções nas associações rurais e sindicatos, seguidas de prisões e torturas de várias lideranças por todo o estado de Goiás. Como não poderia deixar de ser, Formoso e Trombas foram os alvos mais visados pela repressão, o que desencadeou uma fuga maciça de seus principais líderes. Segundo Paulo Cunha, chegou a formar-se em Formoso a mobilização de um grupo que reunia quadros do PCB e posseiros que haviam participado das lutas desde a década de 1950, dispostos a organizar uma resistência em face do golpe e do perigo iminente de uma intervenção militar na região. Ainda segundo o autor, diante da definição da situação a favor das forças organizadas que desencadearam o golpe, os comunistas optam pelo recuo, deixando frustradas as expectativas do grupo ligado a José Porfírio, que defendia a resistência armada contra os militares.¹⁹⁹ Em entrevista a Paulo Cunha, o militante comunista José Ribeiro sintetiza aquele momento de indecisão:

Foi um choque muito grande mas não teve resistência. Agora o Zé Porfírio, ele veio e ele queria levantar aqui... mas nós não topamos não, o povo não topou e nem o partido não topou. Houve discussões duras mesmo, chegou isolar as armas que tinha, o partido chegou a tirar elas, esconder para que ele não tivesse acesso a elas, para ele não fazer besteira.²⁰⁰

O próprio Porfírio confirmaria a tentativa frustrada de organizar uma resistência armada contra os militares a partir de Trombas. Segundo o líder camponês,

Fui para Trombas onde pensava oferecer resistência armada. Lá, chamei “Geraldão” e determinei-lhe que reunisse alguns homens, para com eles discutirmos a conveniência ou não da resistência. Enquanto isso eu permaneci escondido. Mas “Geraldão” não

¹⁹⁹ CUNHA, op.cit.pp.241-242.

²⁰⁰ Ibidem. Apud. p.217.

cumpriu as ordens, recusando-se, inclusive, a entregar-me o armamento existente em Trombas. “Geraldão” acabou escondendo-se de mim. Foi, então, receoso de ser preso, que fugi para Balsas, no Maranhão.²⁰¹

Diante das discordâncias quanto a organizar uma resistência ou cair na clandestinidade, a segunda alternativa acabou sendo aquela adotada pela maioria, já que entendia-se que naquele momento, ainda que contassem com armamento, a desproporção de forças tornaria qualquer tentativa de permanecer na região num desastre de fins previsíveis. José Porfírio fugiria para o Maranhão, onde permaneceria por um longo tempo. Passados alguns anos na clandestinidade, em 1968 aproxima-se novamente das lutas no campo passando a atuar junto da Ação Popular(AP) na tentativa de preparar bases camponesas em todo o país. Porfírio, entretanto, não fica muito tempo na AP, acompanhando uma dissidência que dá origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores(PRT). Em 1972 José Porfírio é preso na Fazenda Angelical, no município de Riachão, no Maranhão, após ser entregue por um fazendeiro para o Polícia Federal.²⁰² Porfírio foi levado para o Batalhão da Polícia do Exército, em Brasília, onde ficou preso até 8 de junho de 1973. Segundo Manoel Porfírio, filho do líder camponês, seu pai teria ido para o Batalhão do Exército no dia 1.º de janeiro de 1972, permanecendo preso “até ser condenado pela Auditoria da 11.ª Circunscrição da Justiça Militar, em 27 de fevereiro de 1973”, ocasião na qual foi condenado a seis meses de reclusão.²⁰³ Em abril de 1973, recorrendo da sentença junto ao Superior Tribunal Militar, a advogada de José Porfírio, Elizabeth Diniz Martins Souto, conseguindo que fosse expedido o alvará de soltura antes mesmo do julgamento do recurso. A última vez em que Porfírio foi visto é assim reconstituída em *Cinco de Março*:

Às 13 horas do dia 8 de junho, finalmente Porfírio foi solto, indo almoçar no apartamento de sua advogada. Lá, ele disse que pretendia vir até Goiânia, rever parentes, mas não tinha o dinheiro para comprar as passagens. A advogada lhe emprestou dinheiro e falou para ele ir de taxi até a rodoviária(..) esta foi a última vez que foi visto vivo, tendo, a partir daí, desaparecido misteriosamente.²⁰⁴

²⁰¹ *Cinco de Março*, 7/8 a 13/8 de 1972.

²⁰² “FILHO de Porfírio diz que Governo é Responsável pelo Desaparecimento de seu Pai.” In: *Cinco de Março*, 8 a 14 de outubro de 1979. Divisão Central de Informações do Departamento de Ordem Política e Social(DOPS) do Estado de Goiás.

²⁰³ *Ibidem*.

²⁰⁴ *Id.*

José Porfírio jamais seria visto, vivo ou morto, após este dia. Seu nome consta hoje da lista oficial de mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar brasileira.

Com a fuga das principais lideranças e a intervenção militar na região, a Associação dos Lavradores do Formoso, símbolo maior da organização e resistência dos posseiros por quase uma década e meia, deixou de existir, e no lugar do prefeito de Formoso, eleito entre os posseiros, foi designado pelos militares um interventor para a comandar a Prefeitura.

Com o fim da Associação e da fuga e prisão de seus principais nomes, houve uma crescente desestruturação da vida e do trabalho na região. As famílias que continuaram nas terras não conseguiriam reproduzir nem de longe o ritmo organizacional pelo qual estavam estruturados desde que a Associação constitui-se como efetivo governo na região. A falta de controle quanto as formas de apropriação das terras, perseguidas pela Associação enquanto preocupação maior de realizar uma distribuição eqüitativa das glebas, permitiu que crescentemente fosse alterada a configuração espacial da região, convertendo gradualmente em médias e grandes propriedades as outrora pequenas posses. O processo de concentração de terras deveu-se em muito à total falta de uma política agrícola para a região, fator que forçariam a saída de muitos posseiros obrigados a vender suas posses.²⁰⁵ Até mesmo áreas regularizadas cujos títulos de posse haviam sido conquistados durante o Governo Mauro Borges foram revogadas pelos militares no decorrer do golpe de 1964.

Segundo Janaína Amado, somente em 1981 o Supremo Tribunal reconheceria e tornaria definitivamente legais os títulos de propriedade dos posseiros.²⁰⁶ Formoso e Trombas já não eram nessa época a mesma região que havia sido habitada por famílias de posseiros organizados e esperançosos. Os anos de chumbo haviam destruído toda estrutura organizativa construída durante os anos de existência da Associação. A presença cada vez maior de grandes e médias propriedades converteria em memória o *tempo dos posseiros* de Formoso e Trombas.

²⁰⁵ Ibidem.p.243.

²⁰⁶ AMADO, op.cit.p.54.

CONCLUSÃO:

A experiência histórica de luta pela terra e resistência organizada pelos posseiros de Formoso e Trombas é sem sombra de dúvidas um dos capítulos mais significativos das lutas populares no Brasil. Nela encontramos um riquíssimo e diversificado repertório de práticas e elementos que conjugados no processo de construção e condução das lutas ressaltam o caráter dinâmico e extremamente vigoroso que emerge das experiências de lutas populares quando estes resolvem, mesmo que por um breve instante, ignorar o estado de submissão ao qual estão secularmente condenados e emergem como protagonistas históricos de experiências autônomas de luta.

Esta dissertação procurou dar conta das estratégias de resistência encampadas pelos posseiros de Formoso e Trombas, entendidas como o conjunto de práticas e formas de organização que vão desde o percurso das migrações até o momento imediato do pós-golpe civil-militar de 1964. Observando de perto as variadas estratégias de resistência dos posseiros de Formoso e Trombas, bem como os argumentos utilizados para justificar suas ações, foi possível afirmarmos que a *ampliação dos espaços de resistência* para além do local imediato dos conflitos armados – passando os posseiros a utilizarem a imprensa como espaço de luta; o parlamento através da mediação de políticos aliados e posteriormente pela representação direta com José Porfírio atuando como deputado estadual; a extensa rede de solidariedade impulsionada pela militância comunista e que se estenderia para além do estado de Goiás – implicou numa luta muito intensa e sempre presente que revelou o desejo pela conquista de uma *autonomia*. Autonomia que não deve ser, entretanto, confundida com *isolamento*.

Ao falarmos de *autonomia*, entendendo-a em sua relação com o *movimento* de resistência, podemos afirmar que ela também é *processo, luta, ação*. É constituída pela defesa de um *saber próprio*, um saber forjado na experiência de vida e trabalho, dotados de uma noção compartilhada de significados, com seus próprios ritmos e disponibilidades. É, portanto, uma *ação* realizada em nome de um desejo manifesto e percebido como um *direito de tomar decisões*.

Prova de que o desejo de *autonomia* contido na resistência dos posseiros de Formoso e Trombas não deve ser compreendido como uma busca pelo *isolamento* numa área inacessível e incomunicável, é o fato verificado de que ela não se constituiu num fim em si mesmo. Ao

contrário, articulada ao processo global da resistência, a consolidação da autonomia conquistada através do processo de luta pela terra durante a década de 1950, foi condição necessária para a ampliação de conquistas. Nesse sentido, ela é menos o resultado último das lutas do que a base na qual reside o ponto de partida para a ampliação das conquistas. Para o camponês de Formoso e Trombas, a *autonomia* estava na posse da terra. Dessa forma, a própria *autonomia* implicou numa conquista na medida em que permitiu ao camponês concretizar ações coletivas de contestação e intervenção políticas e “fazer-se” classe no processo de luta.

As questões discutidas nesta dissertação tiveram o intuito de contribuir para o debate acerca da construção da resistência dos posseiros de Formoso e Trombas, e do campesinato em linhas gerais, ao processo de avanço das relações capitalistas no campo e as contradições relativas a esse processo. Nosso foco esteve no *conflito*, entendido como momento revelador das contradições e de sua percepção negativa, vivida como exploração, pelo campesinato. Pensar as ações desencadeadas pela resistência dos posseiros de Formoso e Trombas frente ao avanço de relações capitalistas no campo a partir do momento em que *experimentam* de forma negativa essas relações, significa ir além de uma luta que apenas pretendesse uma *acomodação suportável* ao sistema dominante na busca por um *lugar ao sol* num capitalismo menos injusto.

Ainda que este aspecto faça parte do cotidiano das lutas, posto que para se manterem vivos e em condições de lutar não podem abrir mão de se adequarem de alguma forma às regras do *status quo* dominante, ele não deve ser naturalizado e convertido em possibilidade única. Essa perspectiva de análise se detém apenas nos aspectos de sobrevivência dos sujeitos dominados, ficando de fora quaisquer possibilidades de se admitir uma potencialidade questionadora nesses sujeitos que possa, na medida em que vivenciam concretamente sua condição dominada, levá-los a construir projetos contra-hegemônicos de sociedade.

O princípio de que a experiência histórica dos posseiros de Formoso e Trombas consistiu numa luta de *resistência ampliada* norteou todo o nosso trabalho. Assumindo tal postura analítica, compreendemos que ao não abrir mão de nenhuma forma de luta, atuando tanto pelas armas quanto fazendo uso de espaços tidos como *legais*, os posseiros puderem converter em estratégias de resistência um variado repertório de práticas de luta. Dessa forma, ao realizar um balanço historiográfico no Capítulo I, concentramos nossa crítica na maneira como os autores que se dedicaram a estudar o tema conceberam as relações estabelecidas entre os posseiros de Formoso e Trombas e os *agentes* que estiveram presentes nas lutas deflagradas na região. O ponto central de nossa crítica consistiu na recusa em atribuir um

“salto qualitativo” na organização e luta dos posseiros somente após a atuação de quadros do PCB destacados para o cenário dos conflitos. Entendendo que as lutas em Formoso e Trombas, bem como a *politização* dos posseiros, não devem ser reduzidas ao “depois” da chegada dos comunistas, sendo o “antes” desprovido de *qualidade* por supostamente carecer de *traços políticos* que demandam uma intervenção *externa* de agentes *politizados*, tentamos demonstrar que a conscientização deu-se como resultado de um longo processo que não deve ser divorciado das experiências trazidas pelas próprias famílias de lavradores antes mesmo de abrirem posse na região. Nesse sentido, o trajeto das migrações e a perspectiva de que haviam logrado a conquista da terra ao se estabelecerem numa área reconhecida como devoluta, consistiu num poderoso fermento de obstinação que marcaria positivamente os primeiros anos de conflitos.

Defendemos que apenas através da resistência armada, apesar de extremamente importante no processo de luta *ampliada*, não seria possível os posseiros conquistarem suas posses e construir uma estrutura organizativa tal qual a Associação dos Lavradores do Formoso. Foi a partir dessa constatação que nos esforçamos para abordar outros espaços de resistência. A imprensa mereceu destaque em nossa análise por ter se constituído numa importante *trincheira* onde se desencadeou uma vigorosa *luta de representação* que conjugada à luta armada nas trincheiras da mata possibilitou aos posseiros alcançar apoio e legitimidade para suas reivindicações de significativos setores da sociedade goiana. Tal como as refregas nas matas de Trombas, os embates na imprensa jamais foram tranqüilos. De um lado, uma cada vez mais aguerrida pressão de setores das classes dominantes dispostos a *ganhar* a opinião pública para seu projeto de intervenção na região, vivendo a expectativa de que o Exército mandaria tropas e finalmente daria um fim às temidas “agitações comunistas”. Do lado dos posseiros, uma luta pela construção de uma *representação social* que se servia de um repertório simbólico que ressaltava valores como *honestidade, trabalho e paz*. Mediando essas imagens a inabalável convicção de que lutavam por um *direito*, enfim, que lutavam por uma causa *justa*.

Todo movimento social tem a capacidade de produzir *efeitos pedagógicos* a partir da experiência concreta vivenciada por homens e mulheres no decorrer do processo de luta. Tais *efeitos* são recuperados, apropriados e disseminados por movimentos subseqüentes. A produção simbólica de formas e conteúdos gestados na vida material fazem parte do acúmulo de aprendizagem adquirido seja através da vivência direta de lutas políticas ou por meio das práticas cotidianas de sobrevivência. Os *efeitos pedagógicos* que uma experiência como a dos posseiros de Formoso e Trombas foi capaz de produzir ainda não foram devidamente

medidos. Talvez jamais sejam. No entanto, é possível afirmar ao nos depararmos com uma realidade rural cuja estrutura fundiária concentradora de terras converteu-se em *modelo* de uma *moderna* agricultura capitalista que consagra o agronegócio como único caminho viável para o campo, somos levados a admitir, ainda que consternados, que a *luta pela terra* por parte das camadas subalternizadas do campo, hoje largamente defendida por meio da luta pela realização da reforma agrária, segue seu curso conflituoso de vitórias e derrotas, avanços e recuos, numa conjuntura que embora se diferencie significativamente daquela abordada em nossa pesquisa, guarda profundas e inalteráveis permanências. A criminalização dos movimentos sociais rurais e a impunidade da violência cometida contra aqueles que ousam levantar-se contra ela ainda se constituem em capítulos inacabados da história agrária brasileira.

BIBLIOGRAFIA:

- ABREU, Sebastião de Barros. *Trombas: a Guerrilha do Zé Porfírio*. Brasília, Goethe, 1985.
- _____. *De Zé Porfírio ao MST. A luta pela terra em Goiás*. Brasília, André Quicé Editor, 2002.
- AMADO, Janaína. *Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil*. Resgate, n.5, Centro de Memória-Unicamp, Campinas, 1993.pp.47-59.
- AMADO, Wolmir Therezio. *A Igreja e a Questão Agrária no Centro-Oeste do Brasil(1950-1968)*. Goiânia: UCG, 1996.
- AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. *A Questão Agrária e o Capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- AUGUSTO, Ubirajara José. “Educação e Movimentos Sociais”. In: *Inter-Ação – Revista da Faculdade de Educação da UFG*, 29 n.2, Goiânia: julho/dezembro de 2004. pp.187-209.
- AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BECKER, Berta. *As Migrações Internas no Brasil*. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, n.2, ano 30, abril/junho de 1968.
- BERTRAN, Paulo. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Editora Oriente, 1978.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política. Vol. II*. Brasília, Unb, 2000.pp.1114-1116.
- BORGES, Barsanufu Gomides. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: Col. Documentos Goianos, UFG, 1990.
- _____. *Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930-1960*. Goiânia: UFG, 2000.
- BORGES, Mauro. *O Golpe em Goiás*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CAMPOS, Francisco Itami. *O Legislativo em Goiás. Vol.3, Perfil Parlamentar II(1947-2003)*. Goiânia: Assembléia Legislativa de Goiás, 2002.
- _____. *Questão agrária: Bases sociais da política goiana(1930-1964)*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1991.
- _____. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: UFG, 1987.

- CANESIN, Maria Tereza. *Formas de Organização Camponesa em Goiás, 1954-1964*. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1982.
- _____. “A Questão Agrária, o Sindicalismo Rural e a Educação de Base na Perspectiva da Igreja Católica em Goiás no Início dos Anos 60.” In: *Inter-Ação – Revista da Faculdade de Educação da UFG*, n.9-10, jan/dez. de 1985-86. pp.59-75.
- _____. “Organização Camponesa em Goiás nas Décadas de 1950/1960 e os Sinais de Novas Práticas Educativas nos Atuais Movimentos Sociais.” In.: *Inter-Ação – Revista da Faculdade de Educação da UFG*, n.2. Goiânia, julho/dezembro de 2004.pp.227-237.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. & VAINFAS, Ronaldo(orgs.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARNEIRO, Maria Esperança. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia, Cegraf, 1981.
- CARVALHO, Marcus. “Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848”. In.: *Tempo vol.3 – Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*. Niterói, Sete Letras, dezembro de 1998.pp.49-72.
- CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad Economica Campesina*. Buenos Aires, Ed. Nueva Vision, 1974.
- COMERFORD, John. “Cultura e Resistência Camponesa.” In.: MOTTA, Márcia(Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.pp.151-157.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo Rural em Construção*. Rio de Janeiro, Forense Universitária/Editora da UFRJ, 1996.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2000.
- CUNHA, Paulo Ribeiro R. “Aconteceu Longe Demais”. *A luta dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período de 1950-1964*. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1994.
- _____. *Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas*. Cadernos AEL n.7, “Conflitos no Campo”, Unicamp, IFCH, Campinas, 1997.pp.83-103.
- DAYREL, Eliane. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 1974.
- FENELON, Déa Ribeiro(Coord.). *Cultura, Trabalho e Cidade. Muitas Memórias, Outras Histórias*. Projeto do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD/CAPES. São Paulo, 2000.
- FERNANDES, Cléver Luiz & AQUINO, Reginaldo Lima de. *A UDN e o PSD goianos. Ensaio de História Política(1945-1966)*. Goiânia, Editora Kelps, 2005.

- FONTES, Virgínia. *Reflexões Im-Pertinentes. História e Capitalismo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005.
- FRIED DA SILVA, Carlos Maurício. *Conflitos no Campo e Revolução no Brasil: imprensa e intelectuais comunistas(1954-1964)*. Dissertação de Mestrado, PPGH, UFF, Niterói, 2005.
- GARCIA, José Godoy. *O Caminho de Trombas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- GOIÁS. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás(1961-1965). Análise da Estrutura Econômica do Estado*. Goiânia: Governo Mauro Borges Teixeira, 1961.
- _____. *Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges*. Goiânia: Plano MB, 1963.
- GOMES, Iria Zanoni. *1957 – A Revolta dos Posseiros*. Curitiba, Edições Criar, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LISTA JÚNIOR, Ciro. *Dicionário Enciclopédico de Goiás*. Goiânia: UCG, 1984.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. *O Aspecto Educativo na Prática Política: a Luta do Arrendo em Orizona-GO*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, FGV, 1982.
- LUZ, Gil Mendes. *Planejamento e Intervencionismo Estatal em Goiás*. Goiânia: UCG, 2001.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- MACIEL, Dulce Portilho. *Goiânia(1933-1963): Estado e Capital na Produção da Cidade*. Niterói: Tese (Doutorado em História), PPGH, UFF, 1996. 3 vols.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975.
- _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- _____. *Expropriação e Violência*. São Paulo, Hucitec, 1982.
- MATTOS, Marcelo Badaró(org.). *História: pensar e Fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- _____. “Os Trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço historiográfico”. In: *Revista História e Luta de Classes*, Ano 1, n.1, abril de 2005. [pp.7-18].
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

- _____. “Luta por Terra e Organização dos Trabalhadores Rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60.” In.: MORAES, João Quartim de & DEL ROIO, Marcos(Org.). *História do Marxismo no Brasil, vol. IV*. Campinas, Unicamp, 2000.
- _____. *Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe*. Estudos Sociedade e Agricultura, n.4, julho. Revista do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 1995.
- MOORE JR., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOTTA, Ana Maria. *Uma Explicação Teórica sobre Unidades de Produção camponesa e capitalismo*. Niterói, 2005.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes(Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- MUSUMECI, Leonarda. *O Mito da Terra Liberta*. Rio de Janeiro, ANPOCS, Vértice, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista, o Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Marisis Cunha de. *Questão Agrária em Goiás: Governo Mauro Borges, 1961-1964*. Goiânia: Dissertação de Mestrado, ICHL/UFG, 1987.
- PALACIN, Luiz & MORAES, Maria ^a Sant’ana. *História de Goiás(1722-1972)*. Goiânia: Ed. Cultura Goiana, 1971.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Crise e resistência no escravismo colonial*. Dissertação de Mestrado, PPGH, UFF, 1989.
- RABÊLO, Francisco Chagas. *Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, planejamento e mobilização social em Goiás*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, FFCH/UFMG, 1978.
- REIS, Dinarco. *A Luta de Classes no Brasil e o PCB, vol. I, II*. São Paulo, Novos Rumos, 1987.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.
- RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SANDES, Noé Freire(Org.). *Memória e Região*. Col. Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas. Brasília, UFG, 2002.
- SANTOS, José Tavares Vicente dos. “Colonização de Novas Terras: a continuidade de uma forma de dominação, do Estado Novo à Nova República.” In: *Revista Reforma Agrária – ABRA, N.1, VOL. 25*, jan-abr, de 1995.

- SECRETO, Veronica. “Arrendamento”. In.: MOTTA, Márcia(Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.pp.40-43.
- SIGAUD, Lygia. “Congressos Camponeses(1953-1964)”. In: *Reforma Agrária, Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA, ano 11, n.6*. São Paulo: nov/dez de 1981.pp. 3-8.
- SOUZA, Dalva Maria Borges de Lima Dias de. *1964 em Goiás: o ovo da serpente(militares e proprietários de terras na gestação da Ditadura)*. Goiânia: Dissertação de Mestrado, ICHL/UFG, 1990.
- SOUZA, José Pedro Galvão de. *Dicionário de Política*. São Paulo, T.A.Queiroz, 1998.pp.174-178.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum. Estudos sobre cultura popular e tradicional*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- _____. *A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, Unicamp, 2002.
- _____. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Editorial Crítica, 1989.
- WOLF, Eric. *Las Luchas Campesinas del Siglo XX*. Madri, Siglo Veintiuno, 1972.

PERIÓDICOS E OUTRAS FONTES DOCUMENTAIS:

- Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás – 1956-1957 e 1963-1964.*
- Diário Oficial do Estado de Goiás, ano de 1963.*
- DNER – Ministério dos Transportes – História das Rodovias Federais em Goiás, 1984.*
- Fundo do DOPS – RJ, Série Estados, n.8, p. 98-104, e Confidencial, pasta 26, fl. 252 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.*
- Fundo do DOPS – GO, Confidencial – “Constituição do Estado das ‘Trombas’”; Atividades Políticas e Sociais no Estado de Goiás(Relatório Informativo), Universidade Federal de Goiás.*
- “Jornal do Brasil”, março de 1956.*
- Jornal “Cidade de Goiaz”, agosto de 1956 e maio de 1959.*
- Jornal “Cinco de Março” 7 de agosto de 1972*
- Jornal “Correio da Manhã”, 27 de março de 1956.*
- Jornal “Diário Carioca”, 15 de abril de 1956.*
- Jornal “Diário da Manhã”, 5 de janeiro de 1988.*
- Jornal “O Estado de Goyaz”, 1951-1955.*
- Jornal “O Estado de São Paulo”, 25, 27 e 28 de março de 1956; 14 de janeiro de 1962; 8 e 9 de fevereiro de 1964.*
- Jornal “Folha de Goiaz”, 1954-1957.*
- Jornal “O Globo”, 26, 27, 28 e 31 de março, e 2 de abril de 1956.*
- Jornal “O Movimento”, 21 de agosto de 1978.*
- “Jornal de Notícias”, 1952-1958.*
- Jornal “Novos Rumos”, 21 a 27 de julho; 28 de julho a 3 de agosto; 4 a 10 de agosto e 18 a 24 de agosto de 1961.*
- Jornal “O Popular”, 3 e 21 de agosto de 1962.*
- Jornal “Terra Livre”, 1954-1964.*
- Jornal “Tribuna da Imprensa”, 26 de março de 1956.*
- Jornal “Voz Operária” 25 de junho de 1955 e maio a junho de 1957.*
- Protocolo 25078/53. Cx.350, Fundo da Secretaria da Presidência da República – arquivo Nacional – RJ.*
- Revista “O Cruzeiro”, 14 de abril de 1956 e 30 de março de 1957.*
- Revista “Manchete”, março de 1957.*